

# OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO

- 44 - Escola Mata Machado
- 43 - Macaê de Baixo
- 42 - Spátola Florida
- 41 - Conjunto Casas humildes
- 40 - Passadigo
- 39 - Hospital Maternidade
- 38 - Lavadeiras da cachoeira
- 37 - Seno
- 36 - Afluentes Rio Grande
- 35 - Rio Grande

visitas locais p/ Seno

- 34 - DER
- 33 - Fim da Rua Anáisel Forno
- 32 - Capoeira - rural
- 31 - Casa Luiz Santana
- 30 - Rua Anáisel dos Fornos
- 29 - Baldio
- 28 - Fundos Colégio N. S. Dora
- 27 - Rostos Senzala do Forno
- 26 - Chacara Le Tatu
- 25 - Casa de Le Tatu
- 24 - Teneco grande baldio de cunha
- 23 - Chacara de alpendre frontal
- 22 - Casa de Zempereiros + a rua
- 21 - Comercial Anáisel
- 20 - R. Anáisel dos Fornos
- 19 - Grande teneco baldio na
- 18 - Apartamentos T+2
- 17 - Pça Cap. Henrique Souza
- 16 - Praça Vicente P. Figueira/Anáisel
- 15 - Portão Madureira
- 14 - R. Vereador Joaquim Mac
- 13 - R. José Colho de Moura
- 12 - Casa Carmelo
- 11 - R. Olímpio Mourão
- 10 - R. Carlos Ottoni
- 9 - R. Carlos Ottoni Mercedes
- 8 - Antaresa Seguradora

# OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO

# OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO

Qualis B2

## REITORA

Profa. Dra. Ângela de Mendonça Engelbrecht

## VICE-REITOR

Prof. Dr. Eduard Prancic

## PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Vera Engler Cury

## PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Profa. Dra. Vera Engler Cury

## DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS

Prof. Dr. Ricardo Luís de Freitas

## DIRETOR ADJUNTO

Prof. Dr. José Estevão Picarelli

## COORDENADOR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO

Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

## EDITORA

Prof. Dra. Ivone Salgado

## EDITORES ASSOCIADOS

Profa. Dra. Laura Machado de Mello Bueno

Prof. Dr. Manoel Lemes da Silva Neto

## CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

Profa. Dra. Ana Fernandes [UFBA]

Profa. Dra. Arlete Moises Rodrigues [UNICAMP]

Profa. Dra. Beatriz Murgayar Kúhl [USP]

Profa. Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno [USP]

Prof. Dr. Carlos Roberto Monteiro de Andrade [USP]

Prof. Dr. Cláudio Lister Marques Bahia [PUC-MG]

Profa. Dra. Cristina Meneguello [UNICAMP]

Prof. Dr. Denio Munia Benfatti [PUC-CAMPINAS]

Profa. Dra. Denise Pinheiro Machado [UFRJ]

Prof. Dr. Eugenio Fernandes Queiroga [USP]

Prof. Dr. Euler Sandeville Junior [USP]

Profa. Dra. Jane Victal Ferreira [PUC-CAMPINAS]

Prof. Dr. Jonathas Magalhães Pereira da Silva [PUC-CAMPINAS]

Prof. Dr. José Roberto Merlin [PUC-CAMPINAS]

Prof. Dr. Lucio Kowarick [USP]

Prof. Dr. Luiz Cláudio Bittencourt [UNESP-BAURU]

Profa. Dra. Maria Cristina Schicchi [PUC-CAMPINAS]

Profa. Dra. Maria Stella Bresciani [UNICAMP]

Prof. Dr. Mario Henrique Simão D'Agostino [USP]

Prof. Dr. Mario Mendonça de Oliveira [UFBA]

Profa. Dra. Maura Pardini Bicudo Veras [PUC-SP]

Prof. Dr. Nabil Geoges Bonduki [USP]

Profa. Dra. Nadia Someck [MACKENZIE]

Prof. Dr. Nestor Goulart Reis [USP]

Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins [USP]

Profa. Dra. Raquel Rolnik [USP]

Prof. Dr. Renato Cymbalista [USP]

Prof. Dr. Ricardo Marques de Azevedo [USP]

Prof. Dr. Ricardo de Sousa Moretti [UF-ABC]

Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva [USP]

Prof. Dr. Rogério Proença de Souza Leite [UFS]

Profa. Dra. Sarah Feldman [USP]

Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino [UNICAMP]

Prof. Dr. Wilson R. dos Santos Jr. [PUC-CAMPINAS]

## CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

Prof. Dr. Boaventura de S. Santos [UNIVERSIDADE DE COIMBRA]

Profa. Dra. Donatella Calabi [UNIVERSITÀ IUAV – VENEZIA]

Prof. Dr. Edésio Fernandes [UNIVERSITY OF LONDON]

Prof. Dr. Esteban de M. Jerez [ETSA – UNIVERSIDAD DE SEVILLA]

Profa. Dra. Flora Morcate Labrada [UNIVERSIDAD DE ORIENTE – CUBA]

Prof. Dr. Francisco Sabatini [PUC – CHILE]

Profa. Dra. Maria M. Maldonado [UNIVERSIDAD DE LOS ANDES – COLOMBIA]

Prof. Dr. Martin Smolka [LINCOLN INSTITUT AND LAND POLICY]

Oculum Ensaios, fundada em 1992, é uma revista científica em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC-Campinas, com periodicidade semestral, aberta a contribuições da comunidade científica nacional e internacional, assim como para os pesquisadores das diferentes áreas acadêmicas da arquitetura e do urbanismo, com o objetivo de registrar a memória do pensamento urbanístico e de manter o debate atualizado.

## CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência deve ser enviada à Oculum Ensaios no endereço abaixo:

Núcleo de Editoração SBI

Prédio da Antiga Reitoria Sala 8 – *Campus I*

Rod. Dom Pedro I, km 136 – Pq. das Universidades

13086-900, Campinas, SP

Fone/Fax: (19) 3343-7401

E-mail: [sbi.ne\\_oculumensaios@puc-campinas.edu.br](mailto:sbi.ne_oculumensaios@puc-campinas.edu.br)

## ASSINATURAS

Pedidos de assinatura ou permuta devem ser encaminhados a Secretaria.

E-mail: [sbi.assinaturane@puc-campinas.edu.br](mailto:sbi.assinaturane@puc-campinas.edu.br)

Anual: Pessoa física: R\$50,00

Institucional: R\$140,00

© Revista Oculum Ensaios

É permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte.

A reprodução total depende da autorização da Revista.

O Conselho Editorial não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados.

## EQUIPE TÉCNICA | PUC-CAMPINAS

Bibliotecárias

Maria Cristina Matoso

Maurícia Daniela Pereira Sacchi

Apoio administrativo

André Gustavo Tomaz dos Santos

Willian Ribeiro Silva

## PROJETO GRÁFICO

Carla Castilho

Fernanda Fischer

## DIAGRAMAÇÃO

Carla Castilho | janela estúdio

## IMAGEM DA CAPA

Prof. Dr. José Cláudio Gomes (FAU USP)

## IMPRESSÃO

Gráfica Santa Edwiges

Distribuição / Distribution

Sistema de Bibliotecas e Informação da

PUC-Campinas – Serviço de Publicação,

Divulgação e Intercâmbio

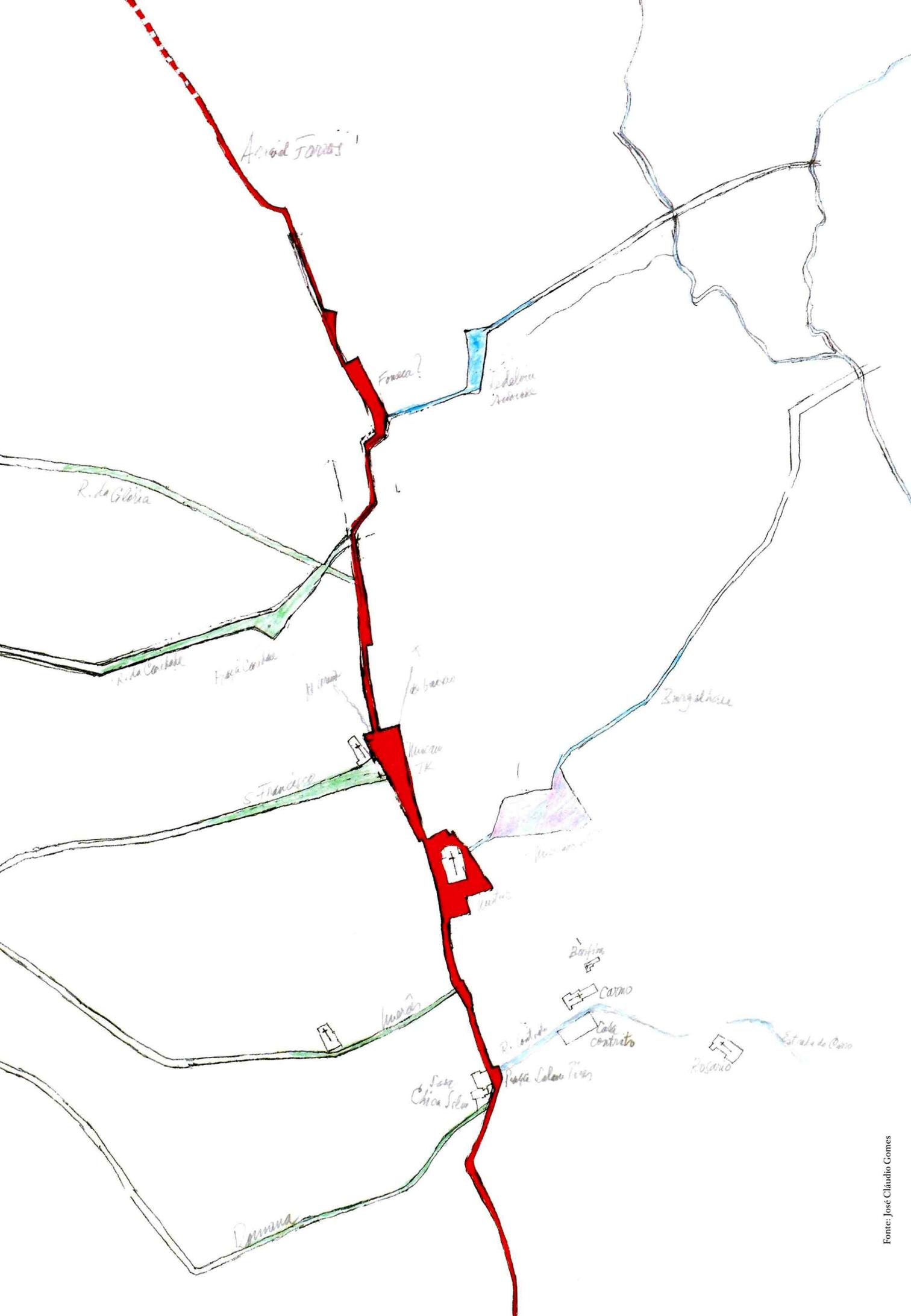


National Aquatics Center. Pequim, 2009.



Vista da área central do campus da UFV-Viçosa (2008).

- 4  
Ensaio Visual | *Visual Essay* **JOSÉ CLÁUDIO GOMES**  
| Manoel Lemes da Silva Neto
- 18  
**ARQUITETURA E LUZ NA COMPLEX-CIDADE CONTEMPORÂNEA. ESTUDO DE PROJEÇÕES RECENTES SOB A TEORIA DE ROBERT VENTURI | ARCHITECTURE AND LIGHT ON CONTEMPORARY COMPLEXITY: RECENT DESIGNS BASED ON THE THEORY OF ROBERT VENTURI** | Nathália Moreira Carvalho, Cristiane Rose Duarte
- 30  
**ALIENAÇÃO VIA MOBILIDADE | ALIENATION VIA MOBILITY** | Silke Kapp
- 42  
**RESPOSTAS MUNICIPAIS AO PROBLEMA DE HABITAÇÃO SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA | MUNICIPAL ANSWERS TO THE SOCIAL HOUSING PROBLEM IN CURITIBA METROPOLITAN AREA** | Tomás Antonio Moreira, Gisela Cunha Viana Leonelli, Paulo Nascimento Neto
- 58  
**PLANEJANDO O TERRITÓRIO: A CIDADE COMO CATEGORIA SOCIAL NOS ANOS DE 1950 | PLANNING THE TERRITORY: THE CITY AS SOCIAL CATEGORY IN THE 1950's** | Adriana Marcela Sánchez Ospina
- 66  
**PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E INSTRUMENTOS URBANOS NA CIDADE DE SÃO PAULO | INDUSTRIAL HERITAGE AND URBAN INSTRUMENTS IN THE CITY OF SÃO PAULO** | Angela Rosch Rodrigues
- 76  
**DESAFIOS À QUESTÃO METROPOLITANA: O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL DE MARINGÁ | QUESTION OF METROPOLITAN CHALLENGES: THE PROCESS OF ORGANIZING THE URBAN AND REGIONAL SPACE OF MARINGÁ, BRAZIL** | Paulo Romano Reschilian, Agnes Yuri Uehara
- 88  
**A CONCEPÇÃO MODERNISTA DO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, MINAS GERAIS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO FÍSICO DE 1970 | THE MODERN DESIGN CONCEPTS OF THE UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA CAMPUS: A DISCUSSION BASED ON THE 1970 MASTER PLAN** | Aline Werneck Barbosa de Carvalho, Italo Itamar Caixeiro Stephan, Luiz Fernando Reis
- 100  
**POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO NO BRASIL: DICOTOMIAS E SIMILARIDADES CONCEITUAIS | URBAN CONSERVATION AND DEVELOPMENT POLICIES IN BRAZIL: CONCEPTUAL SIMILARITIES AND DICOTOMIES** | Otto Ribas, Maria do Carmo de Lima Bezerra
- 108  
**Resenha | Book Review ENIGMA DO CAPITAL E AS CRISES DO CAPITALISMO | THE ENIGMA OF CAPITAL AND THE CRISES OF CAPITALISM**  
| por Ricardo Carlos Gaspar, Nadia Somekh



## DO TODO À PARTE

O professor, arquiteto e urbanista José Cláudio Gomes formou-se, em 1953, com a primeira turma da FAUUSP. Influenciou a formação de centenas de alunos que, entusiasmados, assistiam às suas aulas naquela escola, de 1961 a 1991, e posteriormente na UNESP de Bauru, até 1998, quando se aposentou.

Recentemente, num encontro com um grupo de interessados em seu trabalho, ele falou a respeito do método de projeto que intitulou “Do todo à parte”. É justamente do que trata o ensaio visual deste número da revista. Reunimos aqui uma síntese de sua fala e um conjunto inédito de desenhos, que revelam uma vigorosa reflexão projetual.

Como a gente começa um projeto? Cláudio Gomes responde que esse tipo de questão vale um curso inteiro de arquitetura, pois envolve problemas de método.

Mas há algum método de arquitetura? Ele responde que arte não se aprende, recordando-se da aula inaugural de Mário de Andrade, “O artista e o artesão”, na Universidade do Distrito Federal do Rio de Janeiro, em 1938. Ele continua: arquitetura ainda é arte.

É verdade que há processos de aprendizado que ajudam a desenvolver o projeto, mas não se trata de arte, mas de artesanato que, este sim, é possível ensinar. O artesanato lida com o objeto a construir, com o fabricar, com o método de fazer arte, como executá-la. O artesanato permite, enfim, ensinar ao menos o que é possível aprender. Há método, mas cada um tem o seu. Portanto, “o meu método pessoal é o meu projeto pessoal”, e disso é possível falar.

Feita a introdução, vamos ao método. O conceito de estrutura é sempre fundamental. Na arquitetura, na cidade, no edifício. Qual o contexto em que se coloca tal objeto? Há sempre um contexto histórico, algo que preexiste e será alvo de uma abordagem estrutural, de contexto, das variáveis que preexistem ao lugar. Se não se souber a contextualização, não se saberá coisa alguma.

Um exemplo, a Serra do Espinhaço, as pedras que estão lá, Diamantina [...]. E por que Diamantina, por que aquele lugar? Desde a primeira viagem que Cláudio Gomes fez à região, em 1974, foi despertado para “entender racionalmente porque achei aquele lugar tão fundamental”. Foi o começo de reflexões, de projetos e estudos que desenham particularmente sua trajetória metodológica.

Nas linhas básicas do lugar, o *genius locci* surge e jamais haverá dois iguais. É a leitura da paisagem, o princípio de tudo, que, também, se pode ensinar. E lembra-se de Lúcio Costa, “o maior arquiteto brasileiro”, de seus “bloquinhos de Portugal” e do mesmo deslumbramento que Diamantina lhe despertara em 1924. “Algum anjo bom” os juntou para verem o que era arquitetura em Diamantina. E a chave disso tudo repousava lá, no lugar. Qual o espírito do lugar? O que diz sua estrutura vegetal,

mineral, natural? E, prosseguindo com a precisão da análise, qual a forma que esse contexto atinge, buscando a compreensão do que o olho vê, das grandes paisagens ao jardim do quintal?

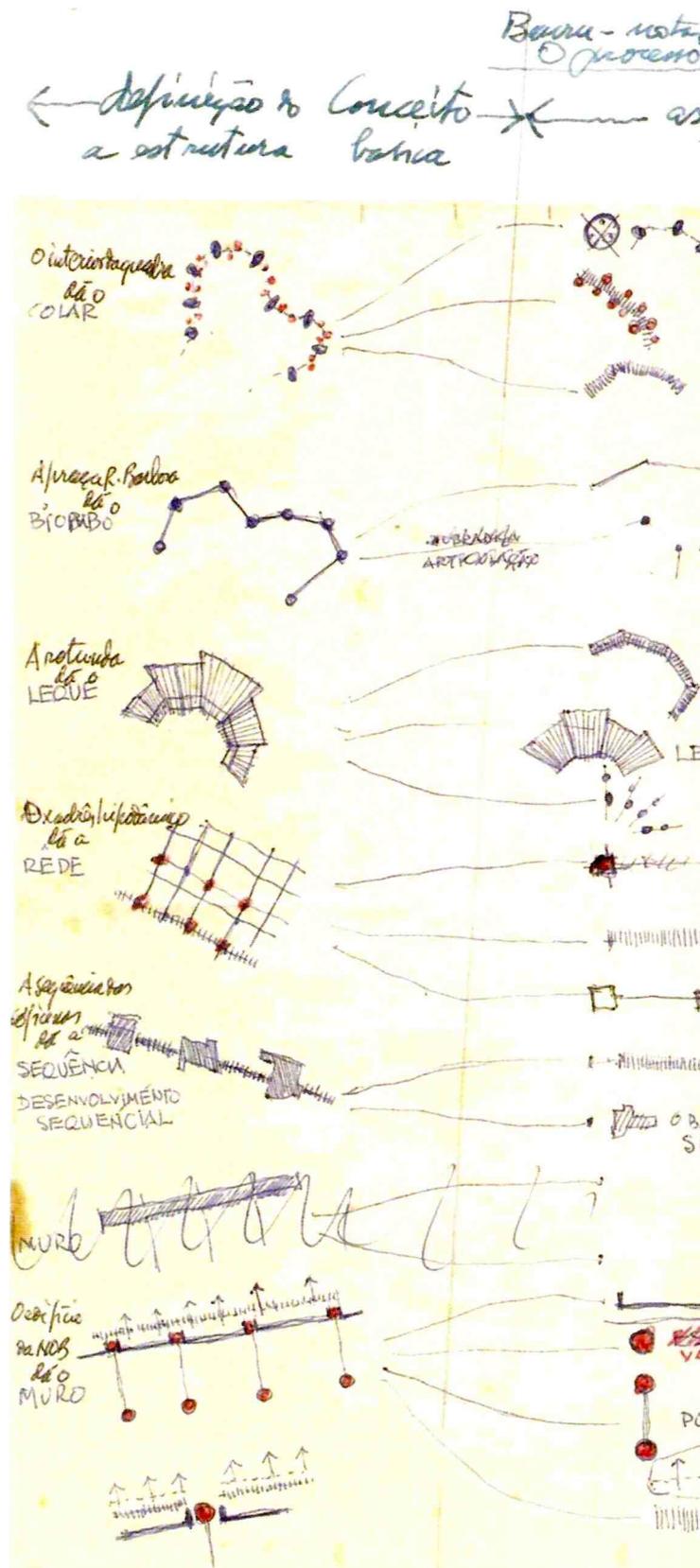
Em Diamantina, a estrutura selvagem assusta todo mundo. O Ribeirão do Inferno retrata bem a rusticidade da paisagem mineral do lugar. A forma é sempre dura, e, em meio a outros elementos, como a luz, surgem angulosidades pontiagudas, coloridas, vermelhas, arroxeadas, perfurando o espaço, mesclando-se à paisagem da floresta. “O fundamental da paisagem do Espinhaço é a rudeza”.

A forma, os desenhos da forma, o caráter formal da paisagem despontam dessa estrutura básica. Do primitivo Arraial do Tejuco, sobre o qual se erigiu Diamantina como intendência tão logo Portugal se dera conta das riquezas minerais do lugar, à aproximação com a forma da cidade e do urbano. A “arquitetura da cidade”, a “arquitetura urbana”, as unidades da linguagem do lugar, dos materiais e das técnicas são processos artesanais que movimentam o material, dizem sobre suas exigências, e isso pode ser ensinado. Eles são os elementos do projeto e é o que se vê na sequência de desenhos de seus “diários” de viagens de estudos.

Um esquema geral de seu processo de projeto foi extraído de um estudo desenvolvido para o centro de Bauru. Os demais, formando uma série extraída entre inúmeros desenhos, ilustram estudos sobre o lugar de sua predileção: a região de Diamantina, em Minas Gerais, e detalhes da cidade e de sua arquitetura.

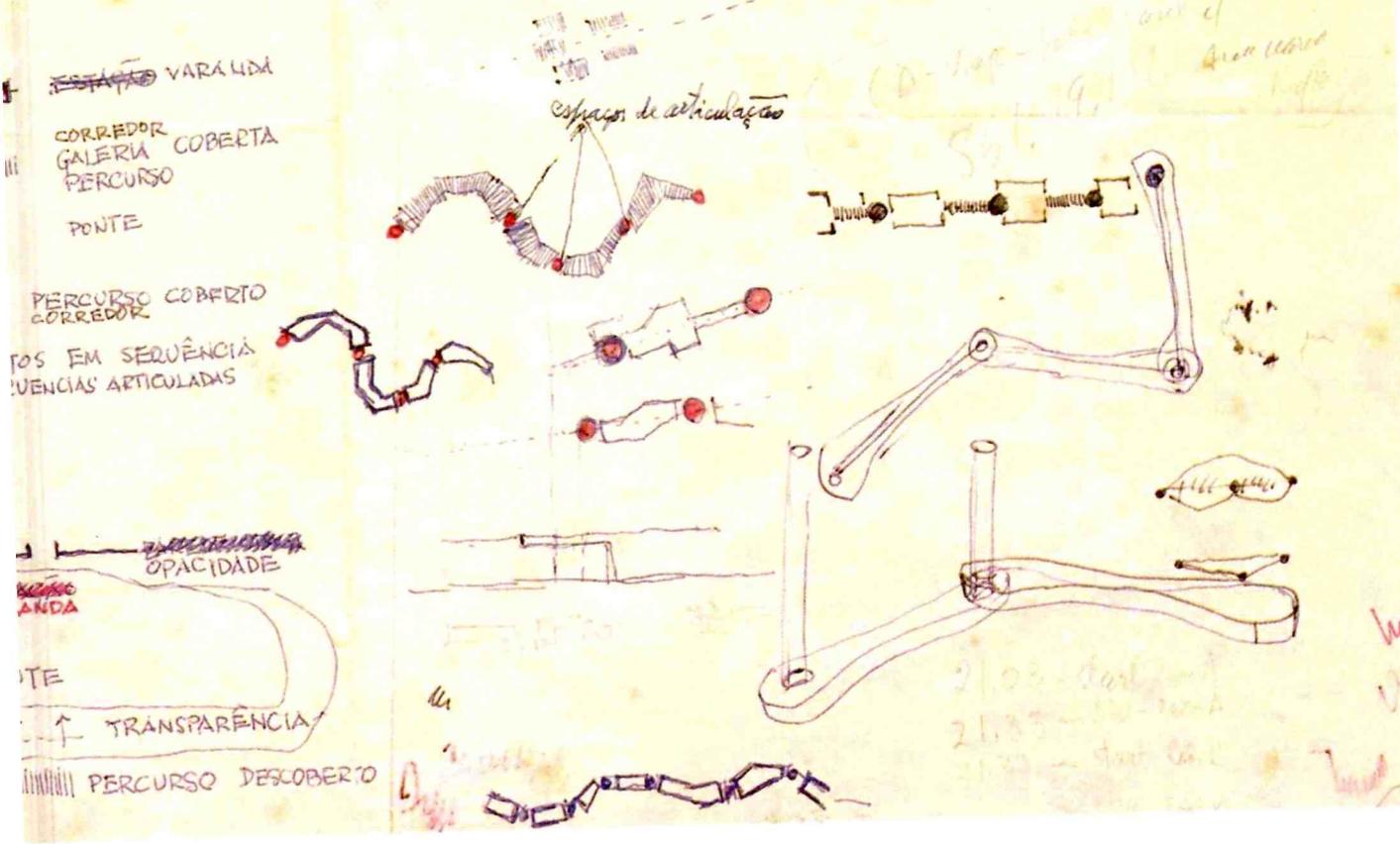
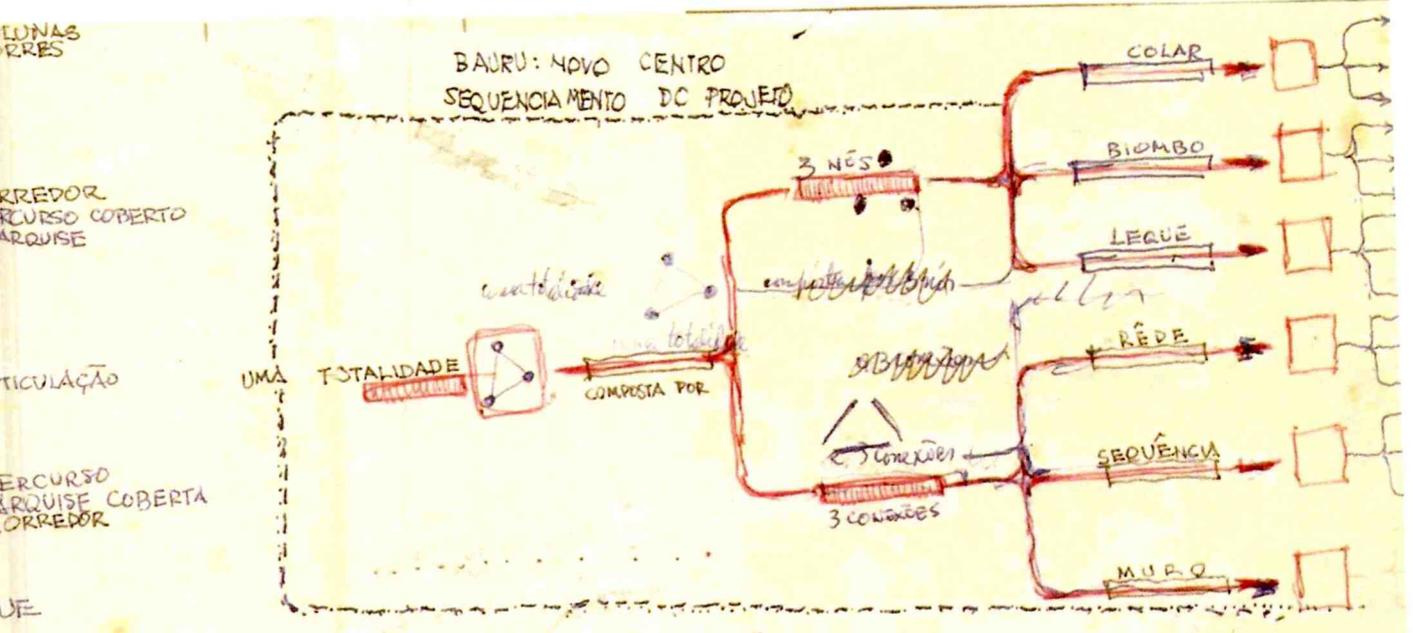
**Manoel Lemes da Silva Neto**

Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC Campinas



o projeto novo Centro  
projeto-

realidade da forma → o desenho específico  
materiais - dimensões - quantidades.



Fonte: José Cláudio Gomes

A fute da água e do serra

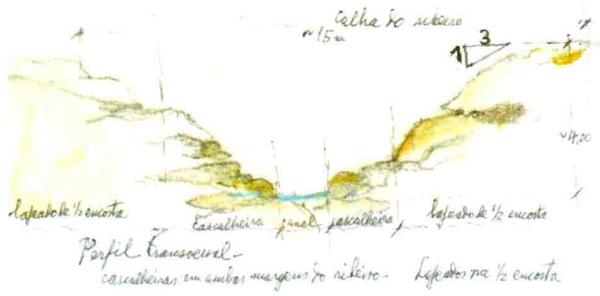


Planta da cascata  
e lagoas laterais  
Calha encaixada pouco profunda

Exemplo raro onde a calha do ribeiro é profunda

Calha pouco profunda. Não abundante  
na cascata, mas na vida e evolução  
Aspecto não característico da calha  
pretensa. Aspecto um tanto curioso  
e atípico.

\* - 1/2 escala



calha do ribeiro  
n 15 m  
4,20  
Lagoa de 1/2 encosta  
Cascata grande, cascata  
Lagoa de 1/2 encosta  
Perfil transversal -  
cascata em ambas margens do ribeiro - Lagoa de 1/2 encosta

1/2 escala  
C. Gomes



1

### Lajeado plano

Rebordos mesquinos esculpidos em forma de lajeado plano. Placas de rocha em estratos horizontais. A água corrente ainda não escorreu a rocha em profundidade.

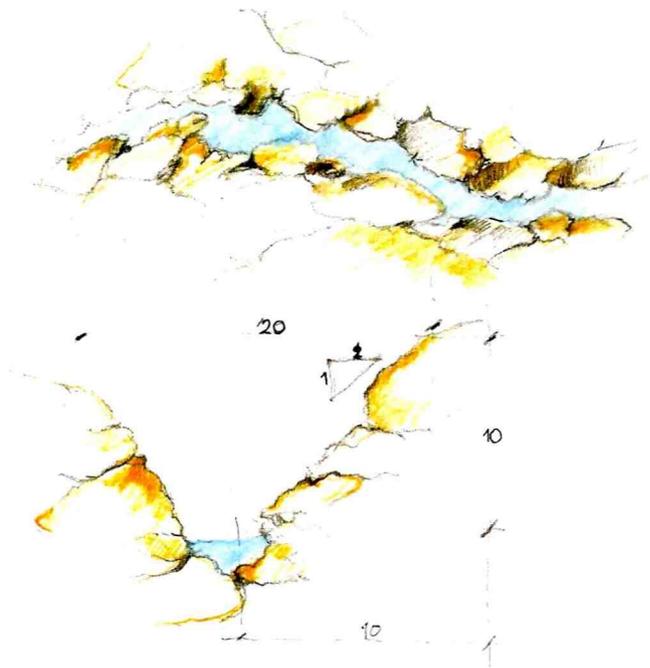
À curta distância, na mesma distância o leito do ribeiro não se distingue do plano do lajeado circunjacente.

Nas laterais ausência de cascalheiras e desagregação da rocha, lajeado.

Ocorrência localizada no lajeado do "Mello Verde" no caminho para o Copivieri.

01.01.01

J. C. Lopes



### Riviera profunda e estreita

O curso da água escava a rocha profundamente formando uma reptação acentuada. Leito da calha extremamente estreita e às vezes muito profunda. Formação frequente de cachoeiras profundas.

Proporção largura/profundidade original de 1:2

Reduzido da encosta acentuada frequentemente 1:1

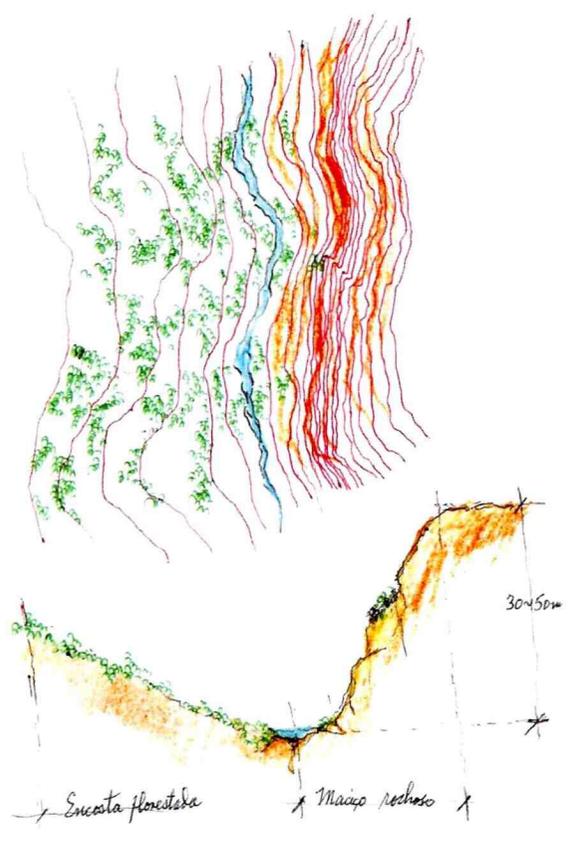
Profis transversais profundos chegando às vezes a proporções de 1/2 na relação altura-largura da calha do ribeirão.

É o caso típico da ponte do rio São Gonçalo do Rio dos Pedres junto à ponte do Vau, onde o Iguaiti profunda forma gargante estreita e profunda.

01.01.01

J.C. Gomes





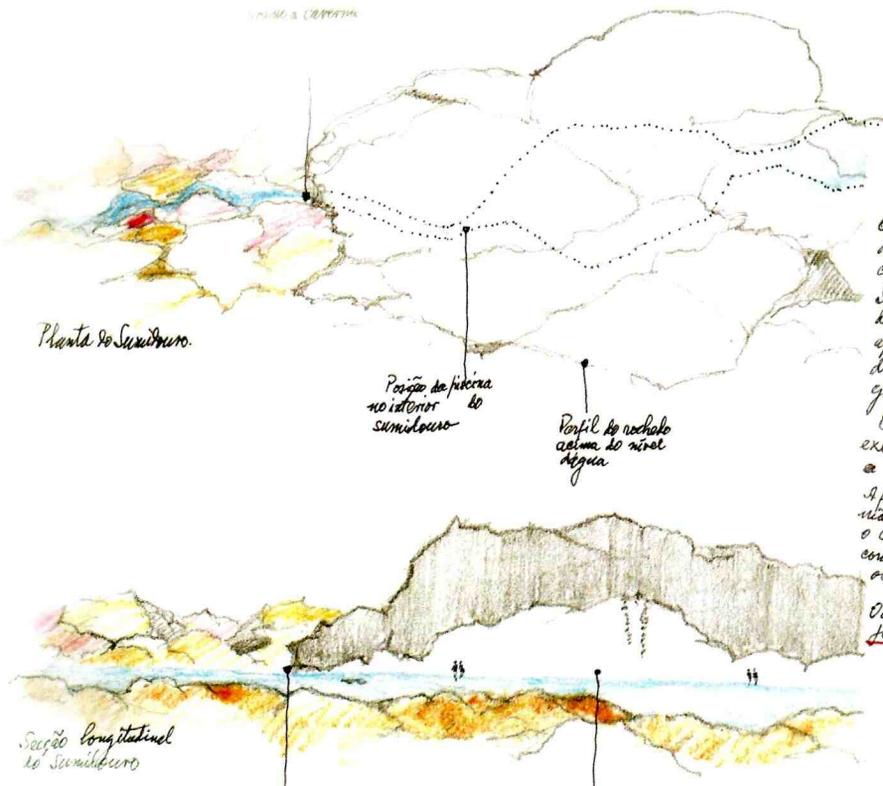
### Vale Simétrico

A margem direita abre para uma encosta suave e relativamente florestada. A margem esquerda fica comprimida pela escarpa rochosa formando parede contínua a jusante. O vale é fortemente condicionado pela escarpa rochosa que confere grande estabilidade longitudinalmente à corrente do rio. A pouca amplitude do vale fluvial opor-se-á a talveza rochosa do rio conferindo grande presença à massa vertical. A assimetria das duas margens do vale é responsável pela originalidade do tipo de vale fluvial.

O exemplo mais significativo: o verticábulo do Tefuco: o vale do Rio Grande ea Serra dos Cristais - Vale alongado, encaixado entre paredões Cristais, a leste e suave encosta da Serra S. Antonio a oeste.

040101

J. Gomes



### Sumidouro

Quando o rio escava rocha de grandes blocos formando grandes fendas chamadas "selões" internos e fechados. Sumidouros podem apresentar centenas de metros de interior e a rocha não apresentando sucessões de "selões" de dimensões variadas às vezes de grande altura.

O Sumidouro é um dos mais dramáticos exemplos de luta da água contra a rocha. se apresenta no interior de rocha. A forma como a água penetra na rocha cria os pesos "bomba de água" e o curso de água, daí o nome "sumidouro" como popularmente é conhecida esta ocorrência paisagística.

Ocorrência no sítio de Revisão Prof. em  
Univ. de Tabuleiro Marinho

010101

J.C. Gomes



Prasa do Prado.

190197

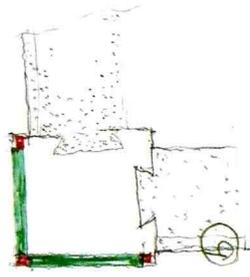
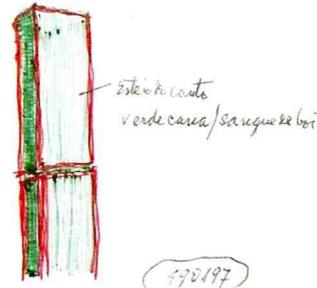
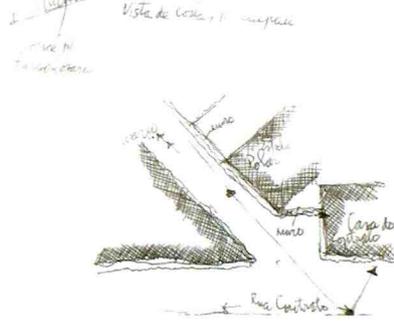
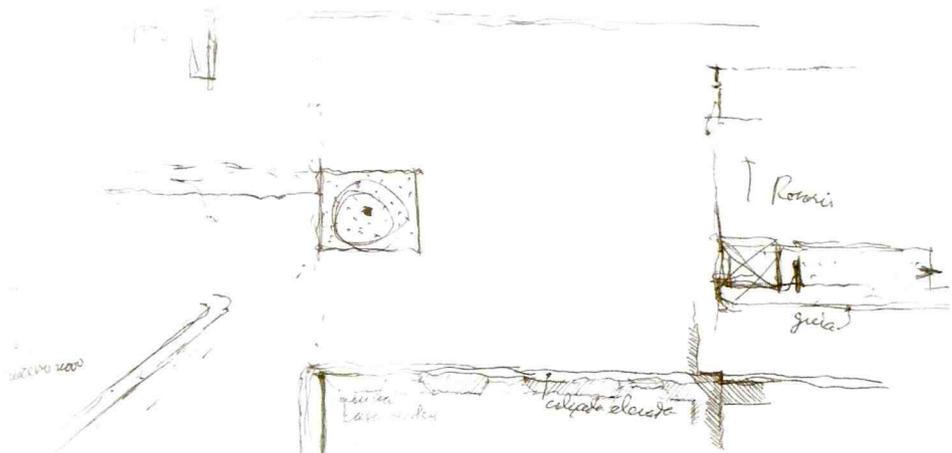
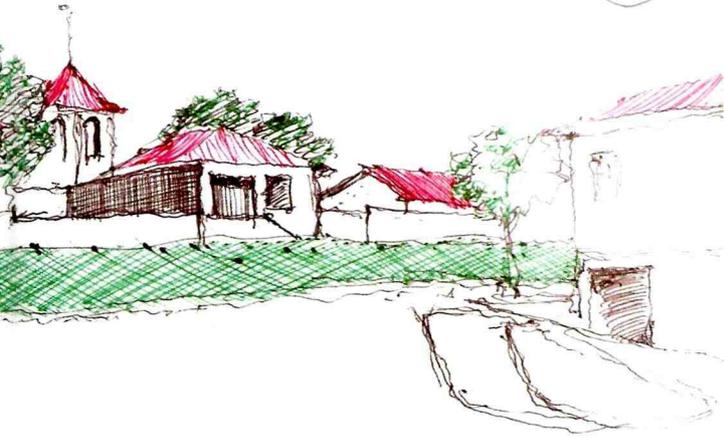
Antigo Largo da Cavalhada, ou simplesmente Cavalhada  
relatada pela Helena Morley em seu diário de 1893-1895 e por  
João Felício dos Santos e outros cronistas.

Hoje é espaço mais informal por onde se dança sempre  
e congrega-se. Cortado por ruas sem muita largura entre  
as casas. O conjunto de casas construído no dorso é  
definitivamente sem o maior interesse e ele faz  
parte do prolongamento da rua Rio Grande que se abre  
num largo que se chama Cavalhada.

O Rio Grande e a Rua do Rio Grande que o margem deve  
ter sido uma das entradas do antigo Tijucas formando o  
seguinte conjunto de ruas para o Norte: Serra, Milho Verde,  
Boa Vista (ou Extração) Palma, Estrada da Fariinha Seca,  
Estrada do Carne (atual Rua do Carne) Cavalhada (atual  
Pr. Prado)

Ruínas

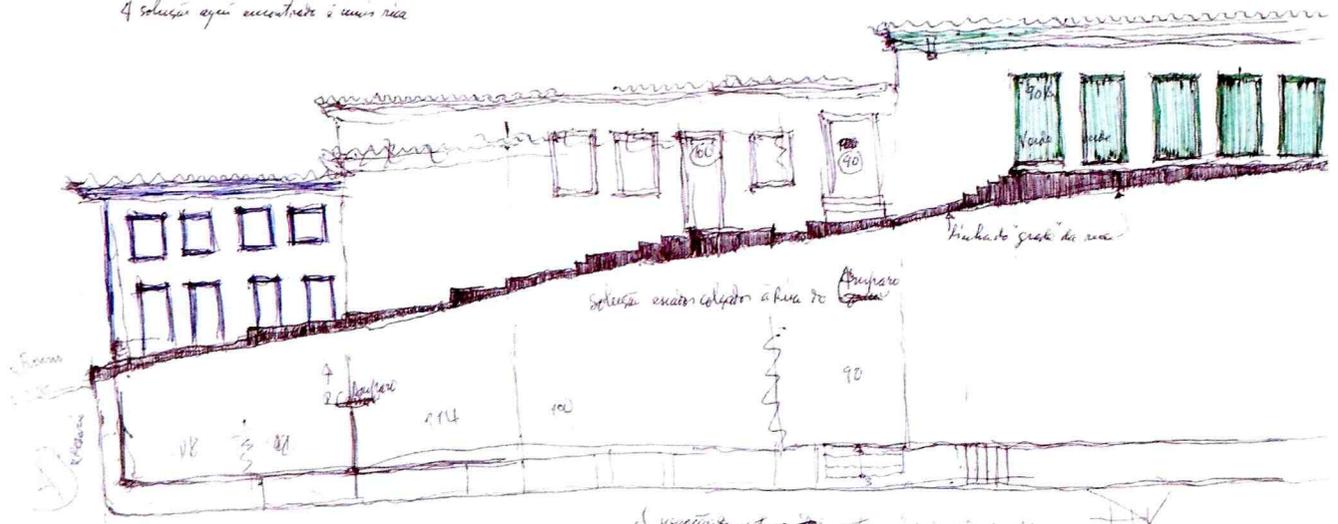
1



490197

Projeto para ilustrar a implantação e localização de colômbas.  
 O conjunto do casarão número 90A de 118 (na esquina com Rua do Rosário) apresenta algumas soluções de utilidade social, para a cidade, e oferece grande liberdade em implantação.  
 As cores os logotipos são: 90A, 90B, 90C, 90D, 90E, 90F, 90G, 90H, 90I, 90J, 90K, 90L, 90M, 90N, 90O, 90P, 90Q, 90R, 90S, 90T, 90U, 90V, 90W, 90X, 90Y, 90Z.  
 As cores a verde é com degraus rampados (casa 100 e 114).  
 4 soluções aqui encontradas e mais uma.

Telegrafar



← R → Colômba → Sola

A implantação ~~em~~ ortogonalidade planimétrica.  
 A disposição da regularidade simétrica.  
 Resultam na distribuição de forma  
 na distribuição da forma.



Projeto 3/1/74  
 Igreja de Rosário -  
 Alameda para a construção de um conjunto  
 Total em 100 metros de comprimento

9 hrs ~ 15 hrs



- 44 - Escola Mat. Machado
- 43 - Macauba Baixo
- 42 - Sapatada Florida
- 41 - Conjuntos casas humildes mto. antigas
- 40 - Passadego
- 39 - Hospital Materidade
- 38 - Lavabois da cachoeira X
- 37 - Seno
- 36 - Afluente Rio Grande
- 35 - Rio Grande

- vistos locais p/ Seno
- 34 - DER
  - 33 - Fim da Rua Anaiel Fornos - placar
  - 32 - Cachoeira - rural
  - 31 - Casa Luiz Santana filho ex escravo
  - 30 - Rua Anaiel dos Fornos
  - 29 - Baldeio
  - 28 - Fundos Colégio N. S. Dões
  - 27 - Roster Senzala dos Fornos
  - 26 - Chacara Le Tatu
  - 25 - Casaca Le Tatu
  - 24 - Teneco grande baldio e meio pto
  - 23 - Chacara alameda fronte rio da queda
  - 22 - Casa de Zempinos + a rua
  - 21 - Comercial Anaiel
  - 20 - R. Anaiel dos Fornos
  - 19 - Grande teneco baldio murado
  - 18 - Apartamentos T+2
  - 17 - Pra Cap. Honorio Souza
  - 16 - Praça Vicente P. Fonseca / Anaiel dos Fornos
  - 15 - Portão Madereira
  - 14 - R. Vereador Joaquim Macedo
  - 13 - R. José Colho de Moura
  - 12 - Casa Carmelo
  - 11 - R. Olimpio Mourão
  - 10 - R. Carlos Ottoni
  - 9 - R. Carlos Ottoni / Mercedes Mourão
  - 8 - Moradia Jesuit. alameda
  - 7 - Praça Carlos Ottoni
  - 6 - R. Gloria
  - 5 - CEMIG
  - 4 - Ex. Normal
  - 3 - Treino Estudantes
  - 2 - Museu do Meico

Joaquim Dayrell  
pai de Hygia Dayrell  
casada com Sandra Costa

ARQUITETURA E LUZ NA COMPLEX-CIDADE CONTEMPORÂNEA: ESTUDO DE PROJEÇÕES  
RECENTES SOB A TEORIA DE ROBERT VENTURI

Nathália Moreira Carvalho, Cristiane Rose Duarte

Mestranda | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Programa de  
Pós-Graduação em Arquitetura | Av. Pedro Calmon, 550, Sl. 433, Prédio da  
Reitoria, Ilha do Fundão, 21941-590, Rio de Janeiro, RJ, Brasil |  
Correspondência para/Correspondence to: N.M. CARVALHO | E-mail:  
*nathalia\_moreira@ymail.com*

Professora Doutora | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Faculdade de  
Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura |  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Recebido em 29/3/2012 e aceito para publicação em 24/4/2012

# ARQUITETURA E LUZ NA COMPLEX-CIDADE CONTEMPORÂNEA: ESTUDO DE PROJETAÇÕES RECENTES SOB A TEORIA DE ROBERT VENTURI

## INTRODUÇÃO

Este artigo faz uma leitura da arquitetura e da iluminação na sociedade contemporânea, elaborada a partir da teoria e prática arquitetônica de Robert Venturi, propondo como foco de abordagem a análise da *luz-objeto*, de acordo com dois livros do arquiteto: *Complexidade e Contradição em Arquitetura* e *Aprendendo com Las Vegas*.

O termo *luz-objeto*, por vezes utilizado no texto, foi proposto para denominar o tipo de projeto lumínico-arquitetônico em que a luz é associada à matéria com o objetivo de “fluidificar” o espaço, ou seja, agregar a este características de mutabilidade, efemeridade e flexibilidade, e com isso possibilitar e estimular novos processos percepto-cognitivos no indivíduo em relação ao meio. Muito utilizada atualmente, essa solução projetual integra-se perfeitamente às características contemporâneas de transmissão veloz de informação, virtualização e interatividade.

A escolha da obra pós-moderna de Robert Venturi como guia teórico deste trabalho, apesar de inserida em outro contexto temporal, deu-se pela adequação aos métodos hoje utilizados na apreensão da arquitetura, principalmente aquela em que a luz se torna um elemento indissociável.

## O COMPLEXO MUNDO DE ROBERT VENTURI

Robert Venturi, arquiteto norte-americano nascido em 1925, formou-se na Universidade de Princeton em 1950, momento pós-guerra de críticas iniciadas contra o

Movimento Moderno. Voltada para um discurso complexo e contraditório, a teoria desse grande mestre apresentou, em contraposição à racionalidade simplista e linear moderna, uma série de defesas em prol do indivíduo e do meio no qual está inserido, por meio da utilização de elementos populares, simbólicos, comunicativos e contextualizados.

Em 1966 Venturi tem seu livro *Complexidade e Contradição em Arquitetura* publicado pelo Museu de Arte Moderna de Nova Iorque. Considerado um tratado de extrema importância na história da teoria de arquitetura, passa a representar uma ruptura com a “era moderna” e seu funcionalismo exacerbado. Partindo de exemplos históricos para demonstrar a riqueza de significados de formas eruditas, Venturi, em seu livro de conteúdo crítico, parte da premissa de que ambiguidade, hibridismo, contradição e complexidade são inerentes à arquitetura, condenando assim a prática modernista voltada para a simplificação, que propunha a exclusão de elementos ao invés da sobreposição, tida pelo autor como necessária frente à infinidade de itens que um programa do gênero impõe. Em sua frase “Menos é um tédio”, em contraposição à frase célebre de Mies van der Rohe “Menos é mais”, Robert Venturi vem coroar sua tese de multiplicidades paradoxais.

Prefiro os elementos híbridos aos “puros”, os comprometidos aos “limpos”, os distorcidos aos “retos”, os ambíguos aos “articulados”, os tergiversados que ao mesmo tempo são impessoais, aos chatos que ao mesmo tempo são “interessantes”, os convencionais aos “projetados”, os integradores aos “excludentes”, os redundantes aos simples, os reminiscentes que ao mesmo tempo são inovadores, os irregulares e equívocos aos diretos e claros. Defendo a vitalidade confusa frente à unidade transparente. Aceito a falta de lógica e proclamo a dualidade [...]. Prefiro “este e o outro” a “ou este ou o outro” [...]. Uma arquitetura válida evoca muitos níveis de significado e se centra em muitos pontos: seu espaço e seus elementos se leem e funcionam ao mesmo tempo de várias maneiras [...]. Mais não é menos (Venturi, 2004, p.22).

O arquiteto, cuja obra é um tanto heterogênea, utilizava-se da crítica fenomenológica, da Gestalt e da semiótica (apesar de em momento algum citar esse termo) para compor seu discurso. Propunha uma projeção voltada para a forma eclética inspirada na arquitetura barroca, maneirista, rococó e, principalmente, relacionada à arte *pop*, que exaltava o caos das grandes cidades.

A casa de sua mãe, Vanna Venturi, e a *Guild House* são exemplares materiais da teoria de Robert apresentados no livro. A primeira, de 1962, reúne dualidade de escalas e de relações de simetria, enquanto na segunda (1960-1963) o arquiteto opta por trabalhar uma solução funcional de planta e estrutura, porém utilizando elementos inusitados no exterior, como um letreiro e a antena de televisão pintada de dourado à moda *pop-art*.

Se nos anos 1960 Venturi se vê em defesa de uma projeção em que a tensão interior-fachada é o resultado de uma operação complexa, na década seguinte passa a defender uma nova concepção, voltada para o edifício comunicativo.

*Aprendendo com Las Vegas* está inserido nesse momento (1972). De linguagem descontraída, Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steven Izenour apresentam em seu livro reflexões a respeito do símbolo e do significado, na arquitetura, da cultura de massa e do ato de “aprender com o existente”, como sugere o título. Pode-se dizer que *Aprendendo com Las Vegas* é uma continuação de *Complexidade e Contradição em Arquitetura*, porém com a importante participação multiculturalista de Denise, que direcionou e alinhou o pensamento dos autores para um mesmo ponto: Las Vegas (Venturini *et al.*, 2003).

O livro foi dividido pelos autores em duas partes. A primeira, denominada “Uma significação para os estacionamentos A&P ou Aprendendo com Las Vegas” aborda a cidade em si e os temas relacionados a ela, como por exemplo, a arquitetura da persuasão e os estilos de Las Vegas. No segundo momento, intitulado “Arquitetura feia e banal, ou o abrigo decorado”; o destaque é para a crítica; nessa parte são trabalhadas as temáticas de interesse para o presente artigo, a saber: “O pato e galpão decorado” e a questão dos signos e símbolos.

Nesse contexto, a proposta deste estudo é analisar a projeção do binômio espaço-luz segundo parâmetros teóricos de Robert Venturi previamente determinados como mais pertinentes para tal atividade. As questões discutidas a seguir foram selecionadas baseando-se na situação do espaço contemporâneo, seja ele arquitetônico ou urbano, em que a *luz-objeto* se faz essencial como elemento de linguagem.

## AS BOLHAS E A FACHADA MIDIÁTICA

Provocativa e emblemática, a arquitetura “pato” trata de um edifício como objeto escultural, propondo-se a distorcer estrutura, programa e sistemas de espaço arquitetônicos em prol da forma como símbolo. Já a outra alternativa, o “galpão decorado”, pode ser considerada uma solução menos “heroica e original”, porém mais carregada de significação do que a primeira. Ela se apresenta através de um “abrigo” com aplicações decorativas. Trata de um edifício com programa, estrutura e sistema de espaços bem organizados, externamente ornamentado, como se a fachada fosse um mural ou um quadro de informações.

Venturi foi buscar a imagem do pato na obra de Peter Blake (*God's Own Junkyard. The Planned Deterioration of America's Landscape*, de 1964). A fotografia mostrava um enorme pato destinado a abrigar um *fast-food* especializado em aves, localizado à beira de uma rodovia em *Long Island*. Em oposição ao “pato”, o arquiteto dispõe o “abrigo decorado” como sendo uma construção funcional que se apresenta sob a forma de um cartaz publicitário instalado na cobertura, no terreno ou numa segunda fachada posta sobre a parede daquela principal (Lamers-Schütze, 2006).

Apesar de muito criticada, essa divisão classificatória da arquitetura em “pato” ou “galpão decorado” continua sendo ainda muito pertinente, principalmente em relação a determinado tipo de projeção contemporânea, em que comunicação, efemeridade e múltiplas interações compõem o partido arquitetônico. Por discutir, no presente ensaio, a veracidade com que são aplicadas até os dias de hoje as proposições venturianas, optou-se por renomear as classificações dos autores de *Aprendendo com Las Vegas*, utilizando-se os termos “bolhas” e “fachadas midiáticas” como releitura e aplicabilidade do previamente exposto.

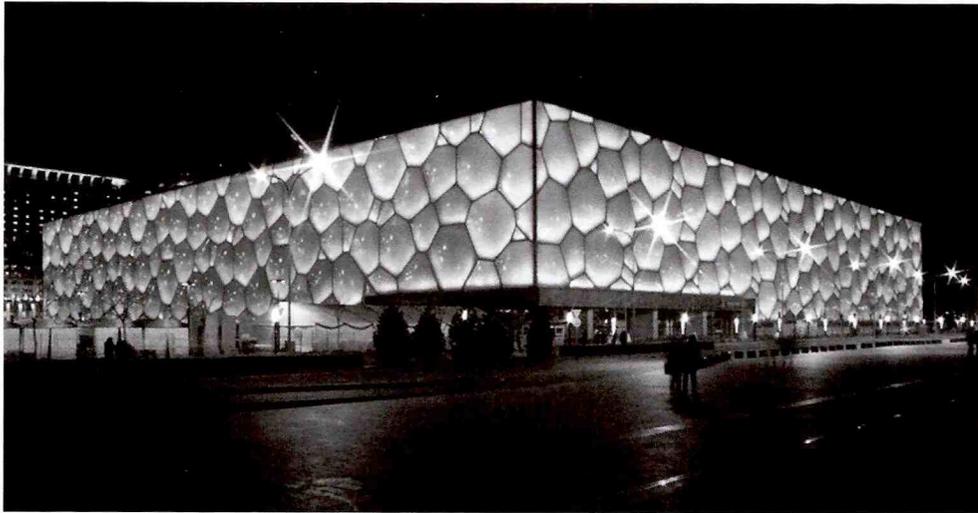
Cabe ressaltar que, frente à tecnologia disponível atualmente e à demanda comercial, a luz tem-se mostrado o elemento primordial para a execução da arquitetura simbólica e comunicativa, principalmente por, além de destacar a composição, servir de fonte programável, capaz de interagir com o meio, estando ainda em constante modificação. Sendo assim, e também por corresponder ao foco deste trabalho que se pauta no estudo da *luz-objeto*, foram escolhidos dois edifícios para serem analisados de acordo com a teoria de Venturi: o *National Aquatics Center*, chamado aqui de “Bolhas”, e o *Greenpix Media Wall*, apresentado como “fachada midiática”.

A escolha das duas obras deu-se, entre outros motivos, pelo fato de estarem ambas localizadas em Pequim, China, cidade que sediou os jogos olímpicos de 2008 e que, ao mesmo tempo que preserva sua história, busca ser lembrada por arquiteturas altamente inovadoras. Outra questão que motivou a escolha das edificações foi o fato de serem bastante conhecidas em todo o mundo, além de representarem o que vem sendo proposto arquitetonicamente como solução aos anseios da era da informação. A apresentação desses edifícios se propõe a servir também de *start* para outras pesquisas, principalmente voltadas para questões da realidade brasileira em relação ao espaço, à integração da luz com o mesmo e à tecnologia aplicada diante da realidade do País frente aos novos comprometimentos com competições esportivas mundiais.

O *National Aquatics Center* (Figura 1), conhecido como *Watercube*, é um centro nacional de natação datado de 2008. Sua forma foi baseada em bolhas como as encontradas no interior de uma piscina. Com um projeto de iluminação realizado em conjunto com o de arquitetura, o edifício de 80 mil m<sup>2</sup> de fachada recebeu, como meio de se destacar do conjunto urbano, mais de 440 mil *leds* capazes de proporcionar diversos efeitos de cor e movimento (Narboni *et al.*, 2009).

O *Greenpix Media Wall* (Figura 2), também de 2008, é um projeto que teve como concepção a transformação do edifício na maior e mais “ecologicamente correta” tela multimídia à base de *leds* do mundo. A fachada, capaz de mostrar imagens em movimento, possui quase 2 mil m<sup>2</sup> de área, sendo composta por placas de vidro com células que captam a energia solar e a transformam em energia elétrica para alimentação dos emissores de luz (Narboni *et al.*, 2009).

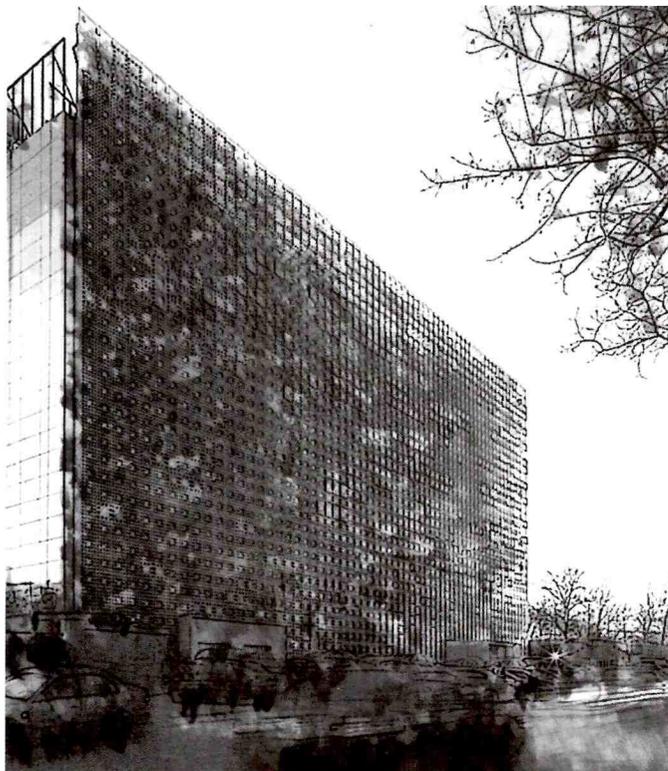
Da mesma forma como são caracterizadas e diferenciadas as tipologias propostas por Venturi, pode-se tratar as tipologias contemporâneas apresentadas — “bolha” e “fachada midiática”. Em relação à semiótica, pode-se dizer que a arquitetura tipo “bolha”,



**FIGURA 1** – National Aquatics Center. Pequim, 2009.

Foto de Charlie Fong (Wikimedia Commons).

Fonte: <<http://pt.wikipedia.org>>.  
Acesso: 12 nov. 2011.



**FIGURA 2** – Greenpix Media Wall. Pequim, 2008.

Fonte: Arquivo pessoal.

ou como propõe Venturi, tipo “pato”, é expressiva e conotativa, enquanto aquela referente à “fachada midiática” ou ao “galpão decorado” pode ser entendida como significativa e denotativa. Historicamente, apresenta-se a primeira como revolucionária e não tradicional, e a segunda como evolucionista. Enfim, no plano fenomenológico, as “bolhas” podem ser analisadas como incomuns e relacionam-se com a unicidade, enquanto as “fachadas midiáticas” são comuns e podem se enquadrar no conceito antigo de tipologia. Apesar de essa caracterização parecer destacar sempre a forma “bolha” como a representação ideal do novo, tem-se que a segunda tipologia pode ser capaz de se “comunicar”, ou seja, de transmitir informações de maneira muito mais eficiente, isso porque não está presa a uma imagem simbólica, carregada de significados inerentes à forma.

## SIMBOLISMO E COMUNICAÇÃO

Uma das grandes críticas em relação ao Movimento Moderno, feita durante a década de sessenta, foi baseada na perda da capacidade simbólica e comunicativa da arquitetura pura e funcional daquele momento. Dentre os teóricos que fizeram parte da chamada “crítica semiológica dos anos sessenta” estão Maria Scalvini, Renato de Fusco, Umberto Eco, Christian Norberg-Schulz, Vittorio Gregotti, George Collins e outros. Eles defendiam a natureza linguística e comunicativa do objeto arquitetônico em forma de textos publicados em livros e revistas da época. Entretanto, pode-se dizer que foi na América do Norte que a crítica se converteu em teoria, principalmente pela obra de Robert Venturi (Montaner, 2001).

O método da Semiótica vem sendo elaborado, desde o final do século XIX, a partir dos estudos do filósofo suíço Ferdinand de Saussure e do pesquisador norte-americano Charles Peirce. Cabe esclarecer que, enquanto Peirce utilizava o termo semiótica como ciência geral dos signos, Saussure propunha semiologia em relação à vida dos signos no seio da sociedade. Mesmo as duas ciências sendo referenciadas de formas diferentes (a primeira originada na confluência da lógica formal e da filosofia fenomenológica, e a segunda, mais próxima da linguística), ambas possuem o mesmo objetivo, que se pauta no estudo dos signos, das linguagens não verbais, das estruturas de suas mensagens e de seu efeito nas pessoas (Colin, 2010).

Apesar dos inúmeros estudos de Peirce e Saussure para construir uma teoria da significação, o primeiro conjunto de termos da semiótica surge de um dos discípulos de Peirce, Charles Morris. Este propunha a divisão da teoria dos signos em três níveis: a Pragmática, que trata das origens, usos e efeitos dos signos; a Semântica, que trata da significação dos signos; e a Sintática, que trata da combinação dos signos (Broadbent, 2008).

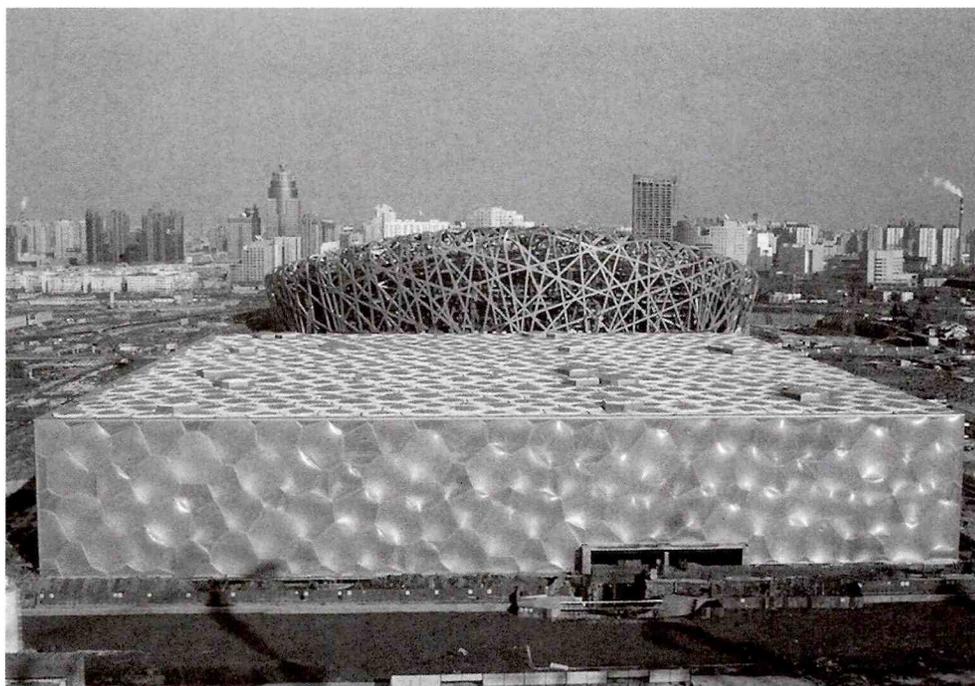
Saussure propõe então que o signo é composto de dois elementos: o significante, que comporta a representação material, e o significado, que trata do conceito ao qual a representação se refere. Desde então, esse conceito foi sendo desenvolvido por outros teóricos. Dois deles, Charles Kay Ogden e Ivor Armstrong Richards, reformularam a proposta de Saussure e incluíram um terceiro elemento, concebendo o signo como composto pelo símbolo (o que era chamado de significante por Saussure); pelo pensamento ou referência (denominado por Saussure de significado) e pelo referente, que é relativo à pessoa, objeto ou fato a que se refere (Broadbent, 2008).

Mesmo que os estudos dos signos na arquitetura se baseiem mais no modelo saussuriano do que no peirceano, este último merece atenção, por ser extremamente válido quanto à natureza do signo e sua utilização (símbolo/ícone/índice).

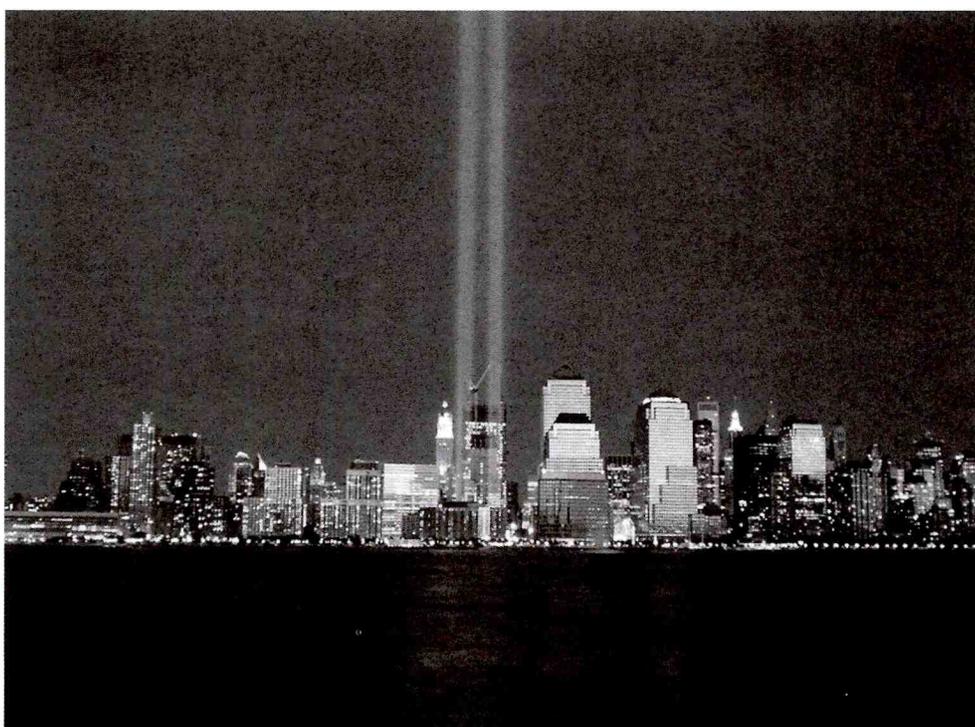
Para Peirce, ícone é um objeto que existe por si mesmo, mas que possui similaridades com outro objeto e por isso pode ser usado como elemento representante do outro; índice é um signo que corresponde a um objeto ou circunstância especial; e símbolo é um signo que carrega um significado genérico. Este último, o símbolo, possui uma propriedade que se assemelha muito ao signo de Saussure: um significante e um significado cuja

combinação deve ser aprendida. O mesmo discute Venturi ao relacionar o entendimento dos símbolos arquitetônicos com o contexto (Broadbent, 2008).

Em relação aos casos arquitetônicos, pode-se dizer que o edifício “bolha”, o *National Aquatics Center* (Figura 3), corresponde à definição de ícone, por “fazer lembrar” as bolhas de uma piscina. Em relação ao símbolo, pode-se citar como exemplo o projeto “Tributo de Luz” (Figura 4), uma instalação efêmera que compreendia dois feixes extremamente potentes de luz representando as torres gêmeas do *World Trade Center*, arruinadas em 11 de setembro de 2001 após ataques terroristas.



**FIGURA 3** – Bolhas do National Aquatics Center. Pequim, 2007. Foto de Hwanghsuhui (Wikimedia Commons).  
**Fonte:** <<http://en.wikipedia.org>>.  
 Acesso: 12 nov. 2011.



**FIGURA 4** – Tributo de Luz. Nova Iorque, 2005. Foto de Derek Jensen (Wikimedia Commons).  
**Fonte:** <<http://pt.wikipedia.org>>.  
 Acesso: 5 nov. 2011.

De forma distinta, mas complementar à visão de Venturi, Baudrillard aborda a questão do símbolo como valor passível de ser atribuído ao objeto. No caso de Baudrillard, contudo, há um viés psicanalítico e uma base na tradição marxista, que utiliza a semiótica para compreender a realidade contemporânea. Contra as tradicionais medidas de “valor de uso”, Baudrillard enfatiza o valor simbólico dos objetos, percebendo a sociedade atual como uma sociedade da mídia, saturada de imagens e comunicação. Segundo ele, o real foi ultrapassado pelo virtual, da mesma forma como a imagem tem suplantado a realidade; então, propõe o conceito de “hiper-realidade” como um mundo de signos autorreferentes (Colin, 2010).

[...] essa arquitetura de estilos e signos é antiespacial; é uma arquitetura mais de comunicação do que de espaço; a comunicação domina o espaço como um elemento na arquitetura e na paisagem. Mas é para uma nova escala de paisagem. As associações filosóficas do velho ecletismo evocavam significados sutis e complexos para serem saboreados nos espaços dóceis de uma paisagem tradicional. A persuasão comercial do ecletismo de beira de estrada provoca um impacto audacioso no marco vasto e complexo de uma nova paisagem de grandes espaços, altas velocidades e programas complexos. Estilos e signos fazem conexões entre muitos elementos, bem distantes e vistos depressa. A mensagem é rasteiramente comercial; o contexto é basicamente novo (Venturi *et al.*, 2003, p.33).

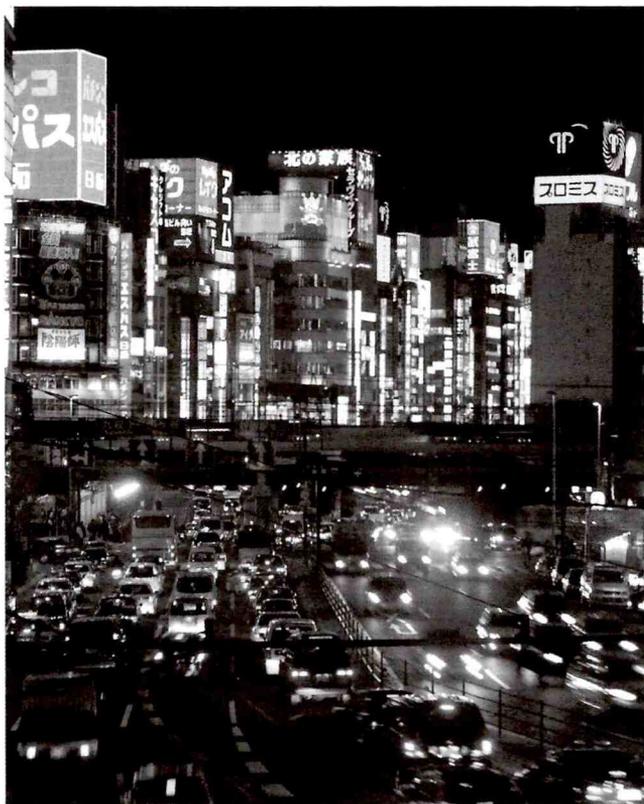
Venturi sempre trabalhou o método em seus projetos, mesmo não fazendo uso dos termos semiótica ou semiologia. Percebe-se que significado, signos e símbolos se fazem presentes a todo o momento em seu discurso. Em *Aprendendo com Las Vegas*, dicotomias saussureanas como conotativo e denotativo aparecem em suas análises de comparação.

Dois conceitos importantes levantados por Venturi, Scott Brown e Izenour nesse mesmo livro relacionam-se também à abordagem do simbólico: o contexto e a monumentalidade.

Para os autores, a arquitetura não deve estar relacionada apenas com a expressão do próprio edifício, mas também com o contexto no qual ele está inserido. Segundos eles, o contexto, elemento dinâmico em sua essência, se constrói a partir de sucessivas práticas sociais, políticas, históricas e culturais, o que pode alterar absolutamente a significação de determinada obra ao descontextualizá-la, ressaltando que a harmonia no contexto pode estar ligada tanto ao contraste quanto à analogia.

O centro de Tokyo (Figura 5), por exemplo, revela a multiplicidade de signos e informações transmitidos ao mesmo tempo por “fachadas midiáticas” instaladas lado a lado num contexto formado por relações analógicas. No entanto, uma instalação (Figura 6) realizada no Parque *Mowbray*, Reino Unido, em que uma árvore luminosa é “plantada” em meio ao vazio, traz uma mensagem simbólica altamente expressiva, que pode ser percebida facilmente por estar harmonicamente em contraste com o entorno.

Levando em consideração o papel do contexto, conforme propõem Venturi, Izenour e Scott Brown, cabe aqui propor o exercício de se imaginar a permuta das arquite-



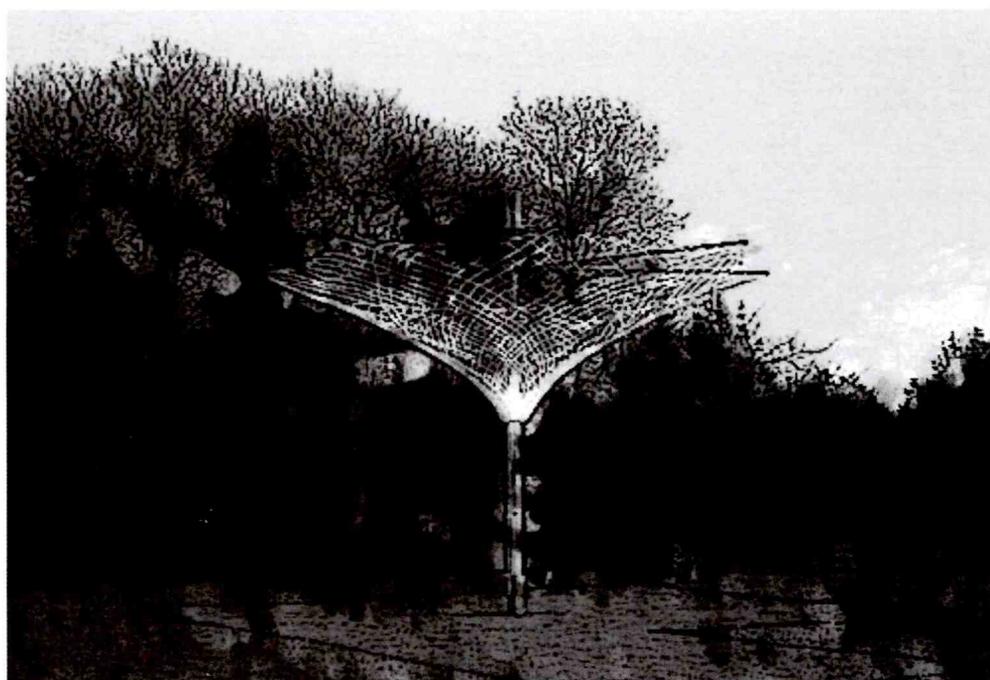
**FIGURA 5** – Arquitetura Interativa em Tóquio, 2006.

Foto de Sérgio Perez (Wikimedia Commons).

Fonte: <<http://pt.wikipedia.org>>.  
Acesso: 12 nov. 2011.

**FIGURA 6** – Árvore Luminosa (SonUmbra). Nova Iorque, 2008.

Fonte: Arquivo pessoal.



turas acima com os contextos opostos e então verificar como se dariam as leituras dos signos descontextualizados.

Quanto à monumentalidade, tem-se que a própria simbologia desta, antes relacionada a ordens políticas e religiosas e representada arquitetonicamente por elementos em grande escala, capazes de fazer do edifício um signo, hoje ela se vê associada ao “sistema de marcas”, materializada não por volumes e vãos fabulosos, mas prin-

principalmente pela luz aliada à tecnologia em sua pluralidade de usos e significações, servindo de elemento ilusionista, fluidificando e diluindo os limites da arquitetura, despertando assim o interesse do indivíduo diante de uma realidade espacial cada vez mais híbrida e complexa.

A iluminação do cassino obtém uma nova monumentalidade para o espaço baixo. As fontes controladas de luz artificial e colorida no interior dos recintos escuros expandem e unificam o espaço ao obscurecer seus limites físicos. Não se está mais na piazza limitada, mas sob as luzes tremeluzentes da cidade à noite (Venturi *et al.*, 2003, p.61).

O monumental hoje não é mais o objeto inatingível, rígido e duradouro, e sim aquele capaz de significar movimento e de transcrever a arquitetura como elemento vivo por meio de interatividade, fluidez, efemeridade, capacidade de transmissão de informações e mutabilidade.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como propõe Venturi, muitos teóricos seguem a mesma linha de pensamento a respeito da complexidade inerente tanto à arquitetura quanto às cidades, valorizando assim as relações, os contatos e a vivacidade destas últimas. Jacobs (2000), por exemplo, defende que as cidades diversificadas, repletas de estímulos e atividades, com circulação constante de pessoas, ou seja, cidades vivas, são aquelas capazes de se regenerar, ao contrário das cidades monótonas, condenadas à própria destruição.

As cidades vivas têm uma estupenda capacidade natural de compreender, comunicar, planejar e inventar o que for necessário para enfrentar as dificuldades [...]. As cidades monótonas, inertes, contêm, na verdade, as sementes de sua própria destruição e um pouco mais. Mas as cidades vivas, diversificadas e intensas contêm as sementes de sua própria regeneração, com energia de sobra para os problemas e as necessidades de fora delas (Jacobs, 2000, p.498).

As atuais interferências arquitetônicas nas cidades têm-se mostrado aderidas (ou em processo de adesão) aos novos propósitos de simbiose espaço-homem, valendo-se de soluções voltadas para os signos e os símbolos, capazes de possibilitar interações múltiplas via comunicação. No entanto, como acima comentado, é necessário que o projetista tenha em mente o fator contextual como elemento básico para que o interagente seja capaz de apreender aquilo que percebe.

## REFERÊNCIAS

- BROADBENT, G. Um guia pessoal descomplicado da teoria dos signos na arquitetura. In: NESBITT, K. (Org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1999*. 2.ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p.141-162.
- COLIN, S.V. *A poética das diferenças na obra de Robert Venturi e Denise Scott Brown*. 2000. Tese (Doutorado em Ciências da Arquitetura) — Programa de Pós-Graduação de Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LAMERS-SCHÜTZE, P. (Coord.). *Teoria da arquitetura: do Renascimento até aos nossos dias*. Lisboa: Taschen GmbH, 2006.
- MONTANER, J.M. *Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
- NARBONI, R.; BORRÀS, M.; COLLIN, C. (Coord.). *By night: arquitectura y luz*. Barcelona: Loft Publications, 2009.
- VENTURI, R. *Complexidade e contradição em arquitetura*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- VENTURI, R.; BROWN, D.; IZENOUR, S. *Aprendendo com Las Vegas*. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

## RESUMO

O artigo propõe uma leitura da arquitetura contemporânea sob o olhar pós-moderno de Robert Venturi e suas defesas do espaço simbólico e comunicativo, presentes nas obras “Complexidade e Contradição em Arquitetura” e “Aprendendo com Las Vegas”. Para tal, estabelece-se um paralelo que envolve, além da arquitetura em si, a iluminação como elemento de destaque dos projetos recentes, ligando a teoria de Venturi às buscas atuais de efemeridade, comunicação e interatividade. Conclui-se que, mesmo associado a problemas de manipulação social, esse tipo de projeção simbólica e comunicativa e sua complexidade são indispensáveis para a vitalidade urbana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação. Contemporaneidade. Robert Venturi. Simbolismo.

## **ARCHITECTURE AND LIGHT ON CONTEMPORARY COMPLEXITY: RECENT DESIGNS BASED ON THE THEORY OF ROBERT VENTURI**

### **ABSTRACT**

*The article proposes a reading of contemporary architecture from the postmodernist view of Robert Venturi and his defense of the symbolic and communicative space, in the works “Complexity and Contradiction in Architecture” and “Learning from Las Vegas”. To this end, a parallel was established which, in addition to architecture itself, involves lighting as an outstanding element of the recent projects, linking Venturi’s theory to contemporary seeking of ephemerality, communication and interactivity. It was concluded that although associated with problems of social manipulation, this type of symbolic and communicative design and its complexity, are essential for urban vitality.*

**KEYWORDS:** Communication. Contemporaneity. Robert Venturi. Symbolism.

ALIENAÇÃO VIA MOBILIDADE | Silke Kapp

Professora Doutora | Universidade Federal de Minas Gerais | Escola de  
Arquitetura | Departamento de Projetos | R. Paraíba, 697, Funcionários,  
30130-140, Belo Horizonte, MG, Brasil | *E-mail: kapp.silke@gmail.com*

| Recebido em 17/4/2012 e aceito para publicação em 4/5/2012

# ALIENAÇÃO VIA MOBILIDADE

## MOBILIDADE COMO LIBERDADE

A mobilidade é habitualmente considerada um bem, seja como possibilidade de deslocamentos cotidianos numa mesma região (mobilidade urbana) ou deslocamentos sazonais para além dela (mobilidade geográfica em geral), seja como possibilidade de mudança de domicílio (mobilidade residencial). Assim, prevalece um eufemismo em relação aos dispositivos que ampliem qualquer uma dessas possibilidades, não importando se o deslocamento é livre, induzido ou compulsório. O fato de se criarem mais dispositivos para que mais pessoas se desloquem mais vezes e para mais longe parece, erroneamente, equivaler a um aumento de liberdade, independência e autonomia de ação.

É claro que ninguém com um ideário minimamente democrático seria, por princípio, contrário à liberdade de ir e vir. O problema é que essa noção se reveste facilmente de hipocrisia. O dispositivo de ampliação da mobilidade, que, numa fase inicial, parecia de fato livre, torna-se compulsório com facilidade. A mobilidade de alguém que passa cinco horas diárias no transporte público entre moradia e trabalho não significa nenhuma liberdade, nem tampouco o são as mudanças provocadas por remoção, pressão imobiliária, desestruturação do contexto local, perseguição política, pobreza, clima, falta de oportunidades. Até mesmo o turismo — termo esse que sempre carrega consigo a conotação de férias e tempo livre — tem sido praticado menos por opção do que por falta de opção, sobretudo no setor do chamado turismo de negócios. Os funcionários dos *global players*

não circulam pelo mundo como abastados do século XVIII em *Grand Tour*, nem como *globetrotters*, mas como agentes de articulação entre mercados, empresas e instituições cujos destinos representam apenas pontos indiferentes de um mesmo empreendimento.

Uma questão óbvia nisso tudo é a relação direta entre o incremento de mobilidade e o consumo cada vez maior de recursos naturais (energia, matérias primas e espaço, sobretudo). Mas o raciocínio que vê no impacto ambiental da mobilidade o seu principal aspecto negativo costuma desembocar em tentativas de diminuir esse impacto sem questionar os deslocamentos enquanto tais e sem questionar seus efeitos políticos. Os prejuízos de uma mobilidade compulsória estão longe de se restringir à questão ambiental. Melhor do que substituir o automóvel particular pelo transporte coletivo ou pelo transporte não motorizado seria reduzir drasticamente a necessidade de longos deslocamentos diários de milhões de pessoas. Melhor do que criar novos loteamentos, conjuntos e condomínios ditos sustentáveis seria interromper os mecanismos que obrigam à mobilidade residencial e que a fazem equivaler à mobilidade social, seja no sentido ascendente ou descendente. Em suma, contrariando a já automatizada associação entre liberdade e movimento, caberia discutir como justamente a mobilidade pode significar uma forma de interdição e desestruturação da liberdade, em especial daquela liberdade que se manifesta como *autonomia coletiva* na produção do espaço.

### AUTONOMIA NO ESPAÇO

Autonomia é a possibilidade e a capacidade de indivíduos e grupos darem a si mesmos suas próprias normas. Portanto, autonomia não é o mesmo que arbitrariedade individual ou ausência de regras, mas, pelo contrário, contém a ideia do *nomos*, da norma. Contudo, essa norma não é imposta por uma instância externa (como nas situações de heteronomia), mas sim definida por aqueles que a ela estarão submetidos. Também por essa razão, a noção de autonomia é muito mais significativa quando entendida coletivamente, como um conjunto de acordos entre um grupo igualitário de pessoas, não hierárquico.

O que isso quer dizer em termos espaciais? Como foi extensamente discutido por Lefebvre (1976, 1991), o poder sobre a produção do espaço equivale ao poder sobre a sociedade em geral ou, inversamente, não há poder na sociedade que não seja também poder sobre a produção social do espaço. Não é difícil verificar isso nas cidades brasileiras, cujo desenvolvimento tem sido sempre mais pautado por interesses econômico-políticos do que pelos interesses e necessidades cotidianas da população em geral. Esta costuma estar submetida a uma produção heterônoma do meio urbano e até doméstico, da mesma maneira como está submetida a heteronomias nas esferas econômica, cultural e política. Na realidade, tais esferas são inseparáveis entre si e inseparáveis da dimensão espacial.

Em contrapartida, a autonomia no espaço — a possibilidade de determinação do espaço por aqueles que o usam ou habitam — significaria necessariamente uma rearticulação de poder em favor da escala local e microlocal. Como ressoa no velho termo *co-*

*munismo*, a liberdade começa na comuna ou na pequena unidade socioespacial. Não há dúvida de que é impossível resolver todos os problemas de uma sociedade complexa, a partir, somente, de pequenas unidades espaciais autônomas justapostas. Mas, por outro lado, uma democracia representativa em que legislam sobre o espaço apenas instâncias espacialmente muito abrangentes (de prefeituras a organizações supranacionais) leva, invariavelmente, à alienação do espaço cotidiano. Por mais bem intencionados que sejam os mecanismos da chamada participação popular, é impossível que haja autonomia coletiva em estruturas nas quais um único “representante” se põe no lugar de milhares de indivíduos ou pequenos grupos que, no interior dessas estruturas, nem sequer conseguem se fazer ouvir. Uma transformação social com sentido emancipatório deve incluir a autonomia na produção do espaço, a começar pela escala mais imediatamente concernente à vida cotidiana.

Embora a ideologia da propriedade privada e do enraizamento primordial no território (que é o ponto em que Heidegger e o nacional-socialismo convergem) torne suspeita qualquer discussão da chamada *territorialidade*, ainda assim, cabe lembrar que seres humanos são *res extensa*, têm corpos e vivem espacialmente, não apenas num sentido metafórico. Mantê-los sempre em movimento equivale à dominação — tanto quanto mantê-los cativos. Nos dois casos, o poder sobre o tempo é correlato do poder sobre o espaço. Uma sociedade de indivíduos que se movem continuamente em espaços determinados, de forma heterônoma, nunca é emancipada, da mesma maneira que o turista — em sua modalidade nova ou antiga — não é autônomo, mas, pelo contrário, obrigado a se submeter a regras alheias. Sua experiência da heteronomia também pode ser valiosa, desde que aconteça por opção, como forma de conhecimento. Para haver essa opção, deverá haver alternativa, isto é, a possibilidade de um engajamento efetivo e de longo prazo num determinado território, com decisões sobre sua configuração, seu compartilhamento, o uso de seus recursos naturais e sua forma de absorver necessidades e eventos humanos.

### TEMPO E ESPAÇO VIVIDOS

Numa investigação intitulada “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, o historiador Thompson (1967) descreve o processo social de mudanças e conflitos que levou à separação analítica das dimensões de tempo e espaço, assim como ao domínio do tempo quantificado do relógio sobre o tempo vivido ou natural. Para ele, tempo vivido é aquele definido pelos ciclos naturais, pelo corpo com suas paixões e seu tédio, pela ação e pelo evento; ele é o tempo que as crianças compreendem antes de serem disciplinadas pela escola. Suas medidas são imprecisas aos olhos modernos: Thompson (1967) menciona expressões como ‘uma Ave Maria’, ‘um torrar de milho’, uma ‘mijada’ (*a pissing while*).

Perceber esse tempo é perceber seus conteúdos. Na verdade, *ele não existe sem seus conteúdos*. Não faz sentido dizer que o tempo vivido ‘passa’ ou que pode ser usado ou

poupado. Da mesma maneira como não se deixa apartar dos acontecimentos, o tempo vivido não se deixa apartar dos espaços desses acontecimentos. O dia, o intervalo variável entre a aurora e o crepúsculo, é o tempo de um movimento (dos corpos celestes) no espaço. Inversamente, a jornada, o caminho que se consegue percorrer a pé num dia, é usada como medida de distância. Thompson (1967) remete a um relato do dramaturgo Synge (1941) sobre sua vida nas Ilhas de Aran, no qual deixa evidente a inseparabilidade de tempo e espaço vividos: as pessoas ali mediam o tempo pela sombra do marco da porta no chão da cozinha; em dias de vento sul, quando essa porta ficava fechada, desaparecia também a medida de tempo.

Thompson também remete à diferença que Lefebvre traça entre 'tempo cíclico' e 'tempo linear', para indicar a contraposição acima discutida. Mais importante, no entanto, parece ser o uso que o último autor faz da expressão 'espaço vivido'. Ao ampliar a compreensão dos processos sociais de uma perspectiva histórica para uma perspectiva também espacial, Lefebvre (1991) evidencia como os imperativos do capitalismo colonizam o espaço pelo menos tanto quanto colonizam o tempo, moldando a vida cotidiana das modernas sociedades industriais<sup>1</sup>. Nessas sociedades, assim como o tempo é fragmentado e depois reunido segundo a estrutura funcional abstrata do relógio, o espaço é fragmentado e reordenado abstratamente.

Ora, a mobilidade moderna nada mais é do que a articulação entre essas duas dimensões de tempo e espaço, ambas tornadas abstratas. Em outras palavras, a mobilidade moderna é a articulação entre um tempo não vivido e um espaço não vivido. O primeiro fenômeno a incidir substancialmente nas duas dimensões talvez tenha sido o desenvolvimento do transporte ferroviário no século XIX: com ele, o tempo e o espaço da viagem se tornam independentes dos acontecimentos dentro e fora dos trens; qualquer evento que altere o destino ou a duração do percurso nada mais é do que um transtorno.

Uma das sátiras mais conhecidas dessa diferença entre mobilidade abstrata e mobilidade vivida é o longa-metragem *Mon Oncle* (Meu Tio), realizado por Jaques Tati em 1956-1957. Ali se contrapõem a abastada casa modernista no novo e bem planejado subúrbio (moradia do sobrinho Gerard) e o cortiço cheio de improvisos no antigo e decadente distrito de Saint-Maur-des-Fossés (moradia de seu tio). A essas duas moradias correspondem duas condições de movimento cotidiano: o moderno, sempre orquestrado por espaços e equipamentos predeterminados; e o antigo, que traz a lembrança de alguma espontaneidade de ação. Notável a respeito desse filme, além da caricatura da arquitetura e do urbanismo modernistas, é o fato de ele ter sido um sucesso de público e crítica. Muitos parecem ter-se identificado com as contradições em cena<sup>2</sup>. O filme *Play Time*, que Tati conclui dez anos mais tarde, passa-se numa gigantesca cidade cenográfica de concreto e vidro (Tativille), sem o contraponto de um espaço pré-moderno. Coincidentemente ou não, foi um fracasso.

## OUTRAS MOBILIDADES

O movimento é parte essencial de quase todas as utopias urbanas do século XX, a começar por projetos como *La Citta Nuova* (1912–1914) do futurista Antonio Sant’Elia, ou a *Ville Contemporaine* (1922) de Le Corbusier. Mas enquanto esses são exemplos de configurações que mais promovem do que criticam a mobilidade abstrata, tida por inerente ao funcionamento da sociedade industrial, as décadas de 1950 e 1970 produziram alternativas mais incisivas para uma recuperação ou reinvenção do que se poderia denominar mobilidade vivida.

Isso vale particularmente para as concepções herdadas ou criadas pela Internacional Situacionista, tais como o urbanismo unitário, a psicogeografia e a deriva. Ao contrário dos exemplos acima citados, não se trata aqui da determinação de uma ou outra forma física que a cidade deveria ter depois de ‘pronta’ e pela qual os habitantes poderão então circular. O conceito de urbanismo unitário rompe, antes de mais nada, com essa abordagem que os ingleses chamam de *blueprint planning* (Taylor, 1998) e da qual modelos como o de Sant’Elia e Le Corbusier também são reféns. Em vez disso, o urbanismo unitário almeja outra prática de produção do espaço urbano, que “induz à transformação permanente, a um movimento acelerado de abandono e de reconstrução da cidade no tempo e, ocasionalmente, também no espaço” (Internacional Situacionista, 2003b, p.103).

Na concepção de seus autores, esse urbanismo crítico poderia e deveria ser aplicado a cidades e sociedades existentes (na década de 1950), em vez de definir de antemão uma forma da cidade futura. Um exercício nesse sentido seria a deriva: “uma técnica de passagem rápida por ambiências variadas”, realizada por pequenos grupos de pessoas, geralmente durante “o intervalo de tempo compreendido entre dois períodos de sono”, numa extensão que poderia variar da vizinhança até a grande cidade, dependendo dos objetivos e das motivações conscientes ou inconscientes dos participantes (Debord, 2003, p.88). Por um lado, a deriva é a negação determinada da funcionalidade usual do movimento e, por outro, a tentativa de recuperação de uma experiência subjetiva, não mecânica e não rotineira desse movimento. “Uma ou várias pessoas que se dediquem à deriva estão rejeitando, por um período mais ou menos longo, os motivos de se deslocar e agir que costumam ter com os amigos, no trabalho e no lazer, para entregar-se às solicitações do terreno e das pessoas que nele venham a encontrar” (Debord, 2003, p.87).

Mas o conceito da deriva não é apenas “absolutamente oposto às tradicionais noções de viagem e passeio” (Debord, 2003, p.87). Sua crítica vai além dos deslocamentos cotidianos usuais. A deriva e a própria ideia do urbanismo unitário são também críticas às formas de habitação urbana e à contraposição espacial de movimento e repouso prescrita no zoneamento da Carta de Atenas mediante a separação das funções de habitação, trabalho, lazer e circulação (daí também o termo “unitário”). O urbanismo unitário deveria significar um espaço urbano mutável, experimentado, apropriado e refeito continuamente, que possibilitaria uma síntese de autonomia (pelo menos individual) e movimento.

## VELHA BABILÔNIA

Constant Nieuwenhuys procurou traduzir isso num modelo espacial “que abandona o conceito de ‘assentamento’ e em vez disso enfatiza a mobilidade, a liberdade de tempo e espaço” (Wigley, 1998, p.224): a *Nova Babilônia*, cujos desenhos iniciou em 1956. A empreitada tem algo de paradoxal, pois não deveria haver modelo de uma cidade produzida continuamente por todos os seus “vivenciadores” (Internacional Situacionista, 2003a, p.57). O próprio Constant (1973, p.280) tenta fugir desse paradoxo, afirmando que não se trata de um projeto de urbanismo, de uma estrutura arquitetônica ou de uma obra de arte, mas da “tentativa de materializar a teoria de um urbanismo unitário”.

No entanto, justamente esse tipo de tentativa reduz o potencial da crítica que lhe dá origem. Em lugar de fomentar a compreensão da realidade e eventualmente transformá-la pela conjunção de múltiplos raciocínios e ações, a crítica tornada ‘construtiva’ e traduzida em proposta concreta tende a ser apenas uma imagem invertida do real, cuja recepção se limita a uma avaliação de viabilidade com os parâmetros da sociedade tal como ela é. Marx e Engels já combatiam o socialismo utópico pela mesma razão.

De fato, a concepção de Constant segue em muitos aspectos a lógica da sociedade que pretende superar. Sua ideia de substituição da moradia fixa por “uma espécie de hotel residencial [...] que permite uma mudança frequente de domicílio” (Constant, 1973, p.281) está bem próxima do cotidiano dos *frequent travelers* atuais, no qual, aliás, transporte e moradia se confundem. E a concepção de Constant acerca da abolição do trabalho não criativo e da “reativação da gigantesca potência criativa [das massas]”, que resultaria numa “organização constantemente variada do meio ambiente”, tornaria o movimento tão incessante quanto ele é de fato no produtivismo real.

Adorno alertou há mais de 60 anos para essa armadilha da identificação da sociedade emancipada com “um comportamento humano formado a partir do modelo da produção como fim em si mesma” ou “a ideia da atividade sem peias, da criação ininterrupta, da insaciabilidade de boca cheia, da liberdade como empresa a todo vapor”; em vez disso, “talvez a verdadeira sociedade se farte do desenvolvimento e deixe, por pura liberdade, possibilidades sem utilizar”; a utopia deveria incluir a hipótese de não se fazer nada — “*Rien faire comme une bête*” (Adorno, 1992, p.137).

Assim, certo caráter reacionário da Nova Babilônia não advém apenas do fato de que o modelo físico ou desenhado “acaba congelando, restringindo e aprisionando o próprio discurso que pregava a mobilidade, a liberdade total e a criação da cidade pelos seus habitantes” (Jaques, 2003, p.28). Igualmente questionável é esse discurso mesmo ou o urbanismo que faz da mobilidade um ideal. Yona Friedman, que também formula concepções de arquitetura móvel e cidade espacial na mesma época (com megaestruturas desmontáveis e adaptáveis aos desejos de seus ocupantes), critica Constant por essa hipótese da mobilidade, considerando que seria melhor oferecê-la a quem quiser do que impor mobilidade sem-fim a todos (Wigley, 1998).

## MAQUIAVEL POR DEBORD

Essa distinção entre mobilidade livre e mobilidade compulsória torna-se mais contundente em *A Sociedade do Espetáculo* (1967), principal obra teórico-política de Guy Debord, redigida já numa fase de questionamento do urbanismo unitário. O texto como um todo é uma análise do capitalismo industrial e das novas formas de alienação num estado de bem-estar social ainda não abalado pelas crises econômicas da década de 1970, mas já plenamente estruturado para o consumo de massa. Tema central de Debord é, como o próprio nome diz, o *espetáculo* ou “uma relação social entre pessoas mediatizada por imagens” (Debord, 1967, *online*). Mas ele não quer simplesmente demonizar meios de comunicação, entretenimentos triviais, anúncios e propagandas ou, enfim, o mundo de representações de uma indústria cultural que existiria, por assim dizer, ao lado do mundo real. Sua premissa é que a sociedade do espetáculo transforma em representação tudo o que já foi ou poderia ser diretamente vivido (Debord, 1967, *online*), inclusive tempo e espaço cotidianos. Por isso, o ensaio inclui capítulos especificamente dedicados ao “tempo espetacular” e à “ordenação do território” (*L'aménagement du territoire*).

Esse capítulo descreve a produção de um espaço globalizado, homogêneo, fragmentado, pasteurizado, no qual desaparecem paulatinamente as características que outrora fizeram das cidades lugares potenciais de emancipação. O capítulo é precedido por uma citação de *O Príncipe* de Maquiavel:

Quem se torna senhor de uma cidade habituada a viver livre, e não a destrói, será destruído por ela, porque ela sempre invocará, na rebelião, o nome de sua liberdade e de sua antiga ordem, as quais nem o passar do tempo nem os benefícios jamais farão esquecer. Não importa o que se fizer ou as precauções que se tomarem, se não se expulsarem e se dispersarem os habitantes, eles não esquecerão aquele nome e aquela ordem [...] (Maquiavel, 1993, p.21).

Maquiavel faz a recomendação acima para quem pretende dominar “cidades ou principados que, antes de serem ocupados, viviam sob suas próprias leis”, isto é, cidades que tinham *autonomia* ou normas próprias, em contraposição a cidades “habitadas a viver sob o governo de um príncipe” (Maquiavel, 1993, p.21). Para Maquiavel, destruir uma cidade livre significa tanto o desmantelamento de suas estruturas políticas, quanto a alteração radical de suas estruturas físico-espaciais. Nos *Discursos*, ele explicita esse último aspecto: o conquistador “deve destruir as velhas cidades e construir cidades novas, e transferir os habitantes de um lugar a outro; em suma, não deixar coisa nenhuma intacta” (Maquiavel, 1532, *online*).

As cidades que Maquiavel tem em mente não são comparáveis às nossas metrópoles e nem mesmos às metrópoles do tempo de *A Sociedade do Espetáculo*. Quando

*O Príncipe* e os *Discursos* foram escritos, na década de 1510, Florença contava em torno de 50 mil habitantes, o que equivale, hoje, a um terço de Copacabana, metade da favela da Rocinha ou duas vezes a cidade de Parati<sup>3</sup>. Transposta para termos atuais, a reestruturação de uma cidade na escala de Maquiavel corresponderia à reestruturação de um bairro ou de uma favela consolidada. Mas, de um modo ou de outro, continua verdade que forçar a chamada mobilidade residencial implica desfazer redes sociais que, para além das relações afetivas, significam força política. Alienar é tornar estrangeiro e impotente. Inversamente, a autonomia da cidade depende da consciência dos cidadãos em relação ao espaço que ocupam e produzem, e essa consciência é historicamente construída. Assim, as duas teses de Debord sobre “A ordenação do território” que sucedem a citação de Maquiavel são uma crítica àquela ruptura de barreiras regionais que hoje chamamos de globalização. Debord a toma em analogia com o desmantelamento da cidade livre:

A produção capitalista unificou o espaço, que não é mais limitado pelas sociedades exteriores. Esta unificação é, ao mesmo tempo, um processo extensivo e intensivo de *banalização*. A acumulação das mercadorias produzidas em série para o espaço abstrato do mercado, do mesmo modo que quebrou todas as barreiras regionais, legais, e todas as restrições corporativas da Idade Média que mantinham a *qualidade* da produção artesanal, também dissolveu a autonomia e a qualidade dos lugares (Debord, 1967, *online*).

Assim como os habitantes de uma cidade destruída e reconstruída por um conquistador, os habitantes do espaço global produzido pelo capital são tornados estrangeiros e impotentes, porque se desfaz a “autonomia e a qualidade dos lugares” com os quais esses habitantes poderiam se identificar e pelos quais poderiam se engajar diretamente. Debord escreve essa crítica no contexto da suburbanização das cidades europeias, particularmente sob a impressão da construção do *Grand Ensemble* de Sarcelles<sup>4</sup>. Para ele, é central a ideia de que a dominação eficaz e duradoura pressupõe a alienação do espaço da vida cotidiana — talvez ainda mais do que a alienação do trabalho. Enquanto o espaço produzido autonomamente e com qualidades locais específicas tende a potencializar a consciência histórica e política dos cidadãos, um espaço sobre o qual a população não tem poder de decisão e ação possibilita o espetáculo, isto é, a substituição da realidade vivida por representações heterônomas. Assim, o que Debord chama de sociedade do espetáculo depende da atomização espacial dos indivíduos e de sua posterior reunião sob arranjos controlados, seja na fábrica, no supermercado, no clube ou no centro cultural.

Nesse sentido, a mobilidade residencial (o deslocamento dos locais de moradia da população) e a mobilidade urbana cotidiana (os longos percursos da moradia até os

locais de trabalho, estudo, lazer, comércio) estão intrinsecamente relacionadas entre si. Ambas as formas de mobilidade se tornaram formas de dominação. Cabe lembrar que, na mesma década de 1960 em que Debord escreve a *Sociedade do Espetáculo*, diversos movimentos práticos e teóricos em favor das vizinhanças se insurgiram contra o desmantelamento do espaço cotidiano, como exemplificam as pesquisas sociológicas de Young e Willmot (1992) e o engajamento de Jacobs (2003). Mas tais movimentos não foram capazes de detê-lo. A recriação artificial de vizinhanças pretensamente orgânicas não foi, de um modo geral, bem sucedida, talvez porque aos espaços faltasse história e aos habitantes, consciência histórica.

Mas há uma ambiguidade na argumentação de Debord (1967), quanto à já mencionada diferença entre a mobilidade livre e a mobilidade compulsória e alienante. A queda de barreiras não pertence apenas ao ideário das macroinstituições do mundo administrado (*Horkheimer*) e da pretensa liberdade de mercado, mas, ao menos em teoria, equivale também à liberdade humana. Não por acaso ela é evocada nos nomes da *Internacional Comunista* ou da própria *Internacional Situacionista*, cofundada por Debord. Além de reserva de mercado, barreiras também costumam significar tirania de poderes políticos locais, restrições da liberdade de indivíduos e grupos dissidentes e assim por diante. A Internacional Comunista queria ser tão internacional quanto o capital e suas instituições, sob a premissa de que uma sociedade emancipada não teria barreiras espaciais. Por isso, assim como a relação entre mobilidade e liberdade não é necessariamente positiva, também não é necessariamente negativa. Há aí uma dialética na qual nossas reflexões sobre o urbano deveriam se aprofundar com muito mais contundência do que tem acontecido nas apologias do movimento ou do não movimento.

## NOTAS

1. Cabe observar que, para Lefebvre e muitos outros, socialismo real e capitalismo diferem apenas pelo fato de o primeiro transferir a propriedade dos meios de produção ao Estado. Como demonstra a China na atualidade, esse "capitalismo de Estado" de fato tem a mesma estrutura de produção do capitalismo de mercado.
2. *Mon Oncle* ganhou, entre outros prêmios, o Prêmio do Júri no Festival de Cannes em 1958 e o Oscar de Melhor Filme Estrangeiro em 1959.
3. Em 1427, Florença contava com 37 mil habitantes e em 1552, 60 mil (Najemy, 2006, p.100). No Censo de 2010, a Rocinha tem 100 mil habitantes, enquanto a população urbana de Parati é de 27 mil habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010).

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. *Minima moralia*: reflexões a partir da vida danificada. São Paulo: Ática, 1992.

CONSTANT, N. Nueva babilonia. In: ULRICH, C. *Programas y manifestos de la arquitectura del siglo XX*. Barcelona: Lumen, 1973.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. 1967. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.com/eLibris/socespetaculo.html>>. Acesso em: 18 fev. 2012.

DEBORD, G. Teoria da deriva. In: JAQUES, P.B. (Org.). *Apologia da deriva*: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p.87-91.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>.

INTERNACIONAL Situacionista. Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência situacionista internacional. In: JAQUES, P.B. (Org.). *Apologia da deriva*: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003a. p.43-59.

INTERNACIONAL Situacionista. Urbanismo unitário no fim dos anos 1950. In: JAQUES, P.B. (Org.). *Apologia da deriva*: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003b. p.100-105.

JAQUES, P.B. Apresentação. In: JAQUES, P.B. (Org.). *Apologia da deriva*: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p.13-15.

JACOBS, J. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

4. *Grands Ensembles* são os grandes conjuntos habitacionais franceses construídos entre as décadas de 1950 e 1970 sob os preceitos do modernismo arquitetônico e urbanístico. Sarcélles foi o primeiro desses conjuntos, com mais de 12 mil moradias. Em uma entrevista concedida a Kristin Ross em 1983, Henri Lefebvre menciona o quanto a construção desse conjunto foi emblemática para as concepções de Debord (Lefebvre, 1997).

## APOIO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais e Financiadora de Estudos e Projetos.

LEFEBVRE, H. *The survival of capitalism*: reproduction of the relations of production. London: Allison & Busby, 1976.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, H. Henri Lefebvre on the situationist international: interview by Kristin Ross. 1997. Available from: <<http://www.notbored.org/lefebvre-interview.html>>. Cited: 10 Sept. 2011.

MAQUIAVEL, N. *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*. 1532. Disponível in: <<http://www.latinamericanhistory.net/discorsi1.html>>. Acesso: 19 fev. 2012.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

NAJEMY, J.M. *A history of Florence: 1200-1575*. Oxford: Blackwell, 2006.

SYNGE, J.M. *Plays, poems, and prose*. London: Everyman, 1941.

TAYLOR, N. *Urban planning theory since 1945*. London: Sage, 1998.

THOMPSON, E.P. Time, work-discipline, and industrial capitalism. *Past and Present*, n.38, p.56-97, 1967.

WIGLEY, M. *Constant's new babylon*: the hyper-architecture of desire. Rotterdam: 010 Publishers, 1998.

YOUNG, M.; WILLMOT, P. *Family and kinship in East London*. Los Angeles: University of California, 1992.

## RESUMO

A mobilidade é um atributo da sociedade moderna que tem sido celebrado nos campos da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano há um século. Este artigo examina o ideal da mobilidade à luz da possibilidade de uma autonomia coletiva dos habitantes urbanos na produção do espaço, sobretudo em escala local e microlocal. Para isso, são retomadas algumas discussões da segunda metade do século XX, tais como o estudo de Thompson sobre a transformação do tempo vivido em tempo abstrato, a crítica da mobilidade abstrata pelos situacionistas e a crítica dessa crítica por Guy Debord, Henri Lefebvre e outros. Retomar essas discussões permite compreender a mobilidade dialeticamente, isto é, como constitutiva, também, de uma forma de alienação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alienação. Espaço abstrato. Internacional situacionista. Mobilidade.

## ALIENATION VIA MOBILITY

### ABSTRACT

*Mobility is an attribute of modern society that has been celebrated in the fields of architecture, urbanism and urban planning for a century. This article examines the ideal of mobility in the light of the possibility of collective autonomy of urban dwellers in the production of space, especially on a local and microlocal scale. For this reason, some discussions from the second half of the twentieth century are resumed, such as Thompson's study on the transformation of time lived into abstract time, the critique of abstract mobility by situationists, and the critique of this critique by Guy Debord, Henri Lefebvre and others. Resuming these discussions allows us to understand mobility dialectically, i.e., also as constituting a form of alienation.*

**KEYWORDS:** Alienation. Abstract space. Situationist international. Mobility.

RESPOSTAS MUNICIPAIS AO PROBLEMA DE HABITAÇÃO SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA  
DE CURITIBA | Tomás Antonio Moreira, Gisela Cunha Viana Leonelli, Paulo Nascimento Neto

Professor Doutor | Pontifícia Universidade Católica do Paraná | Curso de  
Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana |  
R. Imaculada Conceição, 1155, Bloco II, Parque Tecnológico, 80215-901,  
Curitiba, PR, Brasil | Correspondência para/Correspondence to: T.A.  
MOREIRA | E-mail: [tomas\\_moreira@hotmail.com](mailto:tomas_moreira@hotmail.com)

Professora Doutora | Pontifícia Universidade Católica do Paraná | Curso de  
Arquitetura e Urbanismo | Curitiba, PR, Brasil

Doutorando | Pontifícia Universidade Católica do Paraná | Programa de  
Pós-Graduação em Gestão Urbana | Curitiba, PR, Brasil

| Recebido em 27/10/2011 e aceito para publicação em 14/2/2012

# **RESPOSTAS MUNICIPAIS AO PROBLEMA DE HABITAÇÃO SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

## **INTRODUÇÃO**

A transformação do quadro da política habitacional, a partir dos anos 2000, ao mesmo tempo que evidencia novas condutas, demarcando uma inflexão processual, é também reflexo de ações empreendidas pelos poderes públicos em decênios anteriores. Isso porque, por um lado, a despeito das transformações ocorridas nas políticas habitacionais ao longo do tempo, é latente que não ocorreram melhorias significativas nos espaços urbanos produzidos, refletindo numa crise urbana cumulativa; e, por outro lado, as mudanças de postura no enfrentamento do déficit habitacional, no financiamento dos programas e no grau de participação popular permitem especular sobre a existência de uma inflexão processual. Nas políticas habitacionais no Brasil é possível identificar recorrências e inflexões, como as que vêm ocorrendo na Região Metropolitana de Curitiba. Para evidenciar as possíveis recorrências e/ou inflexões, apresentar-se-á a nova formulação das Políticas de Habitação no Estado do Paraná e posteriormente, pautar-se-á o comportamento das transformações atuais da Região Metropolitana de Curitiba para chegar à análise do papel dos planos municipais de habitação e suas contribuições.

## **DÉCADA DE 2010: AS PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS LOCAIS HABITACIONAIS NO ESTADO DO PARANÁ**

A elaboração de Planos Municipais de Habitação de Interesse Social, como ocorre no Estado do Paraná, demarcando uma inflexão para os municípios brasileiros, insere-se,

por um lado, no contexto de mudanças no quadro institucional no País a partir da última década, tanto com relação aos marcos legais (Fernandes & Alfonsin, 2003) quanto à regulação local na elaboração, implementação e gestão de políticas urbanas e habitacionais (Cardoso & Valle, 2000; Cardoso, 2007; Bonduki, 2008). Por outro lado, essa elaboração se insere em face dos novos questionamentos sobre a totalidade da problemática habitacional brasileira, que se configurou como consequência da pobreza e da miséria urbana que caracterizam a paisagem social do País, bem como do acúmulo de situações decorrentes de práticas institucionais que registram resoluções restritas, frágeis ou mesmo inadequadas quando confrontadas com as soluções indispensáveis. A isso se somam as práticas informais que resultam, em sua grande maioria, em moradias que não atendem aos critérios mínimos de habitabilidade, tanto pelos padrões construtivos e indisponibilidade de infraestrutura urbana, quanto pela irregularidade e ilegalidade da ocupação da terra (Moreira *et al.*, 2010).

No caso do Paraná, essa problemática habitacional é latente (Moura & Silva, 2008). O déficit habitacional quantitativo é da ordem de 167 mil, e o qualitativo de 1,4 milhões, sendo identificado que praticamente 800 mil paranaenses residem em áreas irregulares, a grande maioria às margens de rios.

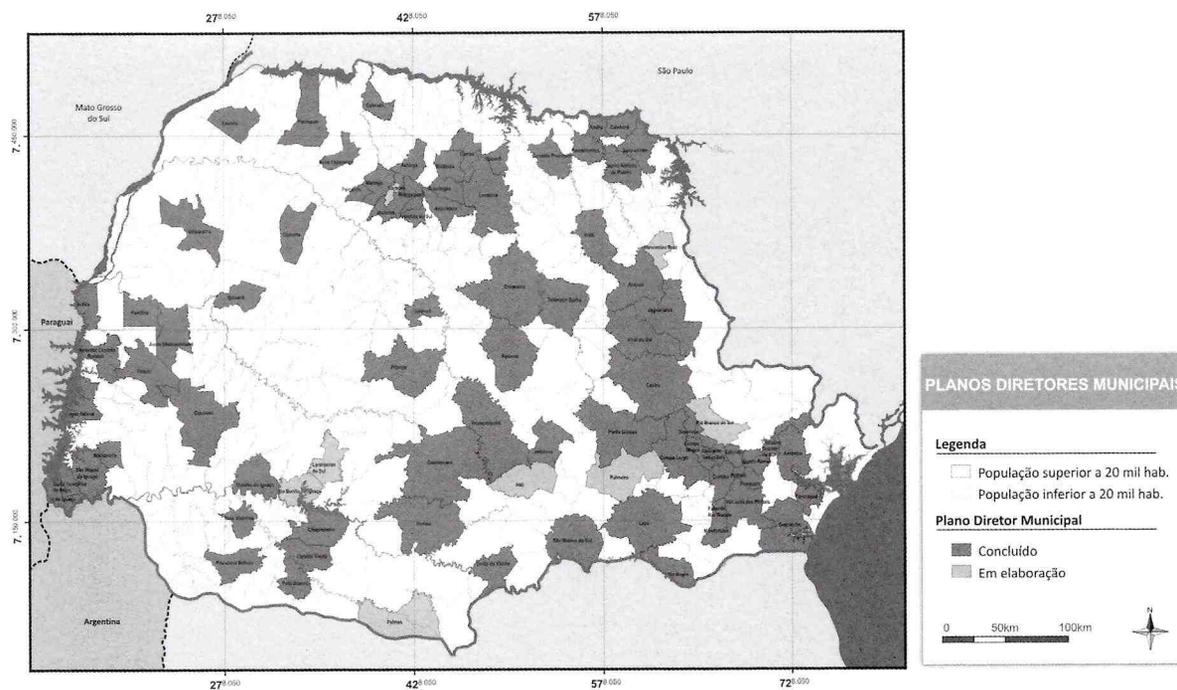
O equacionamento das políticas, programas e sistemas institucionais de provisão de soluções nos âmbitos estadual e municipal levam em conta, necessariamente, as exigências de descentralização e de máxima flexibilidade na elaboração das estratégias de solução, bem como a participação dos diferentes atores sociais intervenientes na questão habitacional, sejam eles de instituições públicas, instituições privadas ligadas ao mercado, de organizações não governamentais, de organizações sociais, ou ainda de movimentos sociais.

No Paraná, as perspectivas das políticas locais habitacionais estão delineadas, inicialmente, por meio dos Planos Diretores.

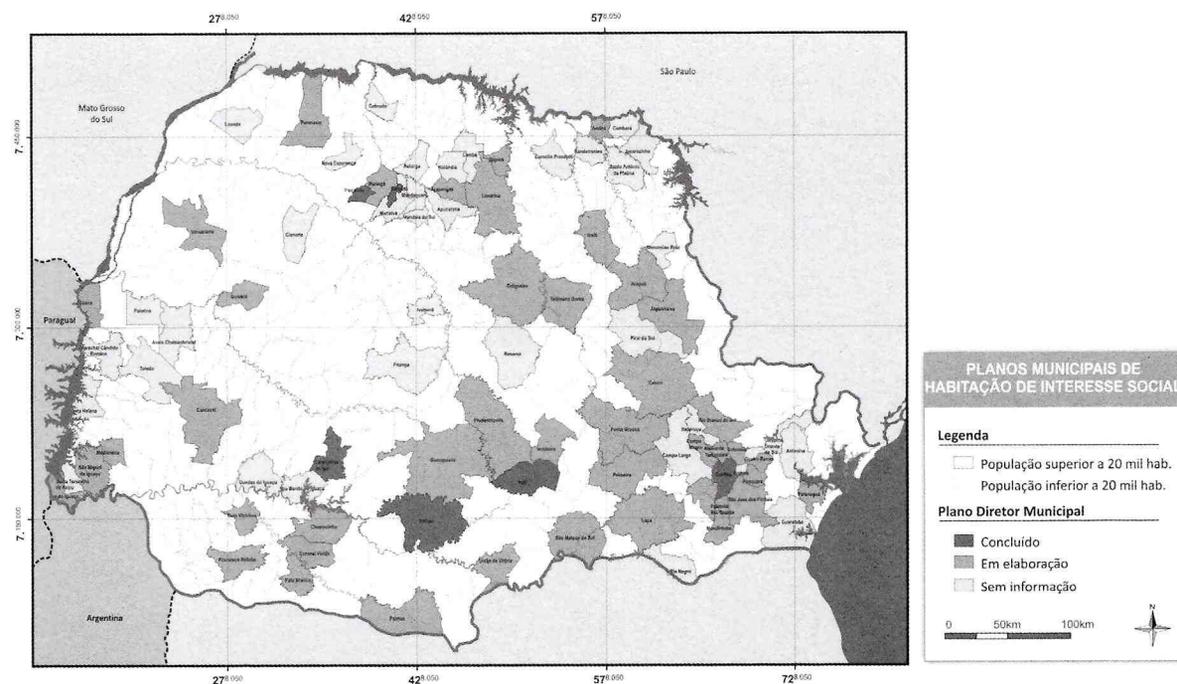
Dos 399 municípios paranaenses, 92 possuem mais de 20 mil habitantes, assim distribuídos: 55 municípios (13,8%) com população entre 20 mil e 50 mil habitantes; 17 (4,3%) possuem entre 50 mil e 100 mil habitantes; e 20 (5,0%) com população superior a 100 mil habitantes.

Dentre esses municípios com população superior a 20 mil habitantes, apenas 7 ainda estão em fase de finalização do Plano de Diretor (Figura 1): Sarandi, Irati, Palmas, Rio Branco do Sul, Laranjeiras do Sul, Wenceslau Braz e Rio Bonito do Iguaçu.

Uma vez aprovados, os Planos Diretores transformam-se em instrumentos orientadores da política de desenvolvimento, controle e expansão urbana dos municípios, servindo como balizadores para o processo de planejamento municipal e dos Planos Municipais de Habitação de Interesse Social. A elaboração e implementação dos diversos Planos, conjuntamente com o estadual (em elaboração), representam uma grande perspectiva para mudar o perfil das práticas de políticas de habitação, na busca pela transformação da realidade dos municípios.



**FIGURA 1** – Planos Diretores no Estado do Paraná, com população superior a 20 mil habitantes.  
 Fonte: Adaptado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (2011).



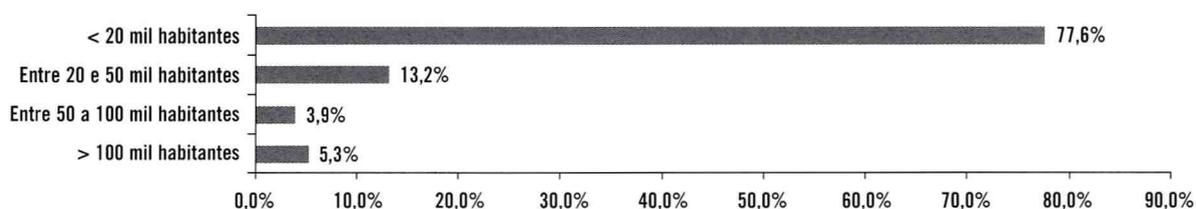
**FIGURA 2** – Municípios paranaenses com Planos Diretores aprovados, segundo a distribuição demográfica.  
 Fonte: Elaborado pelos autores, com dados da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (2011).

Da mesma forma, dentre os 307 municípios com menos de 20 mil habitantes, quase todos já finalizaram o Plano Diretor (faltando apenas 12), o que representa aproximadamente 77% dos Planos Diretores aprovados no Paraná (Figura 2).

No que toca ao Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, dentre os municípios paranaenses com população superior a 20 mil habitantes, 9 já o concluíram,

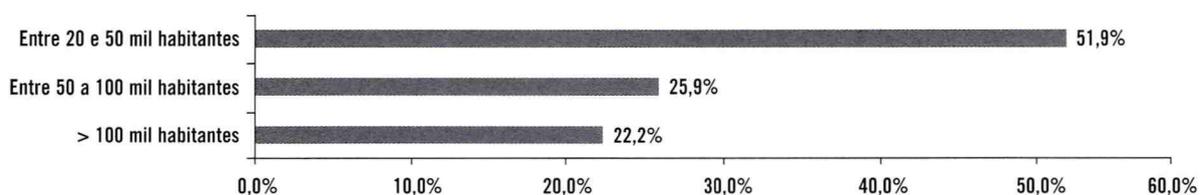
enquanto 55 encontram-se em processo de elaboração (33 na fase de proposta metodológica, 13 na elaboração do diagnóstico e 9 na elaboração de diretrizes e ações estratégicas).

A elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social apresenta maior percentual nos municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes (aproximadamente 52%), enquanto os municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes apresentam praticamente 26%, e aqueles com população superior a 100 mil habitantes representam 22%. A maioria desses municípios firmou contrato com o Ministério das Cidades, recebendo aportes financeiros, sobretudo em 2007 e 2008. Os que o fizeram em 2007 são: Maringá, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Cascavel, São José dos Pinhais, Paranaguá e Araucária. Os que o fizeram em 2008 são: Londrina, Colombo e Guarapuava (Figuras 3 e 4).



**FIGURA 3** – Municípios paranaenses com Planos Municipais de Habitação de Interesse Social, segundo a distribuição demográfica.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2011.



**FIGURA 4** – Status dos Planos Municipais de Habitação de Interesse Social no Estado do Paraná, em municípios com mais de 20 mil habitantes.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2011.

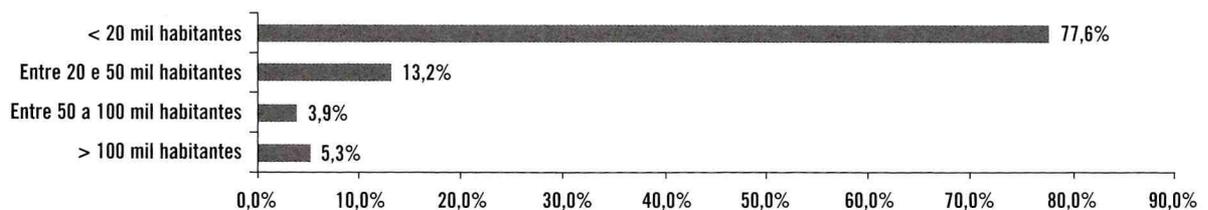
O processo de desenvolvimento dos diferentes Planos Habitacionais, em diferentes arenas federativas, demonstra a construção de um sistema de política pública habitacional que não existia no País e que favorece o estabelecimento de uma rede de ações e de atores sociais.

Na arena municipal, é fundamental compreender a importância da relação dos Planos Diretores com os Planos de Habitação de Interesse Social, uma vez que ambos fazem parte de um mesmo grupo de estratégias, adotadas a partir do início da década de 2000, com o objetivo de instituir novas políticas públicas municipais de curto, médio e longo prazo, que oferecessem propostas de mudanças.

No Paraná, os municípios que elaboraram seu Plano Diretor são majoritariamente os de pequeno porte, e minoritariamente os de médio porte — dado fundamental para refletir acerca do sistema de políticas públicas. Também se constatou que são

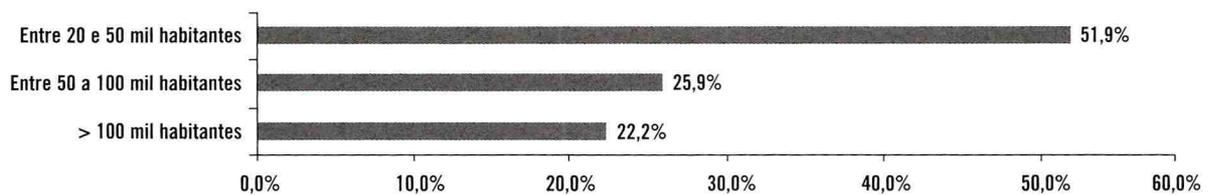
enquanto 55 encontram-se em processo de elaboração (33 na fase de proposta metodológica, 13 na elaboração do diagnóstico e 9 na elaboração de diretrizes e ações estratégicas).

A elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social apresenta maior percentual nos municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes (aproximadamente 52%), enquanto os municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes apresentam praticamente 26%, e aqueles com população superior a 100 mil habitantes representam 22%. A maioria desses municípios firmou contrato com o Ministério das Cidades, recebendo aportes financeiros, sobretudo em 2007 e 2008. Os que o fizeram em 2007 são: Maringá, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Cascavel, São José dos Pinhais, Paranaguá e Araucária. Os que o fizeram em 2008 são: Londrina, Colombo e Guarapuava (Figuras 3 e 4).



**FIGURA 3** – Municípios paranaenses com Planos Municipais de Habitação de Interesse Social, segundo a distribuição demográfica.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2011.



**FIGURA 4** – Status dos Planos Municipais de Habitação de Interesse Social no Estado do Paraná, em municípios com mais de 20 mil habitantes.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2011.

O processo de desenvolvimento dos diferentes Planos Habitacionais, em diferentes arenas federativas, demonstra a construção de um sistema de política pública habitacional que não existia no País e que favorece o estabelecimento de uma rede de ações e de atores sociais.

Na arena municipal, é fundamental compreender a importância da relação dos Planos Diretores com os Planos de Habitação de Interesse Social, uma vez que ambos fazem parte de um mesmo grupo de estratégias, adotadas a partir do início da década de 2000, com o objetivo de instituir novas políticas públicas municipais de curto, médio e longo prazo, que oferecessem propostas de mudanças.

No Paraná, os municípios que elaboraram seu Plano Diretor são majoritariamente os de pequeno porte, e minoritariamente os de médio porte — dado fundamental para refletir acerca do sistema de políticas públicas. Também se constatou que são

A despeito do peso econômico, da concentração de atividades e do poder existente nesses espaços, tanto nas dinâmicas estaduais quanto nacionais, problemas crescentes de difícil solução, como os habitacionais, e uma aparente condição de ingovernabilidade traduzem ou sintetizam a situação por que passam as regiões metropolitanas brasileiras (Guimarães Neto, 1997; Maricato, 2011). Apesar de as metrópoles serem frequentemente associadas ou quase sinônimas da capacidade de geração de riqueza, conhecimento e inovação, são os problemas sociais que efetivamente dão a tônica às características metropolitanas: estas representam o *locus* preponderante dos problemas sociais. A situação das metrópoles brasileiras reflete, “especialmente e territorialmente, os graves desajustes históricos e estruturais da nossa sociedade” (Ferreira, 2009, p.11), cuja essência é justamente a concentração e a exclusão socioterritorial (Bursztyjn, 2007).

A Região Metropolitana de Curitiba apresenta características muito semelhantes às demais regiões metropolitanas do País, destacando-se a relação inversa entre crescimento de demandas e capacidade de resposta equitativa. Um dos sintomas mais fortes e visíveis da segregação socioespacial metropolitana é a segregação socioespacial da população no processo de ocupação do espaço urbano e seu limitado direito à cidade (Alfonsin & Fernandes, 2006).

Estudos recentes da Organização das Nações Unidas (ONU), apresentados por Yves Cabannes no V Fórum Urbano Mundial no Rio de Janeiro, em março de 2010, mostram claramente que a Região Metropolitana de Curitiba tende a apresentar, cada vez mais, uma desigualdade em relação à capital. Consta-se que, entre 2007 e 2008, a população de Curitiba aumentou em pouco mais de 30 mil habitantes, enquanto o município passou de 1 797 408 habitantes para 1 828 092 habitantes (aumento de 1,71%), quinto maior acréscimo do País (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008). Nesse período, a capital paranaense ganhou pelo menos 110 novos moradores por dia, considerando as taxas de natalidade, mortalidade e fluxo migratório. Segundo um levantamento informal feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômico, se continuar nesse ritmo, em 2013 serão quase dois milhões de pessoas morando no município de Curitiba. Dados similares foram apresentados pelo Ministério das Cidades, delineando o ritmo de crescimento para 2013, 2017 e 2021 (Brasil, 2004).

É em face das mudanças espaciais da população que se acentuou a dinâmica concentradora do município sede da Região Metropolitana de Curitiba e as disparidades socioespaciais, como o crescimento periférico. Neste destaca-se a disparidade habitacional, em especial no que se refere à moradia popular (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 2008). É ainda diante das novas transformações e dinâmicas populacionais que deve ser analisada a questão habitacional na região, uma vez que são os municípios mais frágeis que têm recebido a maior demanda demográfica e que continuarão a recebê-la nos próximos anos.

No entanto, o crescimento do município de Curitiba é apenas vegetativo, pois não é mais um grande polo de atração de fluxo migratório, seguindo a mesma tendência de outras capitais brasileiras, como Fortaleza e Belo Horizonte (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008). Mesmo não sendo a capital um polo de atração, a Região Metropolitana de Curitiba ainda o é, como ocorre com os municípios de São José dos Pinhais e Colombo. Entre 2007 e 2008, a população de São José dos Pinhais aumentou em quase 10 mil habitantes, de 263 622 para 272 530 moradores, com um acréscimo de 3,38%, quase o dobro do constatado no município de Curitiba. O crescimento desde os anos 1980 já era praticamente o dobro do município sede; sua taxa de crescimento em 1980 era de 5,51 contra 2,90; em 1991 era de 5,81, contra 2,34; em 2000 era 4,85 contra 1,83, tendência que se repetiu. Na mesma lógica, entre 2007 e 2008, o município de Colombo cresceu, da mesma maneira, em quase 10 mil habitantes, de 233 916 para 241 505, com um aumento de 3,24%, quase o dobro da ampliação constatada no município de Curitiba. O crescimento desde os anos 1980, para este município também já era praticamente o dobro do município sede: sua taxa de crescimento em 1980 era de 5,87 contra 2,90; em 1991 era de 5,47, contra 2,34; em 2000 era 4,51 contra 1,83, tendência que se repetiu. A mesma tendência também é perceptível nos municípios de Piraquara e Campina Grande do Sul.

Essa nova atração, relata Baeninger (2003), é resultado das transformações ocorridas na década de 1990, em especial a diminuição dos saldos migratórios e o menor volume de emigrantes interestaduais. Destaque maior fica para os movimentos migratórios do tipo urbano-urbano, em especial para as regiões sudeste e sul do País, em que o estado do Paraná exibe uma migração urbana-urbana da ordem de 1 092 667 habitantes, correspondente a 56,4% de todos os fluxos migratórios. Esse novo tipo de atração é também reflexo das novas dinâmicas ocorridas na década de 2000, em que as regiões metropolitanas ainda são polos de atração, porém não mais pelo município sede, mas sim pelos municípios que as compõem e que em muitos casos são os mais frágeis socialmente. Além de São José dos Pinhais e Colombo, outros municípios metropolitanos têm sido polos de atração e destino dos novos fluxos migratórios, tanto urbano-urbano quanto rural-urbano, o qual ainda corresponde a 20,0% do total de fluxos no Paraná.

Segundo dados do Ministério das Cidades e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a Região Metropolitana de Curitiba chegará a quase 5 milhões de habitantes em 2020. De acordo com os estudos do IPARDES (Brembatti, 2007), ela deverá obter incremento populacional da ordem de 930 mil habitantes. Contudo, apenas 37 mil deles estarão no município de Curitiba, enquanto a maioria terá como destino os demais municípios. Embora em ritmo menor, a tendência é que a Região Metropolitana de Curitiba seja uma das regiões que mais cresça no País. Dos 26 municípios que a compõem, apenas 12 deles serão responsáveis pelo aumento demográfico até 2020, segundo dados do IPARDES, apresentado por Brembatti (2007, p.3):

**FIGURA 5** – Principais municípios com crescimento populacional elevado, médio e baixo, na Região Metropolitana de Curitiba. **Fonte:** Adaptado da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (2009a).



Campo Largo deve crescer, em números absolutos, menos do que Curitiba. Araucária vai dobrar, Campina Grande do Sul vai triplicar, Almirante Tamandaré terá 100 mil habitantes a mais e Campo Magro terá o tamanho atual de Fazenda Rio Grande, que por sua vez vai ser maior que Maringá. São José dos Pinhais continuará sendo a segunda maior cidade da região, só que com o dobro da população, assim como Quatro Barras e Colombo, que também vão duplicar. Piraquara irá passar — e muito — Pinhais ficando logo atrás de São José dos Pinhais no ranking de população da região. Já Pinhais deve cair da terceira para a sétima posição.

Dentre os municípios da Região Metropolitana de Curitiba destacam-se aqueles com projeção de crescimento nível 1, acima de 200%: Piraquara e Fazenda Rio Grande; os municípios com projeção de crescimento nível 2, entre 100% e 200%: São José dos Pinhais, Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul, Campo Magro e Quatro Barras; os municípios com projeção de crescimento entre 50% e 100%: Colombo e Araucária; e os municípios com projeção entre 10% e 50%: Campo Largo, Pinhais e Curitiba (Brembatti, 2007). São municípios que fazem parte no Núcleo Urbano Central (NUC) da Região Metropolitana de Curitiba, composto, por sua vez, por esses 12 municípios, além de Itaperuçu e Rio Branco do Sul.

Mesmo considerando que os novos polos de crescimento populacional na Região Metropolitana de Curitiba passaram a ser outros municípios que não o município sede, é fundamental constatar que mesmo este último apresenta mudanças consideráveis na compreensão das dinâmicas populacionais. Estudos recentes apresentados (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 2008) salientam que, dentre as transformações internas, os bairros mais populosos cresceram muito pouco, como Bom Retiro, Hugo Langue, Mérces e Jardim Social, e que somente 15 dos 75 bairros tiveram crescimento superior a 2,4%, exatamente (na maioria) os bairros mais periféricos e de mais baixa renda (Fernandes, 2008; Nascimento, 2010). Dentre os bairros que mais irão crescer no município de Curitiba destacam-se Tatuquara, Umbará e Caximba, na parte sul do município, bem como Riviera, Augusta e São Miguel, a leste e sobre área de preservação ambiental.

## **RESPOSTAS MUNICIPAIS PARA OS PROBLEMAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

Frente ao comportamento demográfico da Região Metropolitana de Curitiba destaca-se a importância da cooperação metropolitana. Entretanto, ressaltam-se a dificuldade de diálogo e a construção para o exercício articulado de funções públicas de interesse comum — funções que não dizem respeito apenas a um município, mas que decorrem ou incidem territorialmente sobre um conjunto deles. Nessa construção, ressalta-se também que cerca de 63 mil domicílios da Região Metropolitana de Curitiba são irregulares (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2009), dados que relevam a grande demanda acumulada em anos de falta de políticas habitacionais efetivas, política clientelista e ação coordenada do mercado especulativo de terras. Esse fato marca claramente que as ocupações irregulares têm sido a única forma encontrada pela população de baixa renda para garantir moradia, na maioria das vezes inadequada e precária.

A Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná, de 2003, previu como uma de suas estratégias a formulação de Planos Regionais de Desenvolvimento. No caso da Região Metropolitana de Curitiba, o Plano de Desenvolvimento Integrado direciona-se a esse propósito, voltando-se particularmente a proposições de ordenamento territorial e de um novo arranjo institucional para a região. Entretanto, constata-se que os efeitos da discussão e da construção de políticas conjuntas não estão ocorrendo efetivamente, em especial nas políticas e planos habitacionais de interesse social.

No mesmo período foram elaborados os Planos Diretores dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, segundo exigência do Estatuto da Cidade, de 2001, e da Constituição Estadual do Paraná, de 1989. Tomando-se por base os planos da região metropolitana, tem-se que, para sua elaboração, cada município agiu individualmente. Naquele momento, não houve nenhuma construção de leitura coletiva, nem por parte dos municípios que estavam focados em suas propostas de planejamento para os próximos dez anos, que muitos estavam fazendo pela primeira vez, nem, muito menos, pelos

órgãos estaduais, em especial a Secretaria de Desenvolvimento Urbano/Paranacidade, que coordenava a campanha dos Planos Diretores no Estado de todos os 399 municípios paranaenses. Naquele momento não ocorreu nenhum movimento de integração ou discussão dos Planos, em especial daqueles que compõem regiões metropolitanas, como a de Curitiba (Figura 6).

Frente a construções coletivas de Planos Diretores Municipais, destaca-se também que a campanha para elaboração dos Planos Diretores pelo Ministério das Cidades foi focada no município, apesar da indicação da obrigatoriedade de elaboração de Planos Diretores para municípios em região metropolitana, mesmo com menos de 20 mil habitantes.

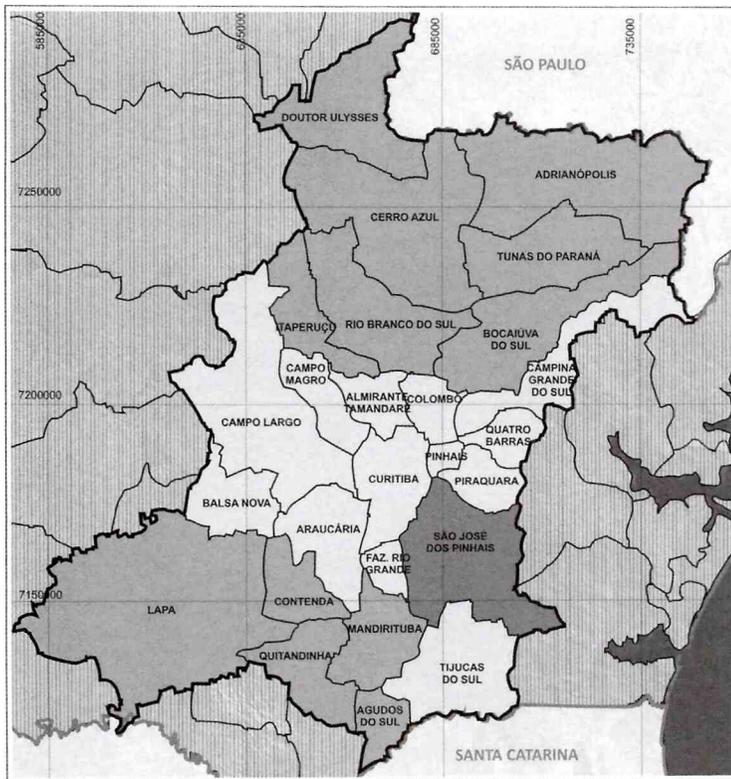
De modo geral, as políticas habitacionais nos Planos Diretores também foram pouco trabalhadas entre os municípios da Região Metropolitana, assim como os instrumentos do Estatuto da Cidade relacionados com as questões habitacionais foram pouco desenvolvidos, em especial as Zonas Especiais de Interesse Social.

Assim como os Planos Diretores, os Planos Municipais de Habitação de Interesse Social na Região Metropolitana de Curitiba também estão focados para o município, e nenhuma ação integrada está sendo desenvolvida para trabalhar os problemas metropolitanos de maneira conjunta. Em especial, o Plano de Habitação de Interesse Social e de Regularização Fundiária do Município de Curitiba foi recentemente consolidado pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), em dezembro de 2008 e focou-se unicamente no município. No diagnóstico do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Curitiba, a questão demográfica foi trabalhada exclusivamente para o município, não sendo previstas as dinâmicas metropolitanas nem o seu impacto.

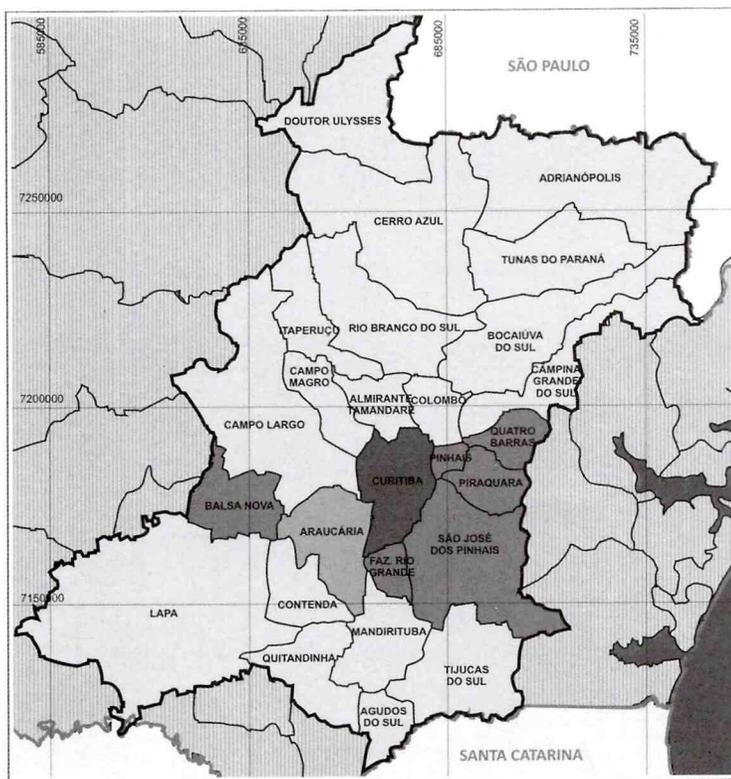
Diferentemente dos Planos Diretores, ainda existem poucos Planos Locais de Habitação de Interesse Social já desenvolvidos na Região Metropolitana de Curitiba. Porém, os que se encontram em desenvolvimento, assim como os que já estão concluídos, não focam as tendências e dinâmicas demográficas da região metropolitana (Figura 7).

### **CONQUISTA E EQUÍVOCO NA CONSOLIDAÇÃO DE PLANOS LOCAIS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

Os poderes públicos vêm retomando a questão da habitação de interesse social, com a introdução da Política Nacional de Habitação de Interesse Social e a obrigatoriedade de formulação de planos estaduais e municipais para acesso ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Os planos que começam a ser elaborados vêm consolidar um novo entendimento acerca da política habitacional. Esta deixa de ser exclusivamente urbana e passa a integrar o espaço rural na pauta de discussão, bem como entende a necessidade de não somente incorporar a construção de unidades habitacionais à cidade, mas também de integrá-las, de forma a garantir a qualidade de vida dos moradores.



**FIGURA 6** – Planos Diretores da Região Metropolitana de Curitiba.  
 Fonte: Adaptado da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (2009b).



**FIGURA 7** – Planos Municipais de Habitação de Interesse Social da Região Metropolitana de Curitiba.  
 Fonte: Adaptado da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (2009c).

A identificação do déficit de moradias e da necessidade de qualificar seu estoque tornou-se referência para o tratamento da questão habitacional nas décadas de 1990 e 2000. Pela primeira vez, reconheceu-se que habitações em estado precário, fora dos padrões legais estabelecidos, não deveriam ser necessariamente repostas e admitiam outros tipos de atendimento. Essa mudança de tratamento foi consequência da evolução na concepção de política habitacional no País, cada vez mais coesa e hegemônica. A partir desse período, a luta pela urbanização das favelas, o reconhecimento da cidade real e a aceitação de práticas populares, como a autoconstrução em loteamentos periféricos, alteraram o conceito de moradia aceitável.

Para a elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social, foi fundamental a construção e implementação da Política, do Sistema e do Plano Nacional de Habitação. A Política Nacional de Habitação, objetivando a promoção das condições de acesso à moradia digna para toda a população brasileira, especialmente a de baixa renda, apresenta entre seus principais componentes a urbanização, a regularização fundiária e a provisão da habitação, bem como a integração urbana de assentamentos precários e a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano.

Essa política tem como instrumentos centrais o Sistema Nacional de Habitação e o Plano Nacional de Habitação. O primeiro tem o objetivo de estabelecer as bases do desenho institucional, por meio da integração entre os três níveis de governo e os agentes públicos e privados, definindo regras que assegurem a articulação financeira e os recursos imprescindíveis para implementação da Política Nacional de Habitação. Já o segundo se propõe a estabelecer metas de médio e longo prazo, definindo linhas de financiamento e programas a serem implementados, a partir das prioridades de intervenção e critérios para a distribuição de recursos, tendo como base o perfil do déficit habitacional, em âmbito nacional. O Plano Nacional de Habitação tem, portanto, como finalidade orientar a construção de uma estratégia, até 2023, para equacionar as necessidades habitacionais, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo.

Entretanto, o Plano Nacional de Habitação, apresentado pelo Ministério das Cidades em 2008, não apresenta definições e metodologias para tratar as dinâmicas demográficas metropolitanas. O Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná, que poderia ser uma referência para os estudos das demandas demográficas, como o da Região Metropolitana de Curitiba, também não apresenta nem induz ações ou responsabilidades metropolitanas. Nesse contexto, as novas experiências de gestão, planejamento e práticas habitacionais, apresentadas por Planos Municipais de Habitação de Interesse Social na Região Metropolitana de Curitiba, ainda que recentes, não estão estruturadas sobre referências nacionais ou estaduais, bem como não vão ao encontro de diagnóstico e ou soluções para os problemas metropolitanos. Elas continuam focadas em dinâmicas demográficas municipais, como se a dinâmica municipal, em especial de municípios metropolitanos, fosse unicamente pautada por ele e não fosse influenciada por uma dinâmica demográfica mais complexa.

A elaboração de políticas municipais são conquistas fundamentais para os municípios da Região Metropolitana de Curitiba, os quais, apesar de terem autonomia para tal (a partir de 1988 com a Constituição Federal, e de 1989 com a Constituição Estadual), vêm fortalecendo a autonomia municipal por meio de seus Planos Diretores e Planos Municipais de Habitação de Interesse Social. A falta da construção e consolidação de políticas metropolitanas faz que o foco fique municipal, mesmo em municípios de regiões metropolitanas. Esse foco não dá espaço a arranjos de políticas metropolitanas. Há, sem dúvida, a falta de gestão e de planejamento metropolitanos, por parte do governo estadual, em especial nos momentos de elaboração de políticas municipais consistentes, como a dos Planos Diretores e, mais recentemente, dos Planos Municipais de Habitação de Interesse Social. É um equívoco não construir políticas integradas que visem territórios integrados.

O comportamento demográfico da Região Metropolitana demonstra claramente que, muito embora a demanda por habitação tenha caráter municipal, intermunicipal e metropolitano e seja oriunda do processo de metropolização, as soluções dadas continuam independentes do contexto regional e metropolitano e são propostas de forma isolada.

Trabalhar e redefinir as novas dinâmicas da Região Metropolitana de Curitiba envolve a integração dos territórios e a construção de metodologias de dinâmicas demográficas para os Planos Locais de Habitação de Interesse Social. Do contrário, continuar-se-ão construindo políticas avulsas e que não incorporam as transformações demográficas, pois não há uma Região Metropolitana de Curitiba, mas “várias Curitiba’s”.

## REFERÊNCIAS

- ALFONSIN, B.; FERNANDES, E. *Direito à moradia e segurança da posse no estatuto da cidade: diretrizes, instrumentos e processos de gestão*. Belo Horizonte: Fórum, 2006.
- BAENINGER, R. Redistribuição espacial da população e urbanização: mudanças e tendências recentes. In: GONÇALVES, M.F.; BRANDÃO, C.A.; GALVÃO, A.C. (Org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Unesp, 2003. p.271-288.
- BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. *Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, n.1, p.70-104, 2008. Disponível em: <[http://www.usjt.br/arq.urb/numero\\_01/artigo\\_05\\_180908.pdf](http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf)>. Acesso em: jan. 2011.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Plano nacional de habitação*. Brasília: Ministério das Cidades, 2004. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em: 11 mar. 2010.
- BREMBATTI, K. Ritmo cai, mas região de Curitiba é a que mais vai crescer até 2020. *Gazeta do Povo*, 20 ago. 2007. p.3.
- BURSZTYN, M. A exclusão e o local: tempos e espaços da diversidade social. In: DINIZ, C.C. (Org.). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil*. Brasília: UnB, 2007.
- CARDOSO, A.L. (Coord.). *Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. Porto Alegre: Habitare, 2007.
- CARDOSO, A.L.; VALLE, C.L. Habitação e governança urbana: avaliação da experiência em 10 cidades brasileiras. *Cadernos Metrôpole*, n.4, p.205-244, 2000.
- COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. *População dos municípios da região metropolitana de Curitiba*. 2009a. Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2009.
- COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. *Planos diretores da região metropolitana de Curitiba*. 2009b. Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. *Planos municipais de habitação de interesse social da região metropolitana de Curitiba*. 2009c. Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/>>. Acesso em: 9 fev. 2009.

FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. *A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano*. Belo Horizonte: Lincoln Institute of Land and Policy, 2003.

FERNANDES, J.C. Bem-vindos à cidade grande. *Gazeta do Povo*, 2 mar. 2008. p.3-4.

FERREIRA, J.S.W. O processo de urbanização brasileiro e a função social da propriedade urbana. In: BRASIL. Ministério das Cidades. *Planos locais de habitação de interesse social*. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação, 2009. p.11-30.

GUIMARÃES NETO, L. *Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos*. São Paulo: Planejamento e Políticas Públicas, 1997. p.41-91.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativa populacional para julho de 2008*. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 5 nov. 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. *Plano municipal de habitação de interesse social de Curitiba*. 2008. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/>>. Acesso em: 1 nov. 2008.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Problemas habitacionais dos assentamentos precários urbanos na região metropolitana de Curitiba: relatório I*. Curitiba: IPARDES, 2009.

MARICATO, E. Metrôpoles desgovernadas. *Estudos Avançados*, v.25, n.71, p.7-22, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 11 maio 2011.

MOREIRA, T.; SCHUSSEL, Z.; SCHUSSEL, S. Plano de habitação de interesse social: instrumento da nova política habitacional brasileira. In: MOREIRA, T. et al. (Org.). *Espaços e suas ocupações: debates sobre a moradia e a propriedade no Brasil contemporâneo*. Campinas: Russel, 2010. p.214-234.

MOURA, R.; SILVA, S.T. Os vários paranás e o planejamento do estado. *Cadernos Metrôpoles*, n.20, p.141-163, 2008.

NASCIMENTO, A.C. Terra de opostos. *Gazeta do Povo*, 14 fev. 2010. p.1.

NASCIMENTO NETO, P.; MOREIRA, T. Análise de redes sociais aplicada aos planos locais de habitação de interesse social: estudo de caso na região Sul do Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SUSTENTABILIDADE E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, 2010, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: PUCRS, 2010. 9p.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. *Planos diretores no estado do Paraná*. 2011. Disponível em: <<http://www.paranacidade.org.br/>>. Acesso em: 23 jan. 2011.

## RESUMO

A Região Metropolitana de Curitiba é uma das principais regiões metropolitanas do País que terá elevado incremento populacional nos próximos anos. Dados estaduais mostram que esse incremento não ocorrerá no município sede, e sim naqueles mais frágeis socialmente e com maiores problemas ambientais. As políticas habitacionais empreendidas atualmente estão focadas em municípios, desconsiderando as relações intermunicipais e a distribuição populacional, bem como o movimento pendular entre os municípios. Objetiva-se analisar as limitações e os possíveis equívocos das políticas habitacionais segmentadas. Destarte, procura-se discutir as condições habitacionais da Região Metropolitana de Curitiba a partir dos planos habitacionais. Os resultados obtidos evidenciam a prática recorrente da abordagem das políticas habitacionais no País, bem como um descolamento dos valores e ideais adotados na práxis da gestão pública, o que conduz ao questionamento sobre a real contribuição das propostas para reverter as condições habitacionais existentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dinâmica habitacional. Distribuição populacional. Política habitacional. Região metropolitana de Curitiba.

## **MUNICIPAL ANSWERS TO THE SOCIAL HOUSING PROBLEM IN CURITIBA METROPOLITAN AREA**

### **ABSTRACT**

Curitiba metropolitan region is one of the main Brazilian metropolitan areas that will have high population growth rates over the next few years. According state data, this trend will not in Curitiba, but in nearby municipalities, with social and environmental weaknesses. Nowadays, social housing policies focus on municipalities, ignoring inter-municipal relationships, population distribution, and regional flows between municipalities. This article seeks to analyze limitations and possible errors due segmented social housing policies. Initially, housing conditions in Curitiba Metropolitan Region will be discussed based on its social housing plan. Results obtained revealed the recurrent approach to housing policies in the country and the detachment of values and ideals adopted by the public sector, which lead to questioning the real contribution of plans and proposals to revert the existent precarious housing conditions.

**KEYWORDS:** Housing dynamics. Population distribution. Housing policies. Curitiba metropolitan area.

PLANEJANDO O TERRITÓRIO: A CIDADE COMO CATEGORIA SOCIAL NOS ANOS DE 1950

Adriana Marcela Sánchez Ospina

Mestranda | Universidade de São Paulo | Instituto de Arquitetura e Urbanismo | Av. Trabalhador São-carlense, 400, Centro, 13566-590, São Carlos, SP, Brasil | *E-mail: amsanchezo@usp.br*

Recebido em 30/3/2011, reapresentado em 17/4/2012 e aceito para publicação em 31/5/2012

## PLANEJANDO O TERRITÓRIO: A CIDADE COMO CATEGORIA SOCIAL NOS ANOS DE 1950

### O CONTEXTO

Em 1948, em Bogotá, durante a IX Conferência Pan-Americana — cujo resultado foi a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) —, o candidato do partido liberal, Jorge Eliécer Gaitán, foi assassinado no centro da cidade. Ele tinha um forte apoio, sobretudo popular, e era visto como o ganhador das eleições presidenciais de 1950. Todavia, o apoio não era igual entre as elites políticas, pois Gaitán simpatizava com as ideias socialistas, assunto mal visto não só pelos seus adversários, o partido conservador, mas também pela ala conservadora do próprio partido liberal.

Seguiram-se tumultos e manifestações, conhecidos como “Bogotazo”<sup>1</sup>. A partir de então, agudizou-se a crise dos partidos, que já era evidente, aumentando a violência partidária em todas as regiões do País; como resultado, nas eleições de 1950, o País entrou em crise. Esta foi aprofundada por dois fatos: Por um lado, o assassinato do irmão do candidato liberal posterior a Gaitán, Darío Echandía, na véspera das eleições de 1950, trouxe como resultado a abstenção do partido liberal na disputa eleitoral, levando à vitória do partido conservador. Por outro lado, a criação de milícias guerrilheiras rurais, produto do “Bogotazo”, gerou instabilidade política e social no território colombiano.

O presidente eleito, o conservador Laureno Gómez, iniciou uma ofensiva militar contra o partido opositor e os grupos guerrilheiros formados, resultando no assassinato de vários militantes do partido liberal, numa reprodução da violência partidária que acabou

por gerar a deslegitimação de seu governo. No intento por destituir ou violentar a oposição, em 1953, o presidente tentou enviar o general Gustavo Rojas Pinilla ao exterior, com a finalidade de diminuir seu poder perante a tropa militar. Esse foi o passo que mudou o regime político da Colômbia: o general Rojas, com apoio do exército nacional, do partido liberal e de algumas frações do partido conservador, em junho de 1953, exilou o presidente Laureano Gómez e deu início a uma ditadura militar.

### **GUSTAVO ROJAS PINILLA E A CONTRATAÇÃO DE LEBRET**

Como qualquer outra ditadura da América Latina, algumas das políticas do governo Rojas tiveram, de um lado, caráter populista, enquanto, de outro lado, foram repressivas com a oposição. Rojas criou programas de assistência social para a população mais carente e, ao mesmo tempo, combateu fortemente grupos comunistas no País<sup>2</sup>.

Como resposta ao “Bogotazo”, fez-se necessária a remodelação da cidade. Porém, os avanços em matéria de planejamento foram descontinuados. Os planos de Le Corbusier (plano piloto) e de Wiener e Sert (plano regulador), entregues em 1954, não foram implementados, tanto por falta de vontade política quanto pela mudança de regime e, conseqüentemente, na administração pública.

Em 1954, Rojas Pinilla contratou o Centro de Pesquisa “Economia e Humanismo”, dirigido pelo Padre Louis-Joseph Lebet, e, em cooperação com o Comitê Nacional de Planejamento Colombiano, realizou uma análise e estudo prospectivo das condições básicas do País quanto a condições econômicas, educacionais e sociais, visando otimizar os recursos nacionais.

Esse não era o primeiro estudo feito no País por missões estrangeiras para avaliar as condições de planejamento nas cidades. As primeiras missões internacionais haviam chegado à Colômbia nos anos de 1920, trazendo mudanças importantes para a transformação do País e das principais cidades. Exemplo disso são a missão Kemmerer, com a criação do Banco da República e dos Ministérios de Trabalho e Saúde; a missão alemã, com a reforma educativa; a missão italiana, com a reforma penal; a missão suíça, com a reforma militar. Além disso, vários personagens de reconhecida trajetória mundial haviam participado diretamente das mudanças administrativas e da reformulação do território urbano das principais cidades, como é o caso de Karl Brunner e Harland Bartholomew.

A pesquisa de Lebet teve como referencial o estudo feito por Lauchin Currie anos antes. Em 1948, após o “Bogotazo”, a Colômbia solicitara um empréstimo ao Banco Internacional de Reconstrução e Fomento (BIRF) para financiar projetos de infraestrutura, energia elétrica e equipamento agrícola. O Banco, que não conhecia as prioridades do País, enviara uma missão com quatorze funcionários para realizar um estudo sobre as necessidades da nação, sob a direção de Currie. Anos depois (1950-1953), por meio da Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina (CEPAL), foi feito outro estudo sobre as condições econômicas das cidades colombianas.

À diferença dos estudos anteriores, a missão desenvolvida por Lebret utilizou uma nova metodologia para obter os resultados, pois, como a ideia era estudar a população — os níveis de vida e o esforço educativo —, o método empregado foi mais sociológico. Dessa forma, a missão não pretendia apresentar um plano de desenvolvimento, mas elaborar um diagnóstico que servisse de base para a elaboração de melhores políticas públicas.

Depois do notável estudo da CEPAL, parecia que não havia nada por acrescentar. As precisões da sua análise, a base de dados estatísticos e de observações diretas, fazem honra à Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina. O trabalho de nossa missão é justificado, entretanto, pela diferença no método utilizado. Mesmo assim, pode ser assinalada a convergência dos dois estudos em uma quantidade de pontos (Lebret, 1958, p.8, tradução minha).

Para Lebret, o desenvolvimento tem que ser medido em termos não só econômicos, ponto central da escola humanista.

### LEBRET E A ESCOLA DO HUMANISMO

Como menciona Valladares (2005), as pesquisas da Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) e o estudo feito para a Colômbia sugerem uma semelhança bastante forte entre a abordagem da escola do Humanismo e as concepções da “primeira escola de Chicago”, de Robert Park, constituída por sociólogos e antropólogos<sup>3</sup>. Além disso, mesmo que Lebret não sofresse a influência da sociologia empírica norte-americana, ele não separou pesquisa e prática social.

Para Lebret a economia “vincula-se à política *tout court*, vista como estratégia e tática para transformação das estruturas” e constitui “uma ciência humana, da ciência de um homem social e dos melhores quadros da vida humana. Era a ciência que se devia elaborar com urgência” (Ângelo, 2010, p.74). Nessa medida entendia “desenvolvimento” como:

Aquele que implica desenvolvimento propriamente econômico e ao mesmo tempo desenvolvimento humano e social. Coloca-se numa perspectiva de um progresso na utilização dos recursos, mas também na perspectiva de elevação de vida do conjunto da população e especialmente das massas populares. O desenvolvimento é um contínuo crescimento harmonizado, em função da valorização humana (Lebret, 1958, p.14, tradução minha).

A metodologia empregada por Lebret estava acompanhada por uma teoria que ele havia desenvolvido anos anteriores na França e que começou a aplicar durante sua estada no Brasil. A Escola do Humanismo era o modelo de desenvolvimento que procurava melhorar as condições econômicas e humanas.

O Padre Lebret já tinha implementado seu método de pesquisa, principalmente no Brasil, por meio da SACMACS, no período de 1947 a 1964, tendo participado ativamente da direção e da contratação. A periferia, a favela, o desenvolvimento, a estruturação urbana e os planos diretores passaram a serem os temas centrais de seus trabalhos. Estes, iniciados em São Paulo, estenderam-se pouco a pouco pelo Brasil: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Belo Horizonte, Mato Grosso, Ourinhos, Rio de Janeiro, Pernambuco, Vitória, Ipatinga, Sorocaba, São Vicente, Barretos, Ubatuba (Ângelo, 2010).

No caso da Colômbia, seu estudo buscava mostrar a relação entre o econômico e o social, ou seja, não se podia conceber o desenvolvimento como um aspecto alheio às condições sociais da população. As ferramentas utilizadas pelo Padre Lebret estão presentes em todos seus estudos, os quais se mostram bastantes distintos daqueles empreendidos pela CEPAL, pelo Banco Internacional e pela missão Currie.

Ângelo (2010, p.46) bem resume a metodologia usada por Lebret em suas pesquisas:

A metodologia desenvolvida por Lebret fundava-se, numa fase preliminar, no contato global da realidade a ser estudada, passando pelas entrevistas individuais, coleta de dados, exploração, representação gráfica e interpretação. No contato global, as unidades de análise eram distribuídas aos pesquisadores, que se dividiam em duplas e percorriam uma unidade para perceber sua estrutura global. No caderno de notas eram registrados os nomes das pessoas entrevistadas, os endereços, as observações, as dificuldades encontradas, dentre outras informações. O diário do pesquisador era preenchido individualmente após a coleta, e continha a data e o relatório dos atos da pesquisa, com observações e informações de nomes e endereços obtidos nas coletas. A coleta de dados era realizada a partir da observação direta, da leitura da documentação existente e da comparação das entrevistas — individuais ou coletivas — realizadas com pessoas de competências diferentes ou pontos de vista diversos. Os questionários forneciam o material para análise qualitativa, em que cada elemento (como nível de recreação, equipamento cultural, escolar etc.) tinha um peso em função dos fatores apontados. A fase de interpretação era realizada a partir dos dados coletados e dos documentos elaborados durante a exploração. Concluída a interpretação, era conduzida a fase de intervenção; esta, mais demorada, geralmente era de competência do governo.

Dessa forma, a metodologia foi um dos traços que sempre acompanhou ao padre Lebret pela América Latina.

## RESULTADO E APLICAÇÃO

Dividido em dois volumes, o Relatório está desmembrado em cinco partes, cada qual subdividida em vários capítulos. A primeira ocupa-se do nível de vida e das necessidades da população colombiana; a segunda aborda as potencialidades físicas do território; a ter-

ceira, as potencialidades financeiras; a quarta, o tema do desenvolvimento; e a quinta, o problema educativo. O segundo volume traz a informação cartográfica e visual do projeto, o que mostra que, igual ao estudo realizado pela SAGMACS no Rio de Janeiro sobre as favelas, essa representação teve muita importância em seu trabalho.

Dada a repercussão dos estudos anteriores de Lebret no Brasil, dos cursos que ele desenvolveu na Argentina e no Chile, bem como do *Institut International de Recherche et de Formation, Éducation et Développement* (IRFED) como escola de planejamento para os latino-americanos, esperava-se que o mesmo acontecesse com seus estudos para a Colômbia. Porém, o que ocorreu foi a negação de tudo aquilo construído durante a ditadura militar.

Em 1957, a legitimidade do regime do General Gustavo Rojas Pinilla havia desaparecido, com os meios de comunicação apresentando-se como a oposição mais forte contra a ditadura militar<sup>4</sup>. Os partidos políticos tradicionais, meses antes, haviam acordado retornar ao poder, mediante o “pacto de Benidorm”, dando início, em 1958, à Frente Nacional, liderada por Alberto Lleras Camargo e Laureano Gómez. Muito embora a Frente Nacional marcasse o fim da violência política aberta que havia atingido a Colômbia por mais de um século, as linhas gerais do regime fechado a partir daí geraram a violência da guerrilha e a escalada do conflito armado atual.

O Relatório final foi apresentado ao presidente Alberto Lleras Camargo em 1958, porém sua divulgação foi silenciosa e sua repercussão ausente. Nesse sentido, o colombiano Bernardo García Guerrero, participante dos cursos do IRFED em Paris, revelou em novembro de 2010, em uma entrevista realizada com a autora, que:

[Eu] sabia da existência desse informe, entretanto, o documento completo só era conseguido no Instituto Colombiano de Crédito y Estudios Técnicos en el Exterior (ICE-TEX), que o distribuía pelas embaixadas no estrangeiro. O documento não se conseguia nas bibliotecas nem nas livrarias. Esse informe não repercutiu porque foi contratado pelo General Rojas Pinilla (1953-1957), e o novo governo da Frente Nacional elaborou um Plano Decenal de Desenvolvimento Industrial com a assessoria da CEPAL (Informação verbal, tradução minha).

Em meio às mudanças políticas advindas da instauração do novo regime, durante a administração do presidente Carlos Alberto Lleras Camargo, foi elaborado o Plano Decenal de Desenvolvimento e, paralelamente, o primeiro Plano de Desenvolvimento do País, assim alterando as projeções feitas no Relatório de Lebret.

Para a política colombiana, talvez o estudo não tenha tido maior repercussão, mas o mesmo não se pode dizer para a vida acadêmica — embora a sociologia urbana colombiana assinale que os primeiros estudos nesse campo teriam sido realizados por Camilo Torres, Ramiro Cardona e Lauchlin Currie, em 1960. O primeiro trabalhou sobre o desenvolvimento demográfico de Bogotá; o segundo estudou o processo de urbanização sob uma

perspectiva demográfica; e o terceiro, a partir de um prisma econômico, analisou a relação campo-cidade e, em particular, as causas das migrações. Atualmente, vários grupos de pesquisa das mais diversas áreas — sociologia, urbanismo e economia — abordam os problemas das cidades contemporâneas tendo como referencial o método utilizado por Lebret. Além do mais, a revista *Lebret da Universidad Santo Tomás* é um referencial de que o pensamento de Lebret ainda está vigente.

Por outro lado, a ideia de Lebret de trabalhar por vários países da América Latina permitiu conhecer as realidades diversas das cidades e principalmente os seus problemas: distribuição da riqueza e carência de vontade política para urbanizar com responsabilidade social. Porém, a metodologia usada por Lebret — trabalhar a cidade não só como espaço econômico, mas como espaço de desenvolvimento humano —, é uma ferramenta ainda pouco desenvolvida em nossas cidades modernas.

Nesse sentido, o papel do Padre Lebret merece ser reavaliado na medida em que foi por meio dele que a cidade latino-americana foi expressa como objeto de conhecimento e como realidade<sup>5</sup>. Seus estudos permitiram a análise das cidades como categoria de integração, como forma de planejamento e como ente para entender que o desenvolvimento não é só uma categoria econômica, mas um “ascenso humano”.

## NOTAS

1. Para aprofundamento do tema, pode ser consultado o livro *El impacto del 9 de abril sobre el centro de Bogotá* de Jacques Aprile Gniset (1983).
2. Desde a IX Conferência Pan-Americana estava-se trabalhando em combater os grupos comunistas na América Latina. Inspirados nos acontecimentos ocorridos em Bogotá, os países latino-americanos emitiram uma resolução na qual condenavam todo tipo de totalitarismo, em especial a atividade do comunismo na América Latina. Por sua vez, o governo colombiano rompeu relações diplomáticas com a URSS, dando passo à consolidação das relações com os Estados Unidos.
3. Valladares apresenta uma similitude bastante próxima entre a escola de Chicago e o método empregado por Lebret. Robert Park, pioneiro da pesquisa sociológica urbana nos Estados Unidos, assinala a cidade como um laboratório onde a natureza humana e os processos sociais podem ser estudados conveniente e proveitosamente (Park, 1979, p.67).
4. O jornal *El Tiempo*, um dos mais importantes do País, fora suspenso e fechado em 1955, por negar-se a reabilitar a figura do presidente Rojas Pinilla, responsável pela morte de dois periodistas no departamento do Valle. A partir de então, jornais clandestinos surgiram no País, desprestigiando a legitimidade do regime.
5. Sobre o conceito de cidade latino-americana pode ser consultado “*A produção da cidade latino-americana*” de Gorelik (2005).

## REFERÊNCIAS

- ANGELO, M.R. *Les développeurs: Louis-Joseph Lebret e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.
- LEBRET, L.J. Introdução. In: LEBRET, L.J. *Misión economía y humanismo: estudio sobre las condiciones del desarrollo de Colombia*. Bogotá: Imprenta Nacional, 1958.
- PARK, R. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.26-67.
- VALLADARES, L. *Invenção da favela: do mito de origem a favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

## RESUMO

Este artigo aborda a pesquisa realizada por padre Lebrecht na Colômbia nos anos 1950. Mais especificamente, elabora um quadro reflexivo referente tanto à forma de elaboração da pesquisa, seus resultados, como sua repercussão no cenário político e acadêmico colombiano. Se tem como hipótese que a instabilidade do cenário político no período impediu uma ampla divulgação e implementação das considerações apontadas nos estudos de Lebrecht à este País. Reconhecendo ser de grande importância os estudos e cursos desenvolvidos por Lebrecht, que tiveram a cidade latino-americana como objeto de conhecimento, e considerando sua realidade e sua categoria social — ideia inserida na Escola de Humanismo — entende-se que suas ideias ainda são relevantes para a discussão da prática urbanística atual. Desta forma, o artigo divide-se em três partes: uma reflexão sobre o contexto político colombiano no período, a metodologia e pesquisa usada por Lebrecht dentro deste contexto e por fim, os resultados e sua aplicação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colômbia. Desenvolvimento humano. Lebrecht. Planejamento territorial.

## *PLANNING THE TERRITORY: THE CITY AS SOCIAL CATEGORY IN THE 1950's*

### **ABSTRACT**

*This article approaches the research conducted by a priest, Father Lebrecht in Colombia in the 1950's. More specifically, it draws a reflective picture with reference to both the manner in which the research was elaborated, its results, and their repercussion on the Colombian political and academic scenario. Its hypothesis was that the instability of the political scenario of the period prevented wide dissemination and implementation of the considerations pointed out in Lebrecht's studies in this country. Recognizing that the studies and courses developed by Lebrecht, whose object of knowledge was the Latin-American city as knowledge object, were of great importance, and considering his reality and social category — idea inserted in the School of Humanism — one understands that his ideas are still relevant for the discussion of contemporary town planning practice. Thus the article is divided into three parts: a reflection on the Colombian political context, the methodology and research used by Lebrecht within this context, and lastly, the results and their application.*

**KEYWORDS:** Colombia. Human development. Lebrecht. Territorial planning.

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E INSTRUMENTOS URBANOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

| Angela Rosch Rodrigues

Arquiteta e Urbanista | R. Aguapeí, 651, Santa Maria, 09070-090, Santo André, SP, Brasil | *E-mail: angelarr@usp.br*

| Recebido em 23/11/2011 e aceito para publicação em 26/1/2012

# PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E INSTRUMENTOS URBANOS NA CIDADE DE SÃO PAULO<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

A primeira fase de industrialização na cidade de São Paulo abrange do final do século XIX até a década de 1930. De acordo com Langenbuch (1971), nesse período a relação entre fábricas, ferrovias, cursos d'água e terrenos planos foi evidente e determinou a estrutura da cidade. A princípio, as indústrias instalaram-se em grandes áreas fora do centro original, constituindo os típicos bairros industriais (Brás, Mooca, Belenzinho, Água Branca e Lapa). Já em meados do século XX houve uma alteração na configuração urbana, com seu condensamento e também com a implantação de vias que instituíram novos eixos nos quais os complexos fabris foram se instalando, como as marginais ao longo dos rios Tietê e Pinheiros (Grillo, 1997). Durante a década de 1970, o modelo fordista de produção passou por um processo de maior flexibilização (Harvey, 1996) o que gerou alterações em áreas industriais ao redor do mundo. No Brasil, essas mudanças emergiram na década de 1980, promovendo alterações na cidade de São Paulo. Durante esse processo, o setor terciário tornou-se a principal atividade econômica, superando a indústria.

Considerando esse quadro, basicamente duas dinâmicas podem ser detectadas no que concerne ao patrimônio industrial: complexos negligenciados e complexos reutilizados. O primeiro processo decorre basicamente da desindustrialização, constituindo áreas e edifícios em estado de abandono. Já o segundo processo é baseado na absorção das anti-

gas áreas industriais, antes periféricas, pelo próprio crescimento urbano e pelo aumento da demanda do setor de serviços ou residencial, refletindo na mudança de uso do solo.

Este trabalho analisa tais processos, com o objetivo de verificar como o patrimônio industrial tem sido compreendido e incorporado aos principais instrumentos de planejamento urbano da cidade de São Paulo, assim como a situação atual de alguns desses remanescentes em regiões tradicionalmente ligadas à primeira fase da industrialização: Lapa e Mooca. Desse modo, enfatiza-se a necessidade de compreender os remanescentes industriais em sua integridade com a dimensão urbana.

### **PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E PLANEJAMENTO URBANO: BREVE TRAJETÓRIA**

A compreensão da relação entre patrimônio arquitetônico e ambiente urbano tem sido abordada em diversos documentos internacionais. O princípio foi mencionado na Carta de Veneza de 1964; posteriormente, a Declaração de Amsterdã de 1975 enfatizou a necessidade da “conservação integrada”, englobando a preservação como um elemento de planejamento; mais tarde, a Carta de Washington de 1987 enfocou a preservação de áreas urbanas e recomendou a integração entre complexos históricos e contemporâneos nas cidades (Cury, 1999). A relação entre preservação, paisagem e planejamento também foi destacada na Carta de Nizhny Tagil de 2003<sup>2</sup>, que diz respeito exclusivamente aos remanescentes industriais: “4 ii — Programas para a conservação do patrimônio industrial devem estar integrados às políticas de desenvolvimento econômico e ao planejamento regional e nacional” (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, 2003, p.8). O significado desse patrimônio em sua própria paisagem também tem sido objeto de estudo no campo disciplinar da arqueologia industrial. Cossons (1978) considera que a importância da Revolução Industrial está precisamente na configuração de um novo cenário, com edificações que denotam uma nova economia e um novo estilo de vida.

Na cidade de São Paulo, alguns conjuntos industriais representativos da primeira fase de industrialização passaram a ser estudados durante a década de 1970, não só pelo interesse histórico e patrimonial, mas por representarem um importante estoque com potencial de uso para intervenções e requalificação urbanas.

Como destacados por Baffi (2006), são desse período os trabalhos realizados pela Divisão de Preservação em conjunto com a Coordenadoria Geral de Planejamento (COGEP), solicitados pela Companhia do Metrô para identificação de bens culturalmente significativos na área imediata de influência da linha Metrô-Leste (São Paulo, 1978), bem como para o ramo oeste (São Paulo, [197?b]). Na mesma época, a Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) realizou o levantamento parcial “Galpões Industriais Significativos” (São Paulo, [197?b]), que levantou e classificou exemplares segundo critérios como características arquitetônicas, época da construção, área do lote, características de uso e relação com a malha urbana. Também em 1974, a COGEP iniciou o cadastramento das edificações e logradouros paulistanos a serem protegidos, sendo para tanto criadas manchas classifi-

casas como Z8-200 (Fenerich, 2000), dentre os imóveis listados, poucos se relacionam ao patrimônio industrial, estando a maioria inclusa na Lei de 1975, na análise da área central, como a Vila Economizadora, a Estação da Luz e a Estação Júlio Prestes; em 1978 foram indexados o Gasômetro e a Estação do Brás; e, em 1984, o antigo Matadouro da Vila Mariana.

Embora esses inventários e estudos tenham se tornado referências para atividades posteriores da Divisão de Preservação, não foi atingido o objetivo de efetivamente preservar muitos dos bens estudados. Como resultado, nas últimas décadas, diversos imóveis representativos da memória industrial vêm acumulando descaracterizações. Alguns foram abandonados, ou demolidos, e suas áreas vendidas, devido ao grande valor imobiliário advindo do crescimento urbano e das mudanças na configuração econômica da cidade, que alteraram o uso do solo das antigas áreas estritamente industriais. Analisando a listagem dos bens tombados ou em estudo pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP)<sup>3</sup>, verifica-se que, a partir de 2004, houve um substancial aumento dos imóveis relacionados ao patrimônio industrial. Isso se deve à maior conscientização e ao reconhecimento do valor cultural e documental desse patrimônio, que vem se estruturando através da ampliação de estudos acadêmicos. Essa maior percepção também está refletida naquilo que deriva do atual Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE); Lei nº 13.430/2002 (São Paulo, 2002) e, especificamente, da Lei de Uso e Ocupação do Solo — Lei nº 13.872/2004 (São Paulo, 2004a), em que foi consultada a população e selecionadas áreas de importância cultural para eventual tombamento. Tal área, denominada Zona Especial de Proteção Cultural (ZEPEC), abriga complexos industriais localizados principalmente em subdistritos cujo desenvolvimento esteve estritamente relacionado com o primeiro processo de industrialização da cidade, como Lapa e Mooca<sup>4</sup>.

## REFLEXOS NOS INSTRUMENTOS URBANOS

As alterações na relação entre cidade, indústria e compreensão do patrimônio industrial estão diretamente refletidas na forma de planificação urbana, não só porque tais imóveis têm sido selecionados para serem estudados, mas também porque eles ensejam modificações na organização do uso do solo, através de alguns dos principais instrumentos urbanísticos.

Na cidade de São Paulo, a Lei de Zoneamento, aprovada no início da década de 1970 — Lei nº 7.805/1972, delimitou zonas de uso, de forma a regular as funções urbanas; para as áreas industriais, foram instituídas as Zonas Z6 (Zona predominantemente industriais) e Z7 (Zona estritamente industrial). Durante a década de 1980, essas áreas foram tratadas pelos planos subsequentes como algo consolidado, de modo que as proposições dos órgãos de planejamento restringiram-se a normatizá-las e regularizá-las (Menegon, 2008).

Na última revisão do PDE em 2002, atualmente em vigor, grande parte das zonas até então industriais foram incluídas em perímetros de estudo delineados ao longo das orlas

ferroviárias. No sentido Noroeste-Sudeste, passando pela região central, há uma faixa contínua sobre a qual estão previstas Operações Urbanas Consorciadas<sup>5</sup> — Diagonal Norte, Água Branca, Centro e Diagonal Sul — com o objetivo de implementar transformações, melhorar a infraestrutura e adensar áreas construídas, por meio da estruturação do uso e ocupação do solo.

A nova Lei de Uso e Ocupação do Solo — Lei nº 13.872/2004 estabeleceu também usos mistos para as antigas zonas industriais, com maior possibilidade de adensamento, indicando a intenção de transformar essas áreas. A diferença crucial em relação aos planos anteriores é que o incentivo ao uso não residencial diz respeito somente aos setores de serviços e comércio, deixando de fora os usos industriais.

Ao consultar os Termos de Referência<sup>6</sup> das Operações Urbanas Lapa- Brás (que abrange partes das Operações Urbanas Diagonal Norte, Diagonal Sul, Centro e incorpora a quase totalidade da Operação Urbana Água Branca) e Mooca-Vila Carioca (que abrange grande parte da Operação Urbana Diagonal Sul), pode-se verificar que consta do escopo a intenção de preservar o patrimônio edificado, com uma significativa indicação de mudança de uso. Para tanto, é mencionada a necessidade de identificação das atividades econômicas instaladas, bem como a possibilidade de relocação das que não sejam compatíveis com a intervenção proposta. Enquadram-se aí atividades industriais, em especial aquelas que ocupam terrenos superiores a 2 500m<sup>2</sup>; dependendo do porte, da atividade, dos postos de trabalho, do produto e da tecnologia empregada, elas são indicadas para outros locais, especialmente para o perímetro da Operação Urbana Rio Verde-Jacu, na porção do extremo leste do município em que se prevê o incremento de postos de trabalho (São Paulo, 2010a, 2010b).

### **SITUAÇÃO ATUAL: LAPA E MOOCA**

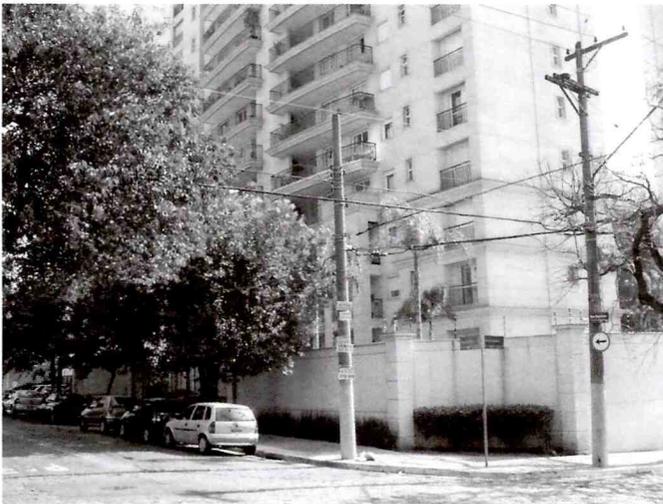
Ao examinar os subdistritos da Lapa e Mooca, é possível constatar de modo contundente as duas dinâmicas mencionadas: a desindustrialização e a incorporação das antigas áreas industriais pela demanda do setor de serviços e do setor residencial.

Localizada na porção oeste da cidade, a Lapa apresentava 17 áreas industriais para serem estudadas e oficialmente protegidas como ZEPEC; destas, 8 foram tombadas pela Resolução nº 05/CONPRESP/2009. A antiga paisagem vem mudando significativamente desde a década de 1980, sendo possível verificar o aumento e adensamento do setor terciário e de edifícios residenciais ao longo da orla ferroviária (Figura 1). A situação foi confirmada no PDE e na nova Lei de Uso e Ocupação do Solo, que estabeleceu uso misto para as antigas áreas predominantemente industriais (São Paulo, 2004b). Alguns importantes remanescentes da memória industrial foram adaptados para usos diversos: culturais, como o SESC Pompeia, a Casa das Caldeiras e a Estação Ciência; institucionais, como o Tendam da Lapa, onde funciona a subprefeitura do bairro. Outros edifícios têm sido usados como depósito, estacionamento ou estão abandonados, enquanto outros mais foram demolidos durante o processo de estudo para tombamento, como a Antiga Fábrica de Tecidos e Bordados da Lapa.



**FIGURA 1** – Lapa: aumento de edificações do setor terciário e residencial ao longo do corredor ferroviário.

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2010.



**FIGURA 2** – Lapa: torres residenciais construídas em um dos quarteirões da Companhia Melhoramentos de São Paulo.

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2010.

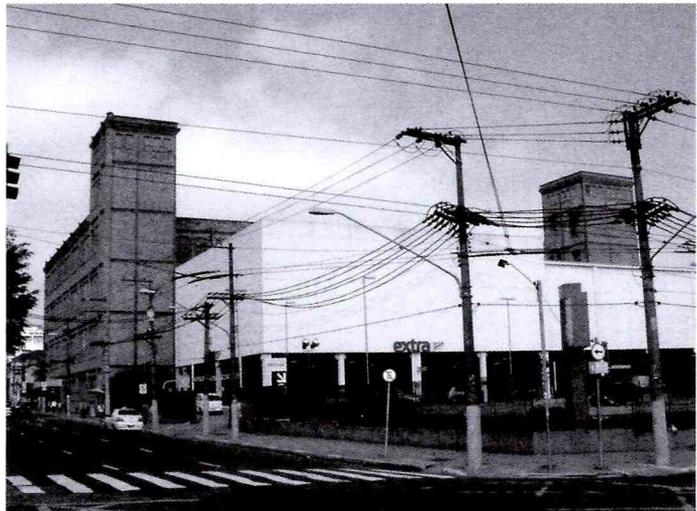
Quanto à demanda residencial, pode-se evidenciar o caso da Companhia Melhoramentos de São Paulo, uma indústria gráfica que foi instalada em 1923 na Vila Romana — Lapa e que foi determinante para o desenvolvimento daquele bairro (Donato, 1990). Na década de 1930, outro terreno na quadra em frente foi comprado e outros galpões foram construídos. Em 2000, esta última área foi vendida e um condomínio residencial vertical foi construído (Figura 2). O prédio remanescente (original de 1923) manteve a atividade gráfica até 2008. Tendo em vista o contexto de produção flexível, tornou-se mais competitivo encerrar a produção gráfica, que se mudou para outro Estado. Atualmente, esse prédio remanescente de 1923 está desocupado, e somente o prédio administrativo de 1948 mantém sua atividade, sendo o único do conjunto que foi tombado pela Resolução n° 05/CONPRESP/2009. Fica evidente aqui que a área e a atividade industrial foram absorvidas pelo desenvolvimento da estrutura urbana, em razão da demanda do setor terciário e residencial.

A Mooca, outro tradicional bairro industrial com significativos conjuntos históricos, vem convivendo com o intenso crescimento do setor terciário e, principalmente, imobiliário. Foram identificadas 18 áreas industriais que vêm sendo estudadas (ZEPEC ou com Abertura de Processo de Tombamento) e 10 oficialmente tombadas. A revisão do PDE e a nova

Lei de Uso e Ocupação do Solo também prevêem mudanças para usos mistos em áreas que foram estritamente industriais (São Paulo, 2004c), sendo significativo o caso do Cotonifício Crespi. O antigo prédio da fiação passou por um processo de adaptação no começo do ano 2000 para se transformar em um hipermercado (Rufinoni, 2004) (Figura 3).

A pressão do mercado imobiliário pode ser constatada pela crescente presença de torres residenciais que vêm alterando a antiga paisagem industrial, como o entorno da Rua Borges de Figueiredo<sup>7</sup> (Figura 4). Essa rua, um dos mais importantes endereços industriais da Mooca, conseguiu manter-se, na nova Lei de Uso e Ocupação do Solo, como de caráter predominantemente industrial.

Em 2007, alguns remanescentes da Rua Borges de Figueiredo foram tombados após um processo conturbado. Torres residenciais com altura em torno de 50m tinham sido construídas, sem considerar o antigo tecido urbano ou ao menos as condições do solo depois de anos de atividade industrial. A Resolução n° 14/CONPRESP/2007 envolveu um minucioso trabalho de levantamento para averiguar o valor histórico e arquitetônico das edificações e, principalmente, para verificar suas relações com o entorno, no sentido de verificar o conceito de “ambiência urbana”. O estudo da paisagem foi utilizado de modo



**FIGURA 3** – Mooca: antigo Cotonifício Crespi, parte convertido em hipermercado.  
**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2010.



**FIGURA 4** – Mooca: Rua Borges de Figueiredo; ao fundo, torres residenciais.  
**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2010.

a justificar a limitação de altura das construções envoltórias em 20m, o que gerou grandes contestações do mercado imobiliário, que encontra nessas áreas importantes braços para o adensamento residencial (Thomaz & Giannecchini, 2007).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta análise foi possível verificar alguns aspectos naquilo que concerne à relação entre patrimônio industrial e instrumentos de planejamento urbano. Inicialmente, a indústria foi uma importante atividade, que promoveu o desenvolvimento de diferentes segmentos; porém, nos últimos 30 anos, devido a uma conjunção de fatores, tem deixado de ser a principal atividade econômica da cidade de São Paulo. Tendo em vista tal cenário, este estudo salientou duas dinâmicas relacionadas ao patrimônio industrial: a desindustrialização e a absorção das antigas áreas industriais pela alteração dos usos do solo urbano, situação que está refletida nas novas designações que constam nas revisões e alterações do PDE e da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

O grande potencial das antigas áreas industriais para requalificação urbana, bem como seu valor de mercado, são fatores cruciais que se relacionam à forma como o patrimônio industrial é abordado. Com algumas exceções, a maioria das intervenções nesses bens tem como prioridade aspectos econômicos e funcionais. Raramente a conservação desse patrimônio tem considerado a total integridade dos edifícios ou os princípios básicos de preservação do patrimônio cultural estabelecidos nas Cartas de Veneza de 1964, e de Niznhy Tagil de 2003.

Se existem dificuldades para compreender os remanescentes industriais como herança cultural, mais complexo ainda é compreender a correlação entre esse patrimônio e o ambiente urbano em que está inserido. De fato, ao observar os dois importantes bairros estudados — Lapa e Mooca —, a determinação do uso misto com uma ocupação de alta densidade encoraja o crescimento, não havendo uma efetiva integração entre preservação patrimonial e planejamento urbano. Embora haja exceções, como o mencionado estudo da Rua Borges de Figueiredo, geralmente o patrimônio industrial é considerado de forma pontual. Sua dimensão urbana raramente é mencionada, ficando de lado aspectos como sua importância como referência local, sua relação com a paisagem original (estabelecida pela altura e forma das edificações) e a configuração do próprio tecido urbano (grandes terrenos para fábricas e pequenos para casas operárias) — que são aspectos cruciais para a real proteção desses conjuntos e da identidade cultural que tal patrimônio confere à cidade de São Paulo.

Com isso, este estudo pretendeu apresentar a relação entre patrimônio industrial e instrumentos urbanos, para reforçar a necessidade de pensá-lo de um modo mais integrado: efetiva preservação por meio de um projeto arquitetônico que considere não só aspectos da restauração em todas suas implicações (mínima intervenção, reversibilidade, distinguibilidade<sup>8</sup>, usos, tratamento de superfícies etc.), mas também sua dimensão em escala urbana, reforçando sua importância como fator cultural de valor histórico e documental, que precisa ser devidamente incorporado pelas práticas do planejamento.

## NOTAS

1. Artigo elaborado a partir da dissertação de A.R. RODRIGUES, intitulada “Estudo do patrimônio industrial com uso fabril da cidade de São Paulo”. Universidade de São Paulo, 2011. Sob a orientação de Mônica Junqueira de Camargo.
2. A Carta de Nizhny Tagil foi formulada em julho de 2003, em um encontro do *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH). O documento sintetiza as discussões realizadas ao longo dos anos sobre patrimônio industrial, como definição, valores, importância da identificação, proteção legal, manutenção e conservação.
3. Levantamento efetuado com dados do CONPRESP — Índice geral. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/indice\\_geral/index.php?p=1142](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/indice_geral/index.php?p=1142)>. Acesso em: 30 ago. 2010.
4. Levantamento efetuado com dados do SEMPLA — Tabelas ZEPEC. Disponível em: <[http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/planejamento/zonamento/0001/parte\\_II/lapa/180%20QUADRO%2004D%20do%20Livro%20VIII.pdf](http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/planejamento/zonamento/0001/parte_II/lapa/180%20QUADRO%2004D%20do%20Livro%20VIII.pdf)> e <[http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/planejamento/zonamento/0001/parte\\_II/moooca/558%20QUADRO%2004B%20do%20Livro%20XXV.pdf](http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/planejamento/zonamento/0001/parte_II/moooca/558%20QUADRO%2004B%20do%20Livro%20XXV.pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2010.

5. Operação Urbana Consorciada é definida pelo Estatuto da Cidade como um conjunto de medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, que conta com a participação de proprietários, moradores, usuários e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais (São Paulo, 2010b, p.7).
6. Esses documentos foram elaborados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) em 2010.
7. A região da Rua Borges de Figueiredo faz parte da Operação Urbana Diagonal Sul.
8. Esses princípios são mencionados na Carta de Nizhny Tagil de 2003, especialmente na 5ª seção, “Manutenção e Conservação” (*The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*, 2003).

## APOIO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

## REFERÊNCIAS

- BAFFI, M.I.S. O IGEPAC-SP e outros inventários da divisão de preservação do DPH: um balanço. *Revista do Arquivo Municipal*, n.204, p.169-191, 2006.
- COSSONS, N. *The BP book of industrial archaeology*. London: David & Charles, 1978.
- CURY, I. (Org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.
- DONATO, H. *100 anos da Melhoramentos: 1890-1990*. São Paulo: Melhoramentos, 1990.
- FENERICH, A.R.L. *Preservação em São Paulo: análise de procedimentos metodológicos*. 2000. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- GRILLO, M.T.O. *Industrialização e desindustrialização no município de São Paulo*. 1997. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1996.
- INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. *Carta Nizhny Tagil*. 2003. Disponível em: <<http://www.patrimonio-industrial.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=29>>. Acesso em: 30 jan. 2010.
- LANGENBUCH, J.R. *A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. Rio Janeiro: IBGE, 1971.
- MENEGON, N.M. *Planejamento, território e indústria: as operações urbanas em São Paulo*. 2008. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- RUFINONI, M.R. *Preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo: o bairro da Mooca*. 2004. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- SÃO PAULO (Cidade). *Companhia do metropolitano de São Paulo: metrô — estudo de alternativas de traçado — Tramo Oeste — identificação dos bens culturais envolvidos Diagnóstico*. São Paulo: SMC/DPH, [197?a].
- SÃO PAULO (Cidade). *Galpões industriais significativos*. São Paulo: EMURB, [197?b].
- SÃO PAULO (Cidade). *Patrimônio ambiental zona metrô leste*. São Paulo: SMC/DPH, 1978.
- SÃO PAULO (Cidade). *Plano diretor estratégico do município de São Paulo: lei nº 13.430*. São Paulo: SEMPLA, 2002.
- SÃO PAULO (Cidade). *Lei de uso e ocupação do solo: lei nº 13.872*. São Paulo: SEMPLA, 2004a.
- SÃO PAULO (Cidade). *Planos regionais estratégicos do município de São Paulo: subprefeitura Lapa (PRES — LA)*. São Paulo: SEMPLA, 2004b.

SÃO PAULO (Cidade). *Planos regionais estratégicos do município de São Paulo*: subprefeitura Mooca (PRE — MO). São Paulo: SEMPLA, 2004c.

SÃO PAULO (Cidade). *Termo de referência para a contratação de empresa ou consórcio de empresa ou consórcios de empresas para a elaboração de estudos e projetos para a operação urbana consorciada Lapa-Brás*. São Paulo: SMDU, 2010a. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento\\_urbano/novas\\_operacoes\\_urbanas/termos\\_de\\_referencia/index.php?p=17805](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/novas_operacoes_urbanas/termos_de_referencia/index.php?p=17805)>. Acesso em: 10 jun. 2011.

SÃO PAULO (Cidade). *Termo de referência para a contratação de empresa ou consórcio de empresa ou consórcios de empresas para a elaboração de estudos e projetos para a operação urbana consorciada Mooca-Vila Carioca*. São Paulo: SMDU, 2010b. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento\\_urbano/novas\\_operacoes\\_urbanas/termos\\_de\\_referencia/index.php?p=17805](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/novas_operacoes_urbanas/termos_de_referencia/index.php?p=17805)>. Acesso em: 10 jun. 2011.

THOMAZ, D.; GIANNECCHINI, A.C. *Re-estudo da área envoltória dos galpões industriais em torno da estação da Mooca*. São Paulo: SMC/DPH, 2007.

## RESUMO

A partir do século XX a cidade de São Paulo teve seu desenvolvimento relacionado à industrialização, cujo patrimônio arquitetônico tem sido alvo de interesses conflitantes devido às demandas do setor terciário e imobiliário. Este trabalho aborda a relação entre a preservação do patrimônio industrial e as políticas de planejamento urbano, verificando como o tema tem sido incorporado pelos principais instrumentos de gestão da cidade. Para tanto, foram tomados como objeto de estudo os bairros da Lapa e Mooca, por conterem exemplos significativos da primeira fase de industrialização de São Paulo, com o objetivo de destacar a necessidade de compreender os remanescentes industriais, não como objetos isolados, mas em sua dimensão urbana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ambiente urbano. Patrimônio industrial. Preservação patrimonial. Uso do solo.

## INDUSTRIAL HERITAGE AND URBAN INSTRUMENTS IN THE CITY OF SÃO PAULO

### ABSTRACT

*From the twentieth century, the development of the city of São Paulo has been related to industrialization, and its architectural heritage has been the subject of conflicting interests due to the demands of the tertiary and real estate sectors. This study investigates the relationship between preservation of industrial heritage and urban planning policies, to verify how this theme has been incorporated into the city's main management tools. For this purpose, the suburbs of Lapa and Mooca were taken as study objects because these districts contain significant examples of the first phase of industrialization of São Paulo, with the aim of pointing out the need for understanding the industrial remainders, not as isolated objects, but in their urban dimension.*

**KEYWORDS:** Urban environment. Industrial heritage. Heritage preservation. Land uses.

**DESAFIOS À QUESTÃO METROPOLITANA: O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO  
E REGIONAL DE MARINGÁ** | Paulo Romano Reschilian, Agnes Yuri Uehara

Professor Doutor | Universidade do Vale do Paraíba | Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento | Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional | São José dos Campos, SP, Brasil

Mestranda | Universidade do Vale do Paraíba | Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento | Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional | Av. Shishima Hifume, 2911, Urbanova, 12244-000, São José dos Campos, SP, Brasil | Correspondência para/*Correspondence to*: A.Y. UEHARA | *E-mail*: agyuri@hotmail.com

| Recebido em 5/12/2011 e aceito para publicação em 14/2/2012

# DESAFIOS À QUESTÃO METROPOLITANA: O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL DE MARINGÁ

## INTRODUÇÃO

Pretende-se analisar o município de Maringá (PR) e o processo de constituição da região metropolitana por meio da investigação do contexto histórico de urbanização e metropolização. Segundo pesquisas, pode-se afirmar que essa região tem três particularidades que se tornam relevantes para este trabalho.

A primeira delas é que a cidade é esteticamente valorizada por ser elaborada a partir de um projeto de cidade-jardim (Ferreira, 2011), modelo proposto para as cidades inglesas no final do século XIX (Howard, 1996). O projeto foi idealizado pelo engenheiro Jorge Macedo Vieira, contratado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa que colonizou a região e vendeu os primeiros terrenos aos proprietários, vindos principalmente de São Paulo à procura de terra roxa e facilidades na compra. Outra particularidade é que essa Companhia colonizadora, conhecida como Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que, no início do ano de 1940 já pertencia a empresários paulistas, foi responsável por construir a cidade. Uma terceira particularidade é o fato de constituir esta uma cidade de economia agroindustrial, que passou por diversas transformações no território e é sede de uma região metropolitana desde o final da década de 1990.

O trabalho aborda três momentos. No primeiro, são relatados os principais aspectos históricos de transformação da cidade, desde seu planejamento até sua conformação em região metropolitana. A seguir, são abordados os instrumentos urbanísti-

cos do Estatuto da Cidade voltados para a questão metropolitana, bem como são discutidos os Planos produzidos no Brasil e no município de Maringá. Por fim, analisa-se a falta de congruência entre esses planos e a realidade socioespacial que configura a Região Metropolitana de Maringá.

### MARCOS HISTÓRICOS E GESTÃO DA CIDADE DE MARINGÁ

A partir da identificação dos trabalhos de Rodrigues (2004) e Meneguetti (2009), pretende-se destacar o processo de urbanização acelerado que ocorreu no Município, assim como enfatizar os principais referenciais do planejamento urbano e regional de Maringá.

A ocupação das terras da cidade iniciou-se em 1942, com a delimitação de oito quadras, pois se tratava de uma ocupação provisória para estabelecimento e implantação do núcleo urbano, que deveria abrigar 200 mil habitantes. Após cinco anos, o projeto definitivo da cidade foi contratado ao engenheiro Jorge Macedo Vieira, pela Companhia de Terras Norte do Paraná.

Maringá foi elevada à categoria de município no ano de 1951. Nessa década foram aprovados seis loteamentos não pertencentes ao projeto inicial; em geral, os bairros não seguiam mais o padrão urbanístico planejado nos moldes de cidade-jardim. No final da década, tentou-se manter o plano original, por meio do Primeiro Código de Posturas e Obras, responsável pelo zoneamento e parcelamento do solo. Observa-se, assim, que a Companhia já não possuía mais o controle sobre o loteamento.

Na década seguinte, a paisagem de Maringá apresentava-se alterada, de forma considerável, em relação ao projeto inicial. A cidade teve um aumento de 50% no total de lotes implantados, e, conseqüentemente, ampliou o perímetro devido à pressão dos agentes imobiliários. Os anos de 1960 podem ser considerados uma década de transição, pois muitos terrenos e vazios urbanos da cidade ainda pertenciam à Companhia colonizadora. Assim, verifica-se que Maringá tornou-se um palco de disputas entre os empreendedores imobiliários, que objetivavam exclusivamente a expansão da cidade, e da Companhia colonizadora, que pretendia ocupar os terrenos do plano inicial.

Com relação à economia, a partir do ano de 1970, a região passou por profundas transformações decorrentes da modernização da agricultura, diversificação das culturas e incentivo do governo do Estado do Paraná, por meio da dotação de infraestrutura e serviços para atender à região. Essas ações foram responsáveis pelo incremento populacional da cidade, que aumentou de 47 592 habitantes em 1950 para 100 100 habitantes na área urbana, em 1970 (Barreto & Mendes, 1999).

Apesar das legislações urbanas de ocupação e parcelamento do solo e do Plano Diretor implantados na cidade, não se impediu a criação de 69 loteamentos que não possuíam infraestrutura básica adequada para ocupação, quando “[...] o papel do Estado supostamente deveria ser o de regular e mediar esse antagonismo entre mer-

cado e sociedade: garantindo uma produção homogênea de infraestrutura, evitando a exclusão das parcelas populacionais de menor renda” (Ferreira, 2011, p.74).

A partir dos anos 1980, observa-se a desaceleração do crescimento demográfico de Maringá, fenômeno também ocorrido em outras cidades, como reflexo do modelo de urbanização brasileiro. Nesse período ocorreram dois fenômenos principais: a expansão populacional para as cidades vizinhas e o auge da verticalização no centro da cidade, com a criação de corredores altamente edificados, mudando a paisagem urbana (Mendes, 1992). Os municípios vizinhos, Sarandi e Paiçandu, passaram a cumprir o papel de cidades-dormitório, em razão do alto custo das moradias da cidade. Dessa forma, “ao alastrar a cidade dessa maneira, a urbanização desigual distancia cada vez mais a população trabalhadora dos centros de emprego” (Ferreira, 2011, p.74).

Em 1990 verifica-se um aumento na aprovação de novos loteamentos, com a ampliação de condomínios horizontais em glebas de uso rural, bem como a queda do crescimento populacional.

Observa-se que, transcorridos cerca de 70 anos da implantação de um núcleo urbano reduzido, de base agrária e planejado, 200 mil habitantes, a cidade cresceu (357 077 habitantes, segundo o censo de 2010) e passou por alterações que resultaram na criação da Região Metropolitana. Maringá é a cidade polo, que integra uma rede de outros municípios, que de certa maneira, dependem de sua atividade comercial, industrial e agroindustrial. Ao se analisarem os planos urbanos produzidos ao longo desse período, percebe-se que a tentativa nostálgica de retomar o conceito de cidade-jardim traz uma ideologia, utilizada em parte como estratégia pelos agentes imobiliários, pois o maior objetivo não foi atingido para seus habitantes: a conservação do meio ambiente e o princípio de terra para todos, dentre outros aspectos.

## FORMAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

A proposta das Regiões Metropolitanas brasileiras foi instituída a partir de nove Municípios polos, estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 a partir da Lei Complementar nº 14/1973. Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 facultou aos Estados a competência de suas unidades regionais.

A Constituição Estadual do Paraná de 1998, em seu artigo 21, dispõe, com relação às regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, que:

Art. 21. O Estado instituirá, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos Municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional (Paraná, 1998, *online*).

De acordo com a legislação estadual, Maringá é a cidade polo da Região Metropolitana de Maringá, criada pela Lei Complementar nº 83/1998, compondo-se inicialmente por oito municípios. Atualmente, por meio da Lei Complementar nº 127/2010, a Região compõe-se de vinte e cinco Municípios: Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Cambira, Presidente Castelo Branco, Flórida, Santa Fé, Lobato, Munhoz de Mello, Floraí, Atalaia, São Jorge do Ivaí e Ourizona.

No ano de 2007, por intermédio da Secretaria do Estado do Paraná, foi criado um órgão de gestão metropolitana, Coordenação da Região Metropolitana de Maringá (COMEM). Na hierarquia metropolitana brasileira, a Região identifica-se como espaço urbano de caráter não metropolitano, expondo as contradições políticas que envolvem a temática. “O neoconceito região metropolitana de caráter não metropolitano, ou seja, ‘é o que não é’, expõe de forma satisfatória as contradições que envolvem a temática, por denominarem institucionalmente certo número de municípios com centralidade restrita espacialmente” (Mota, 2010, p.61).

Por outro lado, é importante ressaltar, segundo consenso de Mota (2010) e demais pesquisadores da região Norte do Paraná, que, para ter uma espacialidade de região metropolitana, um aglomerado urbano necessita possuir no mínimo uma relevante centralidade em escala subnacional (macrorregião, por exemplo), isto é, possuir pelo menos uma metrópole, mono ou policentralizada, tendo sua relevância compreendida mais por sua situação geográfica do que por categorias demográficas.

Segundo dados do Observatório das Metrôpoles (2009), a Região Metropolitana de Maringá constitui um conjunto de municípios cujas características socioeconômicas individuais resultam em espacialidades urbanas bastante diferenciadas umas das outras, sendo difícil a integração das mesmas. O processo de metropolização do espaço urbano na região de Maringá expressa-se, como em boa parte das cidades brasileiras, basicamente na expansão territorial de um aglomerado urbano, por meio do qual se pode identificar a ocorrência de seleção e não inclusão da população em determinadas áreas, com o crescimento de cidades conurbadas (Sarandi, Maringá e Paiçandu) e o surgimento de novas centralidades, resultando num processo de segregação socioespacial.

De outro lado, os instrumentos urbanísticos aplicados nas cidades, por intermédio das legislações municipais e do Plano Diretor, deveriam assegurar a seus habitantes o direito a uma vivência mais democrática, que contemplasse seus interesses comuns.

## O PLANO DIRETOR MUNICIPAL E A QUESTÃO METROPOLITANA

O Plano Diretor de Maringá é aqui analisado sob o prisma do Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), à luz dos estudos de Rolnik (2001), terminando com um balanço crítico das perspectivas após dez anos de sua criação, com enfoque no debate acerca das questões metropolitanas.

Rolnik (2001, p.5) identifica três campos de atuação na lei:

[...] induzir mais do que normatizar as formas de uso ocupação do solo; uma nova estratégia de gestão que incorpora a idéia de participação direta do cidadão em processos decisórios sobre o destino da cidade e a ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas, até hoje situadas na ambígua fronteira entre o legal e o ilegal.

Além disso, ainda conforme Rolnik (2001, p.6), o Plano Diretor tem o dever de “inverter o que realmente ocorre em nossas cidades — a apropriação privada (e na mão de poucos) da valorização imobiliária decorrente dos investimentos públicos e coletivos, pagos pelos impostos de todos”.

O Plano Diretor é um documento de interesse público, que tem o objetivo de orientar a política de expansão urbana e ordenamento do território. Seu objetivo é minimizar o quadro de desigualdade social nos municípios, tal qual o Estatuto da Cidade. Ele é obrigatório para as cidades integrantes de regiões metropolitanas, mesmo que possuam menos de 20 mil habitantes, ou seja, é obrigatório para todos os municípios da área em estudo.

A Região Metropolitana de Maringá é formada por cidades que possuem menos de 4 mil habitantes, como Atalaia, Iguaraçu, Ivatuba, Munhoz de Melo e Ourizona, ou até menos de 3 mil habitantes, como Flórida e Ângulo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011).

A maioria dos municípios da Região Metropolitana de Maringá ainda não possui o Plano Diretor em vigor. Eles se encontram em “processo de constituição do Plano Diretor Participativo, contratando equipes para executar as diretrizes estabelecidas na lei” (Galinari *et al.*, 2010, p.142), contando com o apoio do Paranacidade para sua realização.

A Primeira Conferência do Plano Diretor de Maringá foi realizada em 30 de novembro de 2010, quatro anos após sua instituição. A Conferência resultou em um relatório denominado *Avaliação da Lei Complementar nº 632/2006 — Plano Diretor de Maringá*, redigido e finalizado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial. O documento, apesar de conter avaliações, diagnósticos e sugestões de alterações legais, e apesar de debater outros assuntos municipais, não apresentou nenhuma análise que tratasse da questão metropolitana. Percebe-se, assim, a ausên-

cia de políticas regionais integradas, não havendo nenhuma participação visível dos outros municípios que compõem a Região Metropolitana.

Cabe ressaltar a análise do processo de planejamento da cidade de Maringá, elaborada nos trabalhos de Rodrigues (2004), Godoy (2009), Cordovil e Rodrigues (2010) e no próprio Plano Diretor, enfatizando o fato de que o mercado imobiliário interfere na expansão urbana e metropolitana do município.

Em Maringá foram aprovados três Planos Diretores: o primeiro em 1968, o segundo em 1991, e o terceiro em 2006, com a incorporação dos instrumentos urbanísticos e jurídicos do Estatuto da Cidade.

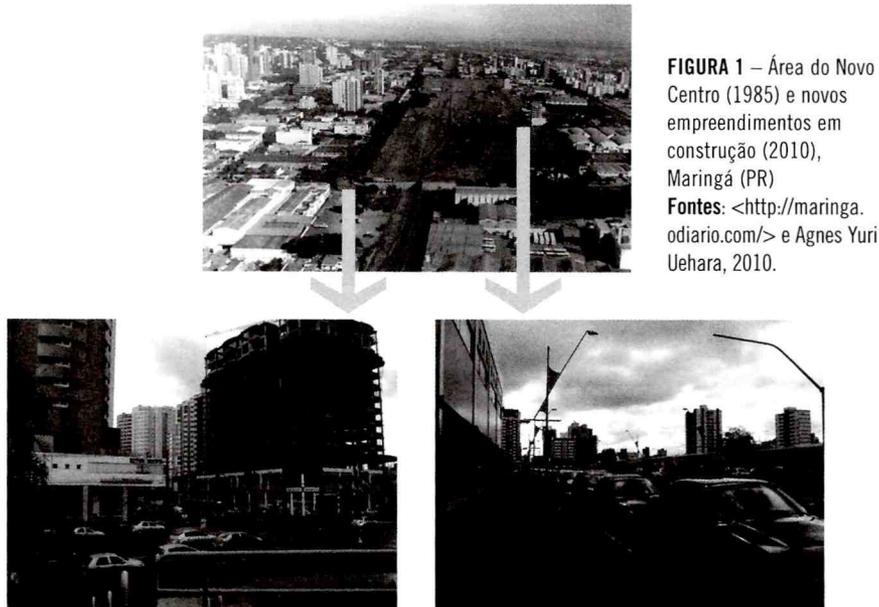
Em 1968, foi instituído o Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá, por uma equipe técnica contratada pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal (CODEM), com dois grandes objetivos: fazer um grande planejamento de modo a coibir a ampliação do perímetro urbano e manter a proposta inicial; e implementar o projeto estadual de desenvolvimento econômico integrado entre três polos do interior: Ponta Grossa, Londrina e Maringá (Rodrigues, 2004). Considera-se que “o Plano Diretor de Desenvolvimento foi um marco nos estudos urbanos da cidade, porém poucas propostas foram colocadas em prática” (Cordovil & Rodrigues, 2010, p.7). Para Cordovil e Rodrigues (2010), o resultado propriamente dito do Plano Diretor acabou reafirmando o padrão centro-periferia e a desigualdade social, agravada nesse período devido ao êxodo rural, ao processo de valorização dos terrenos centrais e à verticalização da cidade, compondo novas dinâmicas no espaço urbano de Maringá e afetando também as cidades vizinhas.

O segundo Plano Diretor de 1991 reafirmou o caráter tecnocrático do anterior, com ausência de participação da população, característica dos planos até o final do século XX na maioria das cidades brasileiras. Um diferencial desse Plano foi a abrangência metropolitana que ele tentou atingir. O Plano passou por várias atualizações em 1994, 1999, 2000 e 2001, e, segundo análise de Cordovil e Rodrigues (2010, p.11), “aqueles planos não foram sequer encaminhados para o legislativo”.

Com a aprovação do Estatuto da Cidade de 2001, houve uma abertura clara das operações consorciadas, ou seja, sugeriu-se um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados. Esse processo incluiu “segmentos que jamais participaram diretamente dos processos decisórios sobre o uso e ocupação do solo” (Cordovil & Rodrigues, 2010, p.12), inclusive dando maior abertura ao mercado imobiliário e à indústria da construção civil. Assim, a participação popular só passou a ocorrer em Maringá a partir de 2004.

## RESULTADO DOS PLANOS NÃO INTEGRADOS

Pode-se observar (Figura 1) a área do Novo Centro de Maringá e os novos empreendimentos locais, com grandes construções. Trata-se de uma ampla área, ocupada recen-



**FIGURA 1** – Área do Novo Centro (1985) e novos empreendimentos em construção (2010), Maringá (PR)  
**Fontes:** <<http://maringa.odiarario.com/>> e Agnes Yuri Uehara, 2010.

temente, localizada na parte central da cidade. O primeiro projeto proposto para a área foi feito pelo escritório de Oscar Niemeyer, por encomenda da Prefeitura Municipal de Maringá, mas não foi executado.

Verifica-se que essa área foi destinada para empreendimentos do mercado imobiliário e que, devido à valorização do terreno, as construtoras edificam prédios com o coeficiente máximo de aproveitamento do solo. Essa transformação do espaço urbano difere da proposta original de baixo adensamento, no projeto de Jorge Macedo Vieira, concebido nos moldes de cidade-jardim a que Maringá é comparada por Rego (2009).

Em Maringá, cidade polo da Região Metropolitana, o poder público passou, segundo Moura (2002, p.43):

[...] a priorizar a construção de atributos de competitividade e atratividade a grandes empreendimentos. Tais relações verticais atendem às exigências corporativas de equipamentação técnica e adaptação jurídica, fiscal e institucional, comprometendo o poder econômico e político e tornando ainda mais desiguais a economia e a sociedade desses espaços, dada a priorização de investimentos públicos na direção contrária às demandas sociais.

Esse modelo de administração empresarial, assim como em outras cidades brasileiras, configura o urbanismo desigual, ou o urbanismo à brasileira a que se refere Ferreira (2011), resultando em casos como o Bairro Santa Felicidade e o município vizinho de Maringá, a chamada Sarandi. Nesses dois casos, verifica-se um jogo de disputas e uma concorrência entre o poder público e o mercado imobiliário, em que determinadas localidades da cidade polo ganham, enquanto a periferia pobre e os municípios vizinhos perdem.

Na década de 1980, 14 famílias de uma favela localizada no centro da cidade de Maringá foram transferidas para um bairro periférico, Santa Felicidade. Hoje, a região passou a ser valorizada, uma vez que o bairro superou a precariedade dos anos iniciais e a área passou a ser de grande interesse dos agentes imobiliários sendo esta área cercada por mansões, condomínios de luxo e um Centro Universitário (Galvão *et al.*, 2009). A população, que passara pela experiência de remoção, carência de infraestrutura urbana e concessão da escritura na nova moradia, é agora novamente alvo de deslocamento para outra periferia da cidade.

Esse processo se caracteriza como modernização excludente (Ferreira, 2011). Desse modo, “[...] o capital imobiliário utiliza estratégias e ações diferenciadas, que, no mesmo espaço urbano, ora segregam, ora absorvem essa população” (Mendes *et al.*, 2008, p.1).

Sarandi, caracterizada por Mendes *et al.* (2008, p.1) como “cidade periférica em relação à cidade polo”, pode ser vista também como “o bairro pobre de Maringá”, pois a diferença econômica e social estampada no território torna-se evidente. Pode-se prever que caminhará para um processo semelhante ao do Bairro Santa Felicidade, pois Maringá estende seus limites até a fronteira do Município de Sarandi.

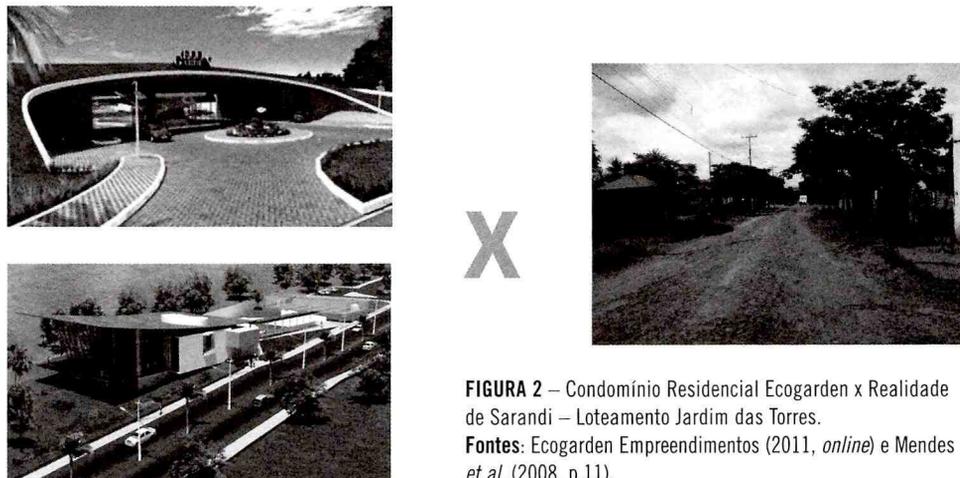
Atualmente, têm-se um projeto de um condomínio residencial denominado Ecogarden, no qual somente o portal se localiza em Maringá, e as residências em Sarandi. O empreendimento é vendido como pertencente a Maringá, comercializado dentro da estratégia do capital imobiliário (esse exemplo foi citado na Conferência de Revisão do Plano Diretor de Maringá), vendendo “soluções verdes” e “estrutura ecológica” (<http://www.ecoinga.com.br>).

A constituição do espaço urbano da cidade de Sarandi reflete o modelo da urbanização brasileira, onde, em uma mesma cidade, há recortes espaciais e uma “colcha de retalhos” constituindo espaços ricos em meio a espaços pobres, espaços regulados pelo Estado, em meio a espaços clandestinos, frutos da segregação espacial e das estratégias dos diversos agentes (Mendes *et al.*, 2008, p.6).

Na Figura 2, pode-se comparar o conjunto habitacional de Sarandi e o projeto do Condomínio Residencial Ecogarden, em que se verifica o contraste entre o projeto e a realidade de um bairro localizado na cidade de Sarandi.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Maringá, por meio de acelerado processo de urbanização, tornou-se epicentro de uma região metropolitana do Estado do Paraná. De cidade inicialmente planejada no modelo de cidade-jardim inglesa, pode-se verificar que o plano inicial não se manteve e que muitos problemas excederam o poder local e extrapolaram seus limites



**FIGURA 2** – Condomínio Residencial Ecogarden x Realidade de Sarandi – Loteamento Jardim das Torres.  
**Fontes:** Ecogarden Empreendimentos (2011, *online*) e Mendes *et al.* (2008, p.11).

territoriais, transportando-se aos municípios vizinhos. A ideologia ou a estratégia de cidade-jardim pode-se manter, seja como elemento para induzir a atração/ocupação dos colonizadores do norte do Paraná, seja para promover a publicidade de empreendimentos imobiliários de alto padrão, como o Condomínio Residencial Ecogarden.

Na literatura sobre o planejamento urbano e o processo de urbanização no Brasil, encontram-se elementos para planejar/pensar cidades mais justas, de modo a reduzir a exclusão e as desigualdades socioespaciais e ambientais.

A observação da realidade urbana brasileira permite verificar que a urbanização à brasileira reproduziu inúmeras situações semelhantes às encontradas no município de Maringá em sua metropolização. A população ocupa a periferia urbana e até interurbana, e a cidade, ainda que planejada, não conseguiu conter todas as demandas sociais. Por outro lado, nem a institucionalização de uma região metropolitana contribuiu para melhor distribuição dos recursos e integração dos municípios na solução de problemas comuns. Constata-se que, na concepção de um modelo de urbanização e organização socioterritorial, revelam-se evidências ideológicas de que o lugar dos pobres ainda não foi consagrado e de que o planejamento urbano e seus instrumentos reafirmam a lógica da segregação socioespacial.

## REFERÊNCIAS

- BARRETO, I.J.; MENDES, C.M. Uma forma inovadora de se morar: a verticalização no jardim universitário — Maringá, PR. *Boletim de Geografia*, v.17, n.1, p.59-72, 1999.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da constituição federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 11 jul. 2001. Seção 1, p.64.
- CORDOVIL, F.C.; RODRIGUES, A.L. Da tecnocracia à participação popular: a institucionalização e os novos rumos do planejamento urbano em Maringá, Paraná, Brasil. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, v.14, n.331, 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-40.htm>>. Acesso em: 17 maio 2011.
- ECOGARDEN EMPREENDIMENTOS. *Ecogarden residence*. 2011. Available from: <<http://www.ecoinga.com.br/>>. Cited: 9 June 2011.
- FERREIRA, J.S.W. São Paulo: cidade da intolerância, ou o urbanismo à brasileira. *Estudos Avançados*, v.25, n.71, p.7-22, 2011.
- GALINARI, A.F. et al. Planos diretores participativos para pequenos municípios paranaenses: limites e possibilidades de implementação do estatuto da cidade. In: RODRIGUES, A.L.; TONELLA, C. *Retratos da região metropolitana de Maringá*: subsídio para elaboração de políticas públicas participativas. Maringá: Eduem, 2010. p.133-191.
- GALVÃO, A.A. et al. *Reestruturação socioespacial do território metropolitano: o caso do Pac Santa Felicidade em Maringá (PR)*. Montevideo: Instituto do Milênio, 2009.
- GODOY, A.M.G. Mercado imobiliário? Planejamento público? Qual a controvérsia na ocupação do solo urbano? *Textos de Economia*, v.12, n.1, p.11-37, 2009.
- HOWARD, E. *Cidades-jardins de amanhã*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico*. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/default.php>>. Acesso em: 9 jun. 2011.
- MENDES, C.M. *O edifício no jardim: um plano destruído: a verticalização de Maringá*. 1992. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- MENDES, C.M. et al. A produção do espaço urbano em Sarandi (PR-Brasil): particularidades e disparidades. In: SIMPÓSIO SOBRE PEQUENAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO LOCAL, 1., 2008, Maringá. *Anais...* Maringá: Eduem, 2008. p.1-15.
- MENEGUETTI, K.S. *Cidade-jardim, cidade sustentável: a estrutura ecológica e urbana e a cidade de Maringá*. Maringá: Eduem, 2009.
- MOTA, A.A. O que é a região metropolitana de Maringá: os múltiplos recortes espaciais e institucionais relacionados à cidade de Maringá. In: RODRIGUES, A.L.; TONELLA, C. *Retratos da região metropolitana de Maringá*: subsídio para elaboração de políticas públicas participativas. Maringá: Eduem, 2010. p.133-191.
- MOURA, R. Lacuna institucional da metropolização: considerações sobre a Região Sul. *Cadernos Metrôpole*, n.8, p.33-57, 2002.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Como andam as regiões metropolitanas*: Curitiba e Maringá. 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/>>. Acesso em: 14 out. 2011.
- PARANÁ. Lei complementar nº 83, de 17 de julho de 1998. Institui a região metropolitana de Maringá, constituída pelos municípios que especifica. *Diário Oficial*, 17 jul. 1998. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=8563&codItemAto=81925>>. Acesso em: 12 jun. 2012.
- REGO, R.L. *As cidades plantadas: os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná*. Londrina: Humanidades, 2009.
- RODRIGUES, A.L. *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá*. 2004. Tese (Doutorado) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- ROLNIK, R. Estatuto da cidade: instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza. In: SAULE JUNIOR, N.; ROLNIK, R. (Org.). *Estatuto da cidade: novos horizontes para reforma urbana*. São Paulo: Pólis, 2001.

## RESUMO

O presente trabalho pretende analisar o contexto da urbanização e metropolização da região norte do Paraná, mais especificamente a região de Maringá. O estudo aborda os períodos determinantes da história do município e da região, começando pelo projeto inicial da cidade em 1945, passando pela instituição da respectiva Região Metropolitana em 1998, e chegando aos dias atuais. A pesquisa teve por objetivo entender a lógica de formação dessa região metropolitana que, embora instituída pela Constituição Estadual do Paraná, até hoje não atingiu os propósitos da legislação — cooperação, integração e organização dos interesses comuns aos municípios que dela fazem parte -, reproduzindo o modelo de urbanização “à brasileira”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Planejamento urbano e regional. Plano diretor. Região metropolitana de Maringá. Urbanização.

## ***QUESTION OF METROPOLITAN CHALLENGES: THE PROCESS OF ORGANIZING THE URBAN AND REGIONAL SPACE OF MARINGÁ, BRAZIL***

### ***ABSTRACT***

*The aim of this article is to analyze the context of urbanization and metropolization of the northern region of the State of Paraná. The Maringá region is studied during important periods in the history of the city and region from time of its initial founding in 1945, through to institution of the Metropolitan Region of Maringá in 1998 to the present. The aim of the research was to understand the logic behind the formation of this metropolitan region which, although instituted by the State Constitution of Paraná, has up to now not attained the purposes of the legislation — cooperation, integration, and organization of common interests of all the municipalities that form part of it — within, thereby reproducing a model of Brazilian urbanization.*

**KEYWORDS:** *Urban and regional planning. Urban planning. Metropolitan region of Maringá. Urbanization.*

**A CONCEPÇÃO MODERNISTA DO *CAMPUS* DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, MINAS  
GERAIS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO FÍSICO DE 1970**

**Aline Werneck Barbosa de Carvalho, Italo Itamar Caixeiro Stephan, Luiz Fernando Reis**

**Professores Doutores | Universidade Federal de Viçosa | Departamento de  
Arquitetura e Urbanismo | Av. P. H. Rolfs, s/n., *Campus* UFV, 36570-000,  
Viçosa, MG, Brasil | Correspondência para/Correspondence to: A.W.B.  
CARVALHO | E-mail: [alinearbc@gmail.com](mailto:alinearbc@gmail.com)**

**| Recebido em 16/3/2011, reapresentado em 20/12/2011 e aceito para publicação em 26/1/2012**

# **A CONCEPÇÃO MODERNISTA DO *CAMPUS* DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, MINAS GERAIS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO FÍSICO DE 1970**

## **INTRODUÇÃO**

Neste artigo propõe-se uma reflexão acerca da concepção modernista do *campus* da Universidade Federal de Viçosa (UFV), localizado em Viçosa (MG), cuja estrutura físico-territorial foi fortemente influenciada pelas diretrizes apresentadas no Plano de Desenvolvimento Físico elaborado para o período 1970-1979. Partiu-se da premissa de que o reconhecimento das qualidades morfológicas e a compreensão dos princípios estruturadores do traçado do *campus* de Viçosa, altamente influenciados pelos paradigmas do urbanismo moderno, assumem especial relevância para o delineamento de ações visando ao planejamento físico e ambiental da UFV, considerando-se o atual contexto da política de Ensino Superior no Brasil, que exige das universidades públicas o planejamento institucional e físico-territorial, por meio da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental (PDFA).

Criada em 1921 como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) e transformada em Universidade Rural de Minas Gerais (UREMG) em 1948, a instituição foi federalizada com a denominação de Universidade Federal de Viçosa em 8 de maio de 1969, por disposição do Decreto-Lei nº 570/1969 (Brasil, 1969).

A federalização ocorreu num momento de expressivo crescimento e aparelhamento das universidades brasileiras, porém inserido num contexto de forte centralização polí-

tica, correspondente ao período de ditadura militar. Em 1967 fora firmado o primeiro de uma série de acordos que iriam marcar o rumo da implantação de universidades no Brasil: o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que exigia como contrapartida das universidades a elaboração de um plano diretor (Alves, [19--?]). Assim, na década de 1970 muitos *campi* foram planejados conforme a concepção modernista, com base em diretrizes e configurações espaciais afinadas com a ideia de “cidade funcional”.

Além disso, a Reforma Universitária de 1968, consubstanciada no Decreto-Lei n° 5.540, apontou duas medidas que “[...] tiveram reflexos diretos na configuração dos novos edifícios dos diversos *campi*: a criação dos institutos e dos departamentos e o princípio da não duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes” (Cunha, 2000, p.182). De acordo com essa orientação, adotou-se no *campus* de Viçosa a estrutura de Centros de Ciências e de Departamentos. Essa estrutura refletiu-se nas edificações, que passaram a ser construídas para abrigar os distintos departamentos em prédios próprios, distribuídos pelo *campus*.

Para cumprir uma das exigências do Contrato de Empréstimo do BID ao governo brasileiro, em 1970 foi elaborado o primeiro plano diretor do *campus* da UFV — o Plano de Desenvolvimento Físico. Obedecendo ao paradigma do urbanismo racionalista difundido pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), as diretrizes desse Plano visavam estabelecer um zoneamento de uso e reforçar os traços modernistas já presentes na forma e na implantação dos edifícios, eliminando-se algumas vias e ampliando-se as áreas livres em torno deles. Pode-se dizer que a concepção modernista prevista pelo Plano está presente e pode ser claramente identificada no traçado e na paisagem do *campus*, embora algumas diretrizes não tenham sido implementadas.

Visando compreender a lógica formal que orientou essa ocupação e a influência modernista nela presente, inicia-se este artigo com uma breve consideração a respeito do conceito de *campus*, seguida da análise dos princípios ordenadores do traçado urbanístico do *campus* da UFV, contidos no Plano de Desenvolvimento Físico de 1970. Trata-se de uma análise morfológica, em que se procura identificar o modo como os principais elementos morfológicos que compõem a estrutura espacial do *campus* — o traçado, os edifícios, as quadras e a vegetação — posicionam-se, organizam-se e articulam-se para constituir o espaço urbano<sup>1</sup>.

## O CAMPUS COMO CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA

O conceito de *campus*, tal como foi concebido nos Estados Unidos da América, influenciou a concepção pedagógica da UFV desde sua implantação, na década de 1920, até sua concepção urbanística, cujos princípios racionalistas modernistas foram reforçados a partir do Plano Diretor de 1970.

Sob o aspecto pedagógico, adotaram-se os princípios dos *colleges* e das escolas rurais norte-americanas (Borges & Sabioni, 2004; Borges *et al.*, 2006). Enquanto na

Europa as universidades surgiram como instituições eminentemente urbanas, nos Estados Unidos, ao contrário, o ensino superior assumiu a concepção de *colleges* e *universities* como comunidades em si mesmas, isto é, como “pequenas cidades”, dotadas de dormitórios, refeitórios e espaços recreativos, localizados nos limites da cidade ou no campo. Para Pinto e Buffa (2006), foi o princípio de que as universidades deveriam funcionar no campo, longe das cidades, que deu origem à expressão “*campus* universitário”. A ideia de *campus* passou a representar o local por excelência do trabalho acadêmico e universitário, constituindo ele verdadeira cidade cercada pela malha urbana, com território e regras próprias, e equipado para cumprir seus objetivos voltados para a formação de dirigentes, a pesquisa e a produção científica. Entretanto, ao ser transferido para outros países, o modelo sofreu adaptações.

No Brasil, o ensino superior leigo teve início com a chegada da família real portuguesa, no início do século XIX<sup>2</sup>. Embora vários cursos e escolas tenham sido criados ao longo desse século, o ensino superior brasileiro foi marcado pelo crescimento de escolas isoladas, o que se observa até a primeira metade do século XX (Malta, 1986; Mendonça, 2000). No decorrer do período, houve várias tentativas de criação de universidades; no entanto, foi apenas após as rápidas e profundas transformações ocorridas a partir dos anos 1960, especialmente no setor federal, que o espaço universitário passou a organizar-se em *campi*. A influência das universidades norte-americanas, com sua tipologia de *campus* e de cidade universitária, transformou-se então no principal modelo de organização do espaço universitário no Brasil, sendo aceito pelo Conselho Federal de Educação e apoiado pelas fontes de financiamento internacional, sobretudo norte-americanas. Nesse contexto foi também criada a denominação “cidade universitária”, entendida como uma “pequena cidade”, apartada das “cidades regulares”, cujo núcleo seria capaz de oferecer atividades de ensino, abrigar centros de pesquisa, acolher alunos e professores e oferecer os serviços que qualquer cidade oferece (Cunha, 2000).

### **O CAMPUS COMO SISTEMA COMPOSITIVO**

Montaner (2008) trata o *campus* como uma forma urbana complexa, um sistema compositivo racionalista criado pelos mestres do Modernismo, inspirado na *Ágora* grega e na tradição dos *campi* universitários. Ainda para Montaner (2008, p.32, tradução nossa):

O sistema compositivo urbano em forma de *campus* é muito diferente da cidade tradicional densa, construída com ruas e quarteirões, definida de maneira determinante pelos percursos e continuidades, e que cresce mediante repetições. A forma de *campus* é aberta e integra a natureza; nela predominam as formas isoladas e conexas, relacionadas entre si pela distância e pelo vazio. Em sua composição devem seguir-se regras internas e próprias que exigem uma nova disciplina que não foi definida por nenhuma tradição ou academia.

Essa tipologia urbanística, tal como descrita por Tyrwhitt *et al.* (1961) e Montaner (2008) foi proposta em vários projetos de centros cívicos, *campi* universitários e cidades industriais para cidades latino-americanas<sup>3</sup> na década de 1940, a maioria deles não realizada.

Influenciados pelo Movimento Moderno da Arquitetura e do Urbanismo, os primeiros projetos de *campus* adotaram a ideia de zoneamento, procurando-se agrupar os edifícios em função de suas especialidades. Foram concebidos como o local, por excelência, do trabalho acadêmico e universitário, constituído por um território próprio e delimitado, com administração independente, normas, regras e padrões específicos, que abriga espaços de ensino e pesquisa, e que reúne alguns serviços fundamentais, como refeitório, alojamento, farmácia, biblioteca, serviços de papelaria, dentre outros.

Em termos urbanísticos, o *campus* corresponde a uma forma urbana complexa, onde a área aberta existente entre os edifícios é a grande protagonista do espaço, articulando e estabelecendo as relações formais e funcionais entre os edifícios de tipologias arquitetônicas e programáticas diversas.

Na verdade, os *campi* e as propostas de cidades universitárias constituíram um desafio novo para urbanistas, arquitetos e educadores, pois não existia nenhum exemplo de cidade totalmente planejada voltada especificamente ao ensino e à pesquisa.

### O LEGADO MODERNISTA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO FÍSICO DE 1970

O traçado e o planejamento físico do *campus* da UFV estão relacionados com a história da instituição e com o seu processo de expansão didático-pedagógica.

De acordo com o relatório elaborado pelo engenheiro João Carlos Bello Lisboa<sup>4</sup>, chefe da Comissão de Construção da ESAV, o primeiro passo dado pelo governo de Minas Gerais para a fundação da instituição foi organizar o Plano Geral do estabelecimento, cujo plano de construção “[...] constava do edifício principal, do dormitório, de vinte abrigos rurais, de uma residência para o Director e tres para professores e uma grande avenida” (Borges & Sabioni, 2004, p.5).

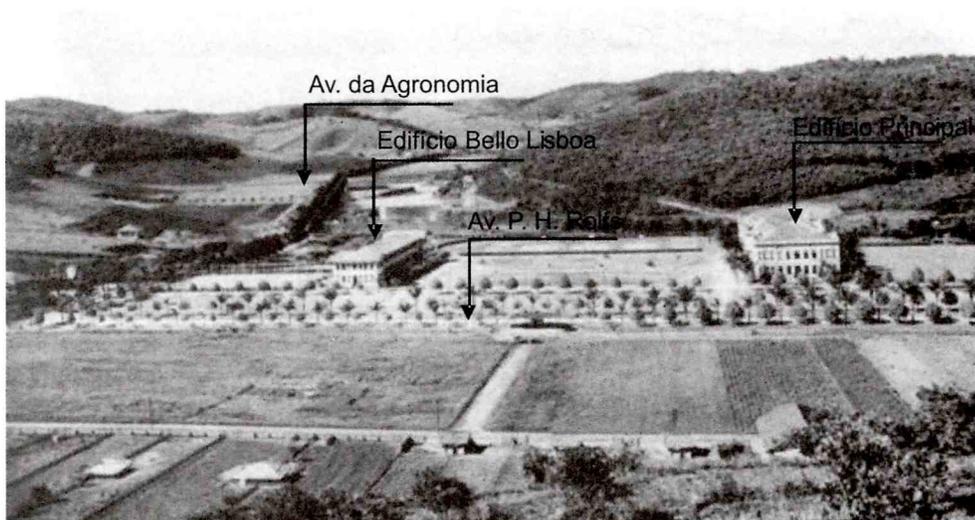
Também foi elaborado um Plano de Viação, que estabelecia as bases do traçado viário do *campus*, com a definição das vias principais e dos serviços de água, esgoto e iluminação. Consta do Relatório de Bello Lisboa<sup>5</sup> que a avenida de ligação com a cidade — Av. P.H. Rolfs — foi projetada paralela à linha da Estrada de Ferro Leopoldina, com 20m de largura no interior do *campus*, e 15m de largura no trecho que se estende desde sua entrada até o Largo do Rosário, no centro da cidade. Em ambos manteve-se a largura de 10m entre as sarjetas, deixando-se no primeiro trecho uma largura de 5m de cada lado para os passeios, e, no segundo, reduzindo-se os passeios para 2,50m. Também nessa época definiu-se a arborização ao longo da avenida. No interior do *campus* foram plantadas duas fileiras de árvores, uma de palmeiras e outra de magnólias, sendo a distância entre as fileiras de 3,60m, e, entre árvores, de 8m.

Nesse período construiu-se ainda um eixo perpendicular à Av. P.H. Rolfs, constituído pela estrada que servia às seções de Zootecnia, Veterinária e Agronomia. A via, hoje denominada Av. da Agronomia, era toda arborizada, parte com palmeiras e parte com pinheiros do Paraná. Também foi aberta uma estrada paralela à avenida principal, mais tarde denominada Av. Purdue (Borges & Sabioni, 2004).

Assim, a estrutura viária principal do *campus*, isto é, os três principais eixos estruturadores — a linha férrea, a Av. P.H. Rolfs e a Av. da Agronomia — já estavam definidos nesses primeiros documentos, bem como a localização dos principais edifícios, estabelecendo-se sua relação com o traçado viário. A Figura 1 ilustra uma vista aérea do *campus* da ESAV em 1930, onde se observam os eixos viários principais: a Av. P.H. Rolfs e a Av. da Agronomia. Na figura também se destacam os dois principais edifícios construídos no início da década de 1920 — o Edifício Principal (atual Edifício Arthur Bernardes) e o Dormitório (Edifício Bello Lisboa), interligados por um amplo espaço aberto, que permanece ainda hoje.

Em 1970, já no contexto da federalização da instituição, um novo documento foi elaborado com a finalidade de orientar o crescimento do *campus*. Esse plano, concebido como um Plano de Desenvolvimento Físico, foi encomendado ao arquiteto Cláudio Augusto de Magalhães Alves<sup>6</sup>, na gestão do então Reitor Edson Potsch Magalhães<sup>7</sup>, tendo sido posteriormente aprovado pelo BID e pela Comissão Especial (CEPES) para Execução do Plano de Melhoramento e Expansão do Ensino Superior (Alves, [19--?]). Trata-se de um documento sintético e conciso, elaborado num único volume, abrangendo o diagnóstico e a proposta. O diagnóstico contém informações sobre os aspectos administrativos e físicos da instituição, enquanto a proposta trata das obras de infraestrutura (sistema viário e saneamento), zoneamento e desenvolvimento das instalações (prioridades).

O Plano de Desenvolvimento Físico de 1970 reforçou a estrutura viária já delineada no Plano de Viação, adotando-a como ordenadora da implantação das edificações e



**FIGURA 1** – Vista aérea do *campus* da ESAV (1930).

**Fonte:** Borges & Sabioni (2004).

dos espaços abertos entre elas, estabeleceu um zoneamento de uso e reforçou os traços modernistas já presentes na forma e na implantação dos edifícios, eliminando algumas vias e ampliando as áreas ajardinadas.

### OS PRINCÍPIOS ORDENADORES DO TRAÇADO URBANÍSTICO DO *CAMPUS DE VIÇOSA*

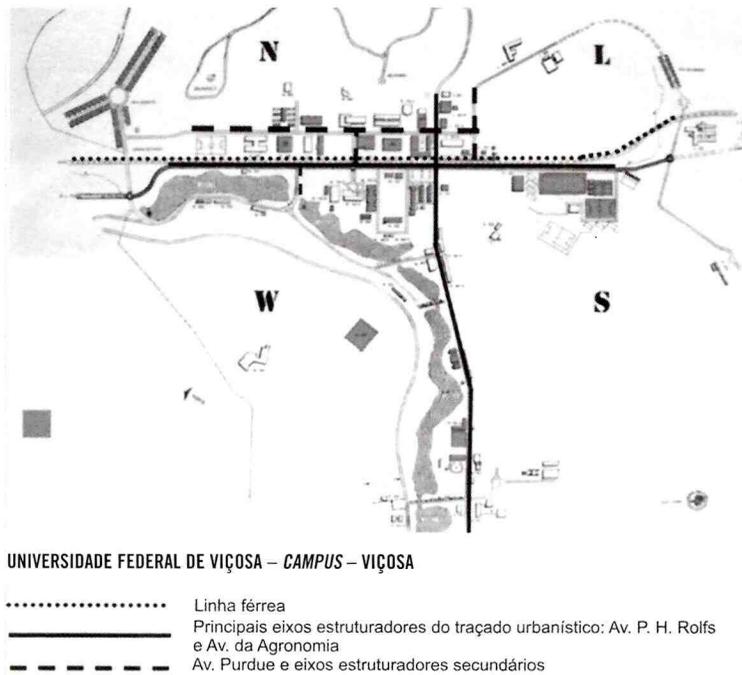
O Plano de Desenvolvimento Físico de 1970 insere-se num momento em que a arquitetura e o urbanismo modernos brasileiros já estavam consolidados e reconhecidos no panorama mundial. Conforme Zein (2003, p.56), naquela época, os arquitetos estavam convencidos das “bondades da cidade moderna para fazer face ao ‘caos urbano’ — que resultaria, segundo acreditavam, da incapacidade do tecido urbano tradicional de responder a certas questões da atualidade [...]”.

De fato, no período compreendido entre 1920 e 1960, o Movimento Moderno traduzia-se na busca de uma nova forma que se contrapunha à da cidade tradicional (Pinheiro, 2006). O novo ideário pautado nos princípios do urbanismo modernista foi introduzido no meio acadêmico e profissional do Brasil<sup>8</sup> a partir de conferências, congressos e exposições internacionais, bem como por meio de livros e artigos publicados em revistas especializadas e na contratação de técnicos e/ou urbanistas estrangeiros para a elaboração de pareceres e planos. Entretanto, a presença das ideias estrangeiras não se fez sem determinadas adaptações. Leme (2009) aponta que foram diferenciadas as formas de recepção, assimilação, produção e difusão do conhecimento. Reflexões críticas recentes têm mostrado que, mais do que a mera transposição de modelos urbanísticos, ocorreu um processo complexo de apropriação e adaptação das ideias urbanísticas pelos profissionais brasileiros, à medida que se consolidava o ensino e a organização do exercício da prática profissional (Pechman & Ribeiro, 1996; Leme, 2009)<sup>9</sup>.

Esse novo ideário está expresso no Plano de Desenvolvimento Físico de 1970, que incorpora uma série de elementos comuns a outros planos de influência modernista. Nele estão presentes os mesmos princípios ordenadores do traçado urbanístico apontados por Gorovitz (2002) e Oliveira (2006) nos projetos para a Universidade do Brasil, de Lúcio Costa e Le Corbusier. Esses princípios ou categorias de ordenação plástica são a axialidade, a relação das partes entre si e com o todo, e o traçado regulador.

A axialidade é o principal fator de ordenação do traçado e da disposição dos edifícios do *campus* de Viçosa: três grandes eixos na direção NO-SE (a Av. P.H. Rolfs, a Av. Purdue e a linha férrea), cortados por um grande eixo aproximadamente perpendicular (Av. da Agronomia). A direção dos dois principais eixos viários segue claramente a orientação da linha férrea preexistente, que é incorporada como parte integrante do sistema viário e da paisagem do *campus*. Já o terceiro grande eixo marca a ortogonalidade, que é posteriormente acompanhada pelos eixos viários de menor importância funcional e simbólica (Figura 2).

A segunda categoria modernista de que trata Gorovitz é a “comodulação”, entendida como a relação das partes entre si e com o todo. Nesse caso, no projeto do *campus* UFV — Viçosa destaca-se a volumetria dos edifícios, concebidos como volumes prismáticos dota-



**FIGURA 2** – Proposta do sistema viário. Plano de Desenvolvimento Físico de 1970, com indicação dos principais eixos estruturadores do espaço. **Fonte:** Alves ([19--?]).

dos de linguagem e identidade formal próprias, destacados uns dos outros pela amplitude dos espaços livres entre eles.

A tipologia de *campus*, descrita por Montaner (2008), é claramente identificável: destacam-se a proporcionalidade e o equilíbrio entre os volumes isolados e a diversificação que confere identidade a cada peça autônoma. São as vias e os caminhos que organizam o espaço aberto existente entre os volumes.

A lógica formal do *campus* não é apreendida de uma só vez pelo observador, que vai percebendo os edifícios ao longo do seu deslocamento, seguindo uma métrica espacial marcada pelo ritmo dado pelo espaçamento uniforme das árvores e pela implantação dos edifícios ortogonalmente ao eixo da avenida principal. Não existe uma hierarquia entre os edifícios, mas há importantes marcos visuais ao longo do percurso dos eixos viários principais, decorrentes das características arquitetônicas e da importância histórica das edificações, como o Edifício Arthur Bernardes e o Edifício Bello Lisboa.

Essas características permanecem ainda hoje (Figura 3), onde se tem a vista aérea do *campus* com a cidade ao fundo, destacando-se a axialidade marcada pela Av. P.H. Rolfs e a disposição cartesiana dos edifícios.

O traçado viário, de amplas avenidas e visuais, contrasta claramente com o traçado tradicional da cidade, estabelecendo, a partir da entrada do *campus* (simbolicamente marcada pelo monumento denominado “Quatro Pilastras”), uma forte ruptura na paisagem urbana. A ruptura vai além do aspecto meramente paisagístico e formal, criando, muitas vezes, uma barreira entre “os dois lados da cidade”: a cidade caótica e a cidade organizada.

Por fim, não se estabelece uma malha ortogonal rígida. Ao contrário, o Plano de 1970 elimina várias pequenas vias perpendiculares à Av. P.H. Rolfs, por considerá-las redundantes. Assim, a trama proposta:

[...] elimina a proliferação de ruas, os quarteirões estanques, possibilita a desejável fluidez do tráfego (o gabarito adotado é de 10 metros) e define duas grandes praças de cada lado do edifício Símbolo [o Edifício Arthur Bernardes], que será o centro cívico-comunitário da Universidade. Estas praças abertas deverão ser tratadas à maneira de um fórum ou ágora, pontos de encontro e lazer da população universitária e de sua integração com a cidade (Alves, [19--?]).

Entretanto, ainda assim o padrão ortogonal é sutilmente identificável, embora não constitua o principal elemento ordenador e regulador do traçado, que é claramente estabelecido pelos eixos viários e pelos edifícios simbólicos, já que o limite das quadras não é tão facilmente perceptível ao observador.

Além do traçado de inspiração modernista, o Plano de 1970 propõe um zoneamento de usos, separando as áreas de administração, moradia, esporte/lazer e ensino, assim como confere às edificações importante papel como elemento de composição arquitetônica. Estas distinguem-se pela diversidade de tipologias, que não competem entre si, mas, ao contrário, complementam-se. Algumas se destacam menos por sua escala e mais por sua importância histórica ou característica arquitetônica, como os edifícios mais antigos, de gosto eclético, e os edifícios modernistas construídos entre 1940 e 1960.

Por outro lado, o espaço livre entre os edifícios, conformando grandes espaços abertos ajardinados, as represas e o paisagismo ao longo da avenida principal constituem os elementos principais que impactam o visitante logo à entrada do *campus*, seja pela beleza cênica, seja pela sensação de amplitude provocada pelas visuais abertas e pela falta de limites laterais. O espaço livre é mais do que cenário: é tão ou mais importante do que os próprios edifícios, servindo-lhes de suporte e estabelecendo as relações espaciais entre eles.



**FIGURA 3** – Vista da área central do campus da UFV-Viçosa (2008).

**Fonte:** Acervo da Coordenadoria de Comunicação Social da Universidade Federal de Viçosa.

Também esta característica pode ser identificada na descrição da tipologia de *campus* feita por Montaner (2008, p.33, tradução nossa): “Quem projeta um *campus* age como um escultor de volumes, dos vazios intersticiais, das plataformas e vias, das lagoas e jardins, e dos espaços dentro destes volumes. No *campus*, o protagonista é o contexto, o espaço livre”.

Tais qualidades urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas conferem ao *campus* da UFV um caráter único, que deve ser reconhecido e preservado nos planos que orientarão o crescimento físico da instituição, especialmente diante do impulso dado recentemente pelo governo federal à expansão das universidades, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>10</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo analisou-se a configuração espacial do *campus* da Universidade Federal de Viçosa, tendo como fundamento o Plano de Desenvolvimento Físico de 1970. Apesar de tratar de um estudo de caso, seu propósito mais amplo foi contribuir para a ampliação do estado da arte sobre a influência dos paradigmas do Movimento Moderno na configuração espacial dos *campi* universitários no Brasil, mediante a identificação dos princípios modernistas que ordenaram a sua concepção espacial: a axialidade como principal elemento estruturador do traçado viário e da disposição dos edifícios e do paisagismo; a relação cartesiana e equilibrada dos volumes prismáticos, entre si e com o todo; as grandes áreas livres e a ruptura com o padrão ortogonal rígido, pela eliminação de algumas ruas e quarteirões e pela implantação autônoma dos edifícios em meio a amplos jardins.

Assim como ocorreu no final dos anos 1960, em que a elaboração de um plano diretor era a contrapartida exigida para a assinatura dos contratos de empréstimo junto ao BID, hoje, com o REUNI, exige-se das universidades federais a elaboração de um plano de desenvolvimento físico capaz de orientar a nova expansão dos *campi* universitários. Nesse contexto, o reconhecimento do valor arquitetônico e urbanístico do *campus* da UFV e a preservação da lógica formal subjacente à sua configuração espacial constituem elementos essenciais para o delineamento de diretrizes e ações visando a seu planejamento físico e ambiental.

## NOTAS

1. Sobre a morfologia urbana ver: Lamas, J.M.R.G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. Panerai, P. *Análise urbana*. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
2. Fala-se em “ensino leigo” porque, antes da chegada de Dom João VI, os jesuítas já ofereciam curso superior de Teologia em alguns de seus colégios, destinado a preparar os futuros religiosos.
3. A Cidade dos Motores, próxima ao Rio de Janeiro, Brasil (1943-1948); a nova cidade industrial de Chimbote, Peru (1947-1949) e o plano piloto de Bogotá, Colômbia (1950) (Montaner, 2008).
4. O engenheiro Bello Lisboa estudou na Escola de Engenharia de São Paulo e na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde concluiu os cursos de Engenharia Industrial, Mecânica e Elétrica (1918) e Engenharia Civil (1919), formando-se ainda como agrimensor e contador. Nessa época, foi responsável por uma reforma urbanística na cidade de Ponte Nova (MG), onde providenciou o abastecimento de água e construiu as duas primeiras pontes de

- concreto armado, que ainda existem. Nomeado Engenheiro do Estado em 5 de agosto de 1922, foi designado para a construção da ESAV, tornando-se engenheiro-chefe, em dezembro do mesmo ano (Borges & Sabioni, 2004, p.v). Sua atuação insere-se na discussão empreendida por Leme (1999) sobre o papel dos engenheiros e das escolas politécnicas na trajetória do urbanismo no Brasil, no período 1895 a 1930.
5. O Relatório de construção da ESAV constitui um dos documentos históricos mais completos da instituição. Nele estão descritos todos os fatos da administração de Bello Lisboa, com dados exatos extraídos dos livros de contabilidade das obras. O Relatório foi subdividido em capítulos que tratam do histórico, plano geral do estabelecimento, sistema de administração, descrição detalhada de todas as edificações, obras de infraestrutura, campos de experiência de agronomia e outros serviços da escola, sistema de vias e transportes, instalações relativas às redes elétrica, telefônica, de água potável e esgotos, além dos demonstrativos financeiros.
  6. O arquiteto foi diretor regional da 7ª Diretoria do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) — Minas Gerais, na década de 1980.
  7. O professor Edson Potsch Magalhães foi o primeiro reitor da UFV, no período de 1969 a 1971.
  8. Leme (1999) destaca que, do final do século XIX até a década de 1960, configuraram-se duas linhas de urbanismo no Brasil: uma que se iniciou nos planos de melhoramentos e outra que teve origem no movimento modernista e se difundiu com os Congressos do CIAM.
  9. As novas reflexões críticas têm adotado a noção de “ressonância” para substituir as antigas noções de influência e, posteriormente, de transferência e tradução dos saberes e práticas profissionais, com o intuito de dar conta da complexidade das formas assumidas na circulação de ideias urbanísticas no Brasil.
  10. O REUNI busca ampliar o acesso e a permanência dos estudantes na educação superior. Sua meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, C.A.M. *Campus da Universidade Federal de Viçosa: plano de desenvolvimento físico*. Viçosa: UFV, [19--?].
- BORGES, J.M.; SABIONI, G.S. (Org.). *Relatório de construção da ESAV (1929) elaborado pelo engenheiro João Carlos Bello Lisboa*. Viçosa: UFV, 2004.
- BORGES, J.M.; SABIONI, G.S.; MAGALHÃES, G.F.P. *A Universidade Federal de Viçosa no século XX*. Viçosa: UFV, 2006.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 570, de 8 de maio de 1969. Institui sob forma de fundação a Universidade Federal de Viçosa e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 9 maio 1969. Seção 1, p.3929.
- CUNHA, L.A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: TEIXEIRA LOPES, E.M.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.151-204.
- GOROVITZ, M. Os riscos de modernidade. *Revista Projeto*, n.264, p.22-25, 2002.
- LEME, M.C.S. A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965. In: LEME, M.C.S. (Coord.) *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Nobel, 1999. p.20-38.
- LEME, M.C.S. A circulação de ideias e práticas na formação do urbanismo no Brasil. In: PONTUAL, V.; LORETTO, R.P. *Cidade, território e urbanismo: um campo conceitual em construção*. Olinda: CECI, 2009. p.73-92.
- MALTA, M. *Campus universitário brasileiro: algumas questões*. In: TURKIENICZ, B.; MALTA, M. *Desenho urbano: anais do II SEDUR*. São Paulo: CNPq, 1986. p.163-170.
- MENDONÇA, A.W.P.C. A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n.14, p.131-150, 2000.
- MONTANER, J.M. *Sistemas arquitetônicos contemporâneos*. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.
- OLIVEIRA, R.C. Jogos compositivos na cidade dos prismas: Universidade do Rio de Janeiro 1936. *Revista Arqtexto*, n.9, p.40-53, 2006.
- PECHMAN, R.; RIBEIRO, L.C.Q. (Org.). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- PINHEIRO, E.P. O desenho da cidade: o movimento moderno e as propostas de uma nova forma urbana entre 1920 e 1960. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 9., 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2006. p.1-20.
- PINTO, G.A.; BUFFA, E. *Arquitetura, urbanismo e educação: campi universitários brasileiros*. 2006. Disponível em: <[http://www.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/519GelsonAlmeidaPinto\\_EsterBuffa.pdf](http://www.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/519GelsonAlmeidaPinto_EsterBuffa.pdf)>. Acesso em: 2 jan. 2009.
- TYRWHITT, J. *et al.* (Ed.). *El corazón de la ciudad: por una vida más humana de la humanidad*. Barcelona: Hoelpi, 1961.
- ZEIN, R.V. *O lugar da crítica: ensaios oportunos de arquitetura*. Porto Alegre: Centro Universitário Ritter dos Reis, 2003.

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral ampliar o estado da arte sobre os *campi* universitários no Brasil. Propõe-se uma reflexão acerca da concepção urbanística do *campus* da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, a partir da análise do Plano de Desenvolvimento Físico de 1970, o qual contém as diretrizes que conformaram a sua atual estrutura física, fortemente marcada pelos paradigmas do Movimento Moderno da Arquitetura e do Urbanismo. Parte-se da premissa de que o reconhecimento do valor arquitetônico e urbanístico do *campus* da Universidade constitui elemento essencial para o delineamento de diretrizes e ações visando a seu planejamento físico e ambiental. Procura-se identificar as qualidades morfológicas e os princípios estruturadores do traçado do *campus*, de modo a compreender e preservar a lógica formal subjacente a sua configuração espacial. Com a finalidade de construir os fundamentos teóricos necessários à análise da configuração espacial proposta para o *campus* de Viçosa no Plano de 1970, inicia-se este artigo com a discussão do conceito de *campus*, abordado sob duas perspectivas: como concepção pedagógica e como sistema compositivo racionalista, criado pelos mestres do Movimento Moderno. Em seguida, procede-se a uma análise detalhada do traçado do *campus* da Universidade, à luz desses conceitos e dos princípios ordenadores do traçado urbanístico comuns a outros planos de influência modernista adotados na mesma época no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Campus* universitário. Plano de desenvolvimento físico. Plano diretor. Urbanismo moderno.

## **THE MODERN DESIGN CONCEPTS OF THE UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA CAMPUS: A DISCUSSION BASED ON THE 1970 MASTER PLAN**

### **ABSTRACT**

*The aim of this article was to broaden state-of-the-art knowledge of campus planning in Brazil. Reflection on the urban design of the Universidade Federal de Viçosa campus, located in Viçosa (Minas Gerais), was proposed by analysis of the Master Plan prepared in 1970. This contained guidelines that shaped the current physical structure of the campus, heavily dominated by the paradigms of the Modern Movement in Architecture and Urbanism. Based on the premise that recognition of the architectural and urban value of the University campus is an essential element in designing guidelines and actions with a view to its physical and environmental planning, an effort was made to identify the morphological qualities and structural principles of the campus design, to enable the formal logic underlying its spatial configuration to be understood and preserved. In order to build the theoretical foundations needed to review the spatial configuration proposed for the Universidade Federal de Viçosa Campus in the Plan prepared in 1970, this article begins with a discussion on the concept of campus, addressed from two perspectives: first as a pedagogical concept and then as rational compositional system, created by the masters of the Modern Movement. Then it proceeds to a detailed analysis of the urban design of Universidade Federal de Viçosa Campus in the light of these concepts and principles of urban design common to other plans influenced by the modernist concepts adopted during the same period in Brazil.*

**KEYWORDS:** *University campus. Master plan. Urban planning. Modern movement.*

**POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO NO BRASIL:**

**DICOTOMIAS E SIMILARIDADES CONCEITUAIS**

**Otto Ribas, Maria do Carmo de Lima Bezerra**

Professores Doutores | Universidade de Brasília | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação | Instituto Central de Ciências Norte, Bloco B, *Campus* Darcy Ribeiro, 70190-900, Brasília, DF, Brasil | Correspondência para/*Correspondence to*: O. RIBAS | *E-mail*: otto@unb.br

Recebido em 28/2/2012 e aceito para publicação em 24/4/2012

# **POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO NO BRASIL: DICOTOMIAS E SIMILARIDADES CONCEITUAIS**

## **INTRODUÇÃO**

As relações entre políticas de preservação de bens histórico-culturais e de desenvolvimento urbano devem ser analisadas à luz de conceitos que articulem seus fundamentos básicos, similitudes, dicotomias e complementaridades, no sentido de integrar as diferentes funções do espaço urbano. Na maioria das vezes, os debates transcorrem como se desenvolvimento urbano e preservação do patrimônio cultural fossem temas descolados, ou no pior dos casos, antagônicos, especialmente em contexto de forte urbanização, e sob pressão da dinâmica demográfica.

As discussões sobre preservação do patrimônio histórico e cultural urbano têm se debruçado sobre a identificação do que vem a ser desconformidade de uso em relação às normas estabelecidas pelos técnicos — a partir de um modelo ideal, muitas vezes sem a devida avaliação da real viabilidade de implantação, quando consideradas outras dimensões que compõem o espaço urbano. No que tange aos instrumentos de defesa dos bens patrimoniais, a prática comum é a de definir restrições de uso e ocupação, ou punições, ou seja, uma aplicação exclusiva de instrumentos de comando e controle.

Como resultado, a prática consolidada de elaborar estratégias de preservação, na forma de um conjunto de recomendações gerais sobre como a sociedade deve usar seu espaço, camufla as tensões e os conflitos socioeconômicos e políticos-institucionais que se encontram presentes na sociedade, resultando em um distanciamento entre as normas

legais (e desvirtuamento do que deveria ser preservado ou tombado) e a forma como a cidade é apropriada por seus habitantes.

Por outro lado, a crítica emergente aos instrumentos de gestão do solo e ao sistema de planejamento urbano aponta a ausência de considerações culturais e socioambientais na formulação da política de gestão urbana. Têm predominado os interesses econômicos, sejam eles individuais ou coletivos, no sentido de maior produtividade e funcionalidade da cidade. Quando essas questões são colocadas sobre uma parcela de um determinado espaço urbano, como um bem a ser preservado, não pode deixar de gerar conflito o fato de que, no passado, essa mesma parcela fora gerada exatamente pela prevalência do modelo de planejar cidades, que hoje se questiona. O tema se torna explosivo e requer um conhecimento da interrelação entre as diferentes dimensões do espaço urbano por parte dos que objetivam a preservação. Perguntas como “o que preservar” e “para quem preservar” devem ser respondidas antes de se estabelecerem pactos de preservação.

A título de exemplificação, tome-se o caso mais emblemático de preservação do espaço urbano, Brasília, com o Plano Piloto. A cidade, planejada sob a égide do funcionalismo e da eficiência estabelecidos como modelo urbano, representou um momento do urbanismo que se pretende preservar como documento histórico. Atualmente, o mesmo conceito de funcionalidade e eficiência urbana é o que dificulta a preservação de Brasília. A aliança entre as dimensões do desenvolvimento e da preservação pode ser uma estratégia de proteção desse bem tombado (Schlee, 2006).

Como incorporar um novo olhar sobre a gestão urbana que garanta a sua preservação, quando o que se está querendo preservar é fruto de um modelo de planejamento que se mostrou estático e incapaz de incorporar os conflitos inerentes à sociedade em que a “obra” foi construída?

## **A SUSTENTABILIDADE NUMA PERSPECTIVA DE POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO**

A noção de sustentabilidade tem-se colocado em quase todas as áreas de conhecimento como um conceito que procura articular os diferentes interesses presentes na sociedade, bem como promover a interação dos diferentes campos disciplinares envolvidos na proposição de políticas públicas.

O tema da sustentabilidade aponta a necessidade de se rever o marco teórico-conceitual que norteou a ideia de desenvolvimento associado a um modelo de modernidade técnica, entendida esta como aquela apoiada estritamente em critérios operacionais e de eficiência. Já a modernidade marcada pela sustentabilidade associa-se à promoção da ética (Bezerra & Bursztyn, 2000) em seu sentido mais amplo, ou seja, como fixação e respeito aos limites no exercício do convívio social. A modernidade ética tem como referência primordial o reconhecimento explícito de valores e finalidades extrínsecas aos critérios estritamente operacionais ou técnicos. A perspectiva ética é, assim, eminentemente rela-

cional. A ética reconhece as irreversibilidades e assimetrias nos exercícios de poderes, e, conseqüentemente, que o exercício do poder não assegura a sua legitimidade.

Qual o valor do patrimônio histórico para a sociedade, e qual o custo que a mesma está disposta a pagar por sua preservação? A preservação não será assimilada como objetivo da sociedade, se não ficarem claras suas relações com o atendimento de outras necessidades da vida urbana, as quais impactam a qualidade de vida das pessoas.

## ENTENDENDO AS LÓGICAS DA PRESERVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO URBANO

Os instrumentos promotores do desenvolvimento urbano e da preservação do patrimônio histórico possuem bases conceituais distintas a fundamentarem suas finalidades e, por sua vez, têm demonstrado dificuldades em lidar com tais especificidades na promoção da sustentabilidade da gestão urbana. Enquanto os instrumentos urbanísticos se originaram a partir da preocupação de organizar as relações econômicas e sociais do espaço privado, os instrumentos da gestão do patrimônio histórico-cultural emergem de uma preocupação com a preservação dos bens coletivos, de interesse não só da geração presente, mas também das passadas e das futuras (Ribas, 2003).

Assim, faz-se necessária a análise das lógicas que estruturam a temática urbana e a preservação de bens históricos, mediante a construção de uma política urbana dotada de instrumentos aptos a munir gestores que promovam a qualidade de vida dos moradores, ou seja, a sustentabilidade das cidades.

Superar as dificuldades inerentes ao estabelecimento das interfaces necessárias à construção de instrumentos capazes de dotar o espaço urbano de sustentabilidade é, pois, o objetivo das reflexões sobre algumas polaridades que explicam as lógicas de origem do (chamado) desenvolvimento urbano e da preservação de bens de interesse histórico e cultural de uma sociedade.

## DA REGULAÇÃO DOS BENS PRIVADOS E DA PRESERVAÇÃO DOS BENS COLETIVOS

A esfera privada constitui a base fundamental dos instrumentos de gestão urbana, calcados no conceito de propriedade, derivado do direito romano e consolidado nas noções jurídicas de uso, fruição e disposição sobre as coisas (*jus utendi, fruendi et abutendi*). Por outro lado, o direito que fundamenta a preservação do patrimônio histórico fundamenta-se na esfera pública, o bem comum e o interesse coletivo, originário da democracia grega.

Como reflexo do modelo economicista de desenvolvimento, as cidades têm tratado os bens coletivos com bens “sem dono”, não lhes atribuindo um valor nem um sistema de proteção. Na história do Brasil, são patentes os resultados desse entendimento, haja vista as descaracterizações promovidas em nome do progresso das cidades.

Sob a ótica do cálculo economicista tradicional, há “lógica” em considerar, na zona rural, a vegetação nativa (florestas e campos) como terra “improdutiva”; e, na zona urbana, os lotes não edificados e os edifícios sem uso (geralmente os tombados) como áreas “ocio-

sas”. Sob o princípio da maximização do bem-estar, princípio básico da economia neoclássica — fundamento da organização do capital, os bens patrimoniais podem “impedir” o desenvolvimento da atividade econômica que norteia a lógica imobiliária, inibindo a argumentação favorável à preservação.

A legislação federal sobre matéria urbana concentra-se no disciplinamento da atividade de parcelamento considerado como atividade econômica, seja estabelecendo obrigações para os loteadores, seja garantindo os interesses dos compradores, como proprietários. Predomina, assim, uma visão de regulação da propriedade privada. Mesmo quando a legislação define as parcelas dos loteamentos que devem passar para o domínio público, estas também são vistas como “propriedade” do município.

Por outro lado, a regulação sobre o patrimônio, seja histórico ou ambiental, focaliza os bens comuns, de dominialidade coletiva: a escala urbana, as características das morfologias representativas de um período histórico, as águas, as florestas, a qualidade do ar e assim por diante.

Um recente e importante conceito que tem sido adotado para a abordagem econômica do meio ambiente pode ser aplicado também ao patrimônio histórico-cultural: a valoração (atribuição de valor) dos bens coletivos ou públicos. Os bens comuns, que na racionalidade econômica dominante não possuiriam valor por estarem fora do mercado, passam a ser valorados pela lógica de mercado. Os bens coletivos são valorados por serem imprescindíveis à construção de uma sociedade fundamentada nos valores éticos e culturais que dão sentido ao conceito de sustentabilidade; este sim é um bem escasso e, portanto, digno de valor na teoria econômica.

A valoração dos recursos coletivos certamente implica alterações no padrão de produção e consumo das áreas urbanas. Nessa ótica, não se tolera a demolição de edificações históricas, a destruição de sítios arqueológicos, o aterro de estuários marinhos e manguezais, a ocupação de várzeas e encostas, o avanço sobre áreas verdes ou alterações de traçados urbanos — condutas que se apropriam do espaço urbano sob a lógica da viabilização econômica, que é apenas uma das dimensões do fenômeno urbano.

Quando ocorrem as externalidades negativas, que podem ser representadas pela descaracterização da paisagem (natural ou construída), cria-se um fosso entre os valores sociais e os valores de mercado, de caráter privado. Essas divergências sempre surgem quando os direitos de propriedade não estão claramente definidos e deixam indistinta a fronteira entre bens públicos e bens privados. Na ausência de instrumentos legais e econômicos para compensar os agentes prejudicados pela degradação do patrimônio histórico-cultural ou ambiental, os agentes degradadores permanecem descompromissados com sua proteção.

Destaca-se, assim, o conflito latente entre a propriedade e o bem coletivo. Este tanto é tratado como sem dono, no caso do bem patrimonial, quanto é tido como ilimitado, no caso dos recursos naturais — portanto, sem valor, por não ter sido “apropriado”. Tal é

o conflito de fundo presente nas abordagens tradicionais da gestão urbana em relação ao patrimônio histórico e ambiental.

Assim, diante desse entendimento, depreende-se que nenhuma estratégia de preservação será alcançada, se o bem a ser preservado continuar sem um sentido de apropriação por parte da comunidade urbana na qual ele está inserido. Tal apropriação não se faz no sentido restrito do termo, mas na perspectiva do valor.

### **DA DESCENTRALIZAÇÃO DA REGULAÇÃO URBANA E DA CENTRALIZAÇÃO DA REGULAÇÃO DOS BENS DO PATRIMÔNIO**

Uma análise atenta da Constituição Federal acerca da política urbana, ambiental e patrimonial permite identificar tanto uma responsabilidade dirigida ao poder público, quanto uma responsabilidade difusa, compartilhada pelo Estado e pela sociedade, na proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental. A competência para a execução da política urbana cabe à mais singular esfera do poder público, o município. Já a competência da política de proteção ao patrimônio histórico-cultural e ambiental situa-se no âmbito da União e dos Estados, demandando um movimento de cima para baixo rumo à descentralização, para tentar integrar a gestão patrimonial e ambiental à urbana.

No entanto, no âmbito das políticas locais, perpassa a ideia de que aqueles patrimônios são obstáculos à promoção do desenvolvimento municipal, e não oportunidades. Dessa forma, vai se fortalecendo o antagonismo entre a preservação em todos os seus aspectos, e a promoção do desenvolvimento, visto sob um viés econômico (Ribas & Bezerra, 2005).

### **DA TRANSITORIEDADE E DA PERMANÊNCIA**

Uma das características da vida urbana é a transitoriedade, observável nas mudanças de uso e gabaritos dos edifícios, nas alterações das taxas de construção, nas redefinições de zoneamento, nas atualizações dos planos diretores e, até mesmo, nas reformas das tipologias edilícias. Essa dinâmica é moldada pelo sentido de modernidade e pelo modelo economicista que caracteriza a estrutura de produção e consumo da sociedade brasileira.

Por outro lado, a atividade de defesa do patrimônio requer o “congelamento” de uma configuração tipológica ou de um sistema tecnológico, ou mesmo das manifestações culturais de determinado período.

Por conseguinte, a sociedade, na condição de usuária do espaço construído, sempre conviverá com essa situação de conflito latente entre o permanente e o transitório — e esse aspecto deve ser assimilado como um valor, a ser preservado ou não.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O tema da sustentabilidade remete às relações entre as práticas sociais e a construção da qualidade ambiental urbana. Isto é, a grande questão é identificar o que sustentar, definindo-se o que deve permanecer, o que será transformado e os limites dessa transformação.

As ações sobre o espaço urbano não são exercidas por uma sociedade indiferenciada; existem vários agentes socioeconômicos que atuam de acordo com seus entendimentos e interesses, inclusive agentes do próprio Estado. A gestão urbana, incluindo a preservação patrimonial e a ambiental, depende do funcionamento do sistema social e da percepção da sociedade sobre o papel de cada um dos segmentos sociais aí envolvidos, governo, organizações civis e setor produtivo.

Vale destacar, entretanto, que é equivocada a concepção, hoje dominante no País, de que a participação social estaria garantida com a proliferação de inúmeros Conselhos. A prática está a demonstrar que a pulverização das discussões só veio enfraquecer a possibilidade de solução para questões que possuem lógicas articuladas. As estruturas de poder absorvem a demanda social por participação, sem necessitar alterar suas lógicas de decisão.

O desafio da preservação de Brasília, exemplo já referido, está em articular preservação com desenvolvimento, tanto no âmbito dos instrumentos utilizados, quanto nos espaços de discussão com a sociedade, ou ainda especialmente nos objetivos a serem estabelecidos para a cidade: O que se quer? Qual o valor a ser preservado? Em nome de que valor se deseja desenvolver?

Outro aspecto a destacar diz respeito à visão sobre qualidade ambiental urbana, a qual inclui a preservação do patrimônio histórico-cultural, na perspectiva dos atores que tradicionalmente compõem a “comunidade urbanística”. Pode-se facilmente verificar o protagonismo da dimensão social da sustentabilidade, que se expressa nas lutas pela gestão democrática das cidades e do acesso à terra, carro chefe da equidade social no discurso urbano. Assim, se a visão tradicional apontava unicamente para a dimensão econômica, a contemporânea lança um olhar essencialmente para a social. E continua-se a carecer do equilíbrio das dimensões do espaço para atingir a qualidade ambiental urbana.

Em que pesem os princípios emanados em seus capítulos iniciais, objetivando a sustentabilidade urbana e a qualidade do meio ambiente, o Estatuto da Cidade, principal marco regulatório da gestão urbana no país, originário da década de 1980, focaliza a instrumentalização na eficiência econômica do mercado imobiliário e no atendimento às demandas sociais (por acesso à terra e à moradia). Permanece ainda como desafio futuro a defesa do patrimônio histórico e ambiental, bem como a ampliação do entendimento acerca da sustentabilidade urbana. Coloca-se assim, a perspectiva de adoção de novos instrumentos que incorporem a lógica da transversalidade — qualidade essencial para a construção da sustentabilidade urbana e, por conseguinte, para o desenvolvimento sustentável, como uma utopia concreta que desafia os tempos atuais.

Nessa perspectiva, conclui-se que o processo de construção de uma gestão urbana que avance sobre a regulação do privado e incorpore os interesses coletivos expressos pelo patrimônio cultural e ambiental, constitui mais um processo evolutivo do que um rompimento. Nessa medida, instrumentos de comando e controle vão-se somando a instrumentos gerenciais de enfoque estratégico, muitas vezes elaborados a partir da adaptação de procedimentos antes testados.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, M.C.; BURSZYTN, M. (Org.). *Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável: subsídios a Agenda 21 brasileira*. Brasília: IBAMA, 2000.

RIBAS, O. *A sustentabilidade das cidades: os instrumentos da gestão urbana e a construção da qualidade urbana*. 2003. Tese (Doutorado) — Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

RIBAS, O.; BEZERRA, M.C. *Sobre as lógicas que fundamentam a promoção do desenvolvimento urbano e a preservação do patrimônio histórico cultural*. Brasília: Instituto dos Arquitetos do Brasil, 2005.

SCHLEE, A.R. *A preservação do moderno: o caso de Brasília*. In: PESSOA, J. *et al.* (Org). *Moderno e nacional*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2006.

## RESUMO

O artigo procede à análise das lógicas que estruturam o domínio das ações de preservação e desenvolvimento urbano, apresentando um conjunto de polaridades que devem ser compreendidas para alcance de uma gestão urbana que integre as diversas dimensões do espaço urbano. Discute o necessário envolvimento da população na definição de estratégias de preservação, como forma de contrapor interesses individuais e coletivos presentes nas definições de prioridades de uso e ocupação do espaço. Conclui pelo necessário avanço de marcos legais da política urbana no sentido de que a preservação, seja cultural ou ambiental, passe a constituir uma dimensão assegurada do espaço, assim como hoje ocorre com as dimensões econômica e social da cidade.

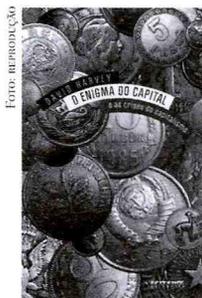
**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil. Patrimônio. Planejamento urbano. Preservação. Sustentabilidade.

## **URBAN CONSERVATION AND DEVELOPMENT POLICIES IN BRAZIL: CONCEPTUAL SIMILARITIES AND DICHOTOMIES**

### **ABSTRACT**

*The article examines the logic that structures the domain of conservation actions and urban development, presenting a set of polarities that should be understood in order to achieve urban management that integrates the different dimensions of urban space. It discusses the necessary involvement of the population in the definition of conservation strategies, as a way of countering individual and collective interests present in the definition of priorities for the use and occupation of space. It concludes with the advancement of a legal framework necessary for urban policy, so that preservation, whether cultural or environmental, begins to constitute an assured dimension of space, as occurs today in the economic and social dimensions of the city.*

**KEYWORDS:** *Brasil. Heritage. Urban planning. Preservation. Sustainability.*



***ENIGMA DO CAPITAL E AS CRISES DO CAPITALISMO***

de David Harvey. São Paulo: Boitempo, 2011

**Resenha** | por Ricardo Carlos Gaspar, Nadia Somekh

Professor Doutor | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo | Faculdade de Economia e Administração | Departamento de Economia | São Paulo, SP, Brasil

Professora Doutora | Universidade Presbiteriana Mackenzie | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | R. da Consolação, 930, Prédio 9, Centro, 01302-907, São Paulo, SP, Brasil | Correspondência para/Correspondence to: N. SOMEKH | E-mail: [nadiasm@terra.com.br](mailto:nadiasm@terra.com.br)

| Recebido em 5/6/2012 e aceito para publicação em 20/6/2012

O último livro do geógrafo norte-americano David Harvey aborda uma dimensão essencial da economia mundial contemporânea, cujos desdobramentos estão na base das crises que o sistema vivencia desde os anos 1990. Refere-se ao fato dos capitalistas estarem sempre produzindo excedentes financeiros, os quais necessitam, por força da competição, encontrar saídas para sua absorção na forma de investimentos lucrativos. O problema é que essa expansão ocorre em ritmo composto, a uma taxa aproximada de 3% ao ano. Então se trata de encontrar aplicação rentável para massas crescentes de recursos, levando investidores a exercer de forma frenética seus poderes de “destruição criativa” no sentido de sempre alavancar novas oportunidades de investimento.

Isso envolve necessariamente os espaços geográficos e, nestes, a urbanização ocupa lugar proeminente. Novos espaços e relações espaciais são produzidos para dar vazão aos imperativos da acumulação de capital. A renda da terra, junto com os juros e o crédito, tem que ser trazida para o centro da análise. Os proprietários do solo e a coalizão de interesses que se forma em torno dos investimentos imobiliários (financistas, incorporadores, políticos, empresários da construção) alargam seu poder de classe e ditam os rumos do crescimento urbano. Ao mesmo tempo, o artificialismo da demanda inchada e da especulação com os preços provoca crises de sobreacumulação, endividamento e um espectro de inadimplências atrás de si. O capitalismo rentista cobra seu preço. O fenômeno do *subprime* nos EUA é a mais recente e grave

dessas manifestações de irracionalismo dos mercados, conduzidas em benefício da plutocracia dirigente.

De acordo com Harvey — citando o Relatório do Banco Mundial de 2009 -, a produção total de bens e serviços na economia global foi, naquele ano, de 56,3 trilhões de dólares, o que, a uma taxa “saudável” para a absorção lucrativa do excedente, significava ter de investir 3 trilhões de dólares em base anualizada. Abaixo desse nível, a economia entra em recessão, estoura a bolha especulativa. Foi o que ocorreu.

Como se materializa essa busca obsessiva pela valorização do capital no espaço urbano, maximizada pela massa volátil de recursos que gira no mercado financeiro e ultrapassa dez vezes o valor da produção global em bens e serviços? É óbvio que o mercado imobiliário é o alvo dessa cobiça, mas novos meios são criados para viabilizar mobilizações maciças de capitais e atender, em bloco, ao apetite dos detentores de riqueza líquida e dos proprietários fundiários: são os chamados grandes projetos urbanos.

### ELITIZAÇÃO E IMPACTOS NAS CIDADES

Nas últimas décadas, os Grandes Projetos Urbanos (GPU) vêm sendo disputados por cidades de distintos tamanhos e características como a via preferencial para atrair investidores e potencializar as vantagens competitivas de cada núcleo urbano. Não são propriamente novidades no desenho das grandes urbes, porém na atualidade sua dimensão, conectividade global e íntima vinculação ao processo de reestruturação produtiva em curso os diferenciam. Usualmente consistem na realocação mercantil de glebas bem localizadas, mas degradadas pela obsolescência de seus usos tradicionais. Contudo, também envolvem empreendimentos monumentais, como em cidades no litoral do Golfo Pérsico. Sua lucratividade advém dos vultosos incrementos no preço da terra oriundos dos investimentos imobiliários projetados e do ciclo especulativo que a perspectiva de altos negócios provoca. Seu vínculo com a globalização financeira é evidente, constituindo canal privilegiado de escoamento para capitais excedentes (muitos deles de origem duvidosa) de todo o mundo.

Exemplos paradigmáticos se encontram por todos os lados. A começar por Barcelona, passando por outras cidades espanholas, italianas, norte-americanas e asiáticas. Na China, novas cidades pontuam a paisagem. E cidades dentro de cidades, como é o caso do grandioso distrito de Pudong, em Xangai. A América Latina participa dessa corrida competitiva interurbana, e Buenos Aires, Santiago, Lima, Panamá, Rio de Janeiro, entre muitas outras cidades, ostentam grandiosos empreendimentos imobiliários, finalizados ou em execução.

Por outro lado, grandes projetos urbanos absorvem somas crescentes de recursos financeiros e, não raro, se veem em dificuldades na ocorrência de crises. É o caso, por exemplo, de iniciativas colossais em Dubai, como as *World Islands* — cerca de 300 ilhas artificiais que custam entre 50 e 250 milhões de euros —, que, com o refluxo do mercado

imobiliário, acumulam dívida superior a 18,5 bilhões de euros; fenômeno semelhante ocorre com o megalômano projeto *Pearl Qatar*, em Doha. As somas envolvidas são fabulosas, e nos dão uma pálida ideia de como os GPU contribuem para o escoamento do excedente de capitais — e provocam subsequentemente as crises. Em Boston, EUA, o projeto já concluído do *Big Dig* — uma completa requalificação de área possibilitada pela demolição de uma extensa via elevada, a construção de um túnel e a abertura de vastas glebas para empreendimentos imobiliários — consumiu, depois de inúmeras e controversas majorações orçamentárias, 22 bilhões de dólares. Lembremos que o custo total dos projetos da Copa 2014 no Brasil deve consumir em torno de 85 bilhões de reais! E nós já tivemos um mau exemplo de desperdício de recursos com os Jogos Pan-Americanos no Rio em 2011. Aliás, grandes eventos são usados como catalisadores de investimentos e reformas urbanas e, a par de seus discutíveis resultados sociais — pois o alvo são grandes negócios e o benefício apropriado pela parcela mais rica da população —, muitas vezes terminam com saldo no vermelho, com um legado de “elefantes brancos” e dívidas.

Assim sendo, os grandes projetos urbanos são em geral associados à valorização do solo, concomitante elevação do preço dos imóveis, deslocamento de populações e empresas incapacitadas de pagar pelo preço da terra, elitização dos espaços melhor localizados (acessibilidade), segregação socioespacial e espraiamento (suburbanização) do crescimento urbano — ocasionando congestionamentos, prejuízos ambientais e custos acrescidos, decorrentes da expansão territorial dos serviços públicos. O Estado, em qualquer dos seus níveis, é muitas vezes conivente com esses processos, e participa economicamente dos GPU na condição de regulador, prestamista e investidor direto, embora como garantidor dos lucros privados. Tais resultados derivam diretamente das características da economia mundial contemporânea e da captura dos interesses públicos pela lógica financeira. Tais aspectos são típicos de como as coisas funcionam no capitalismo atual. No entanto, acreditamos ser possível contrapor, ao menos em parte, a esses motivos hegemônicos uma lógica alternativa e democrática, compatibilizando recursos e procedimentos em prol de uma cidade mais humana.

## ESTADO, PLANEJAMENTO E DEMOCRACIA

A par das consequências negativas brevemente apontadas acima, os GPU apresentam diversas positivities que podem e devem ser potencializadas, respeitando-se projetos e ambientes institucionais adequados.

A requalificação de áreas pode, em si, ser um fenômeno extremamente positivo, pois afeta grandes espaços, quando não cidades e regiões inteiras. Contribui para melhorar a qualidade de vida, favorecer linhas de desenvolvimento sustentável, atualizar a infraestrutura, criar empregos, entre outras virtudes. O instrumento principal de financiamento dessas operações urbanísticas costuma ser a valorização da terra, mas aqui mora o perigo: a captura privada da mais-valia fundiária, quando mecanismos majoritariamente sociais

a provocaram. A privatização desses benefícios leva a distorções que em última análise inviabilizam a sustentabilidade social do projeto e as externalidades positivas que ele pode gerar em prol do desenvolvimento urbano e regional integral. Uma maneira de evitar semelhantes consequências é ter uma participação mais efetiva do governo nacional na regulação e implementação de programas e políticas de fomento urbano e regional. Isso é ainda mais válido em países de dimensão continental como o Brasil. A preocupação com a natureza do *projeto* também é fundamental: a regulação pública precisa garantir a mistura de usos, a inclusão social, o provimento habitacional, os espaços públicos, a qualidade ambiental, a recuperação e redistribuição social da valorização do solo, além da integração com os planos mais abrangentes de conteúdo macrourbano, metropolitano e regional. Essas dimensões — apesar do avanço que tivemos no âmbito intraurbano com o Estatuto da Terra e o Ministério das Cidades — são raramente encontradas no Brasil.

Em síntese, os elementos recorrentes apontados pela experiência internacional no manejo dos GPU incluem uma unidade de gestão centralizada, a importância nuclear da questão dos transportes gerando as chamadas novas centralidades, a existência de âncoras culturais, bem como de ambientes ou setores voltados para a inovação tecnológica, além do investimento na ampliação da qualidade dos espaços públicos oferecidos à população. Um mundo mais humano e digno de se viver requer não apenas alterações profundas na estrutura econômica global, mas na maneira como o espaço construído é organizado e apropriado, como David Harvey corretamente nos adverte.



## INSTRUÇÕES AOS AUTORES

1. Todos os manuscritos só iniciarão o processo de tramitação se estiverem de acordo com as Instruções aos Autores. Caso contrário, serão devolvidos para adequação às normas, inclusão de carta ou de outros documentos eventualmente necessários.

Recomenda-se fortemente que o(s) autor(es) busque(m) assessoria linguística profissional (revisores e/ou tradutores certificados em língua portuguesa e inglesa) antes de submeter(em) originais que possam conter incorreções e/ou inadequações morfológicas, sintáticas, idiomáticas ou de estilo. Devem ainda evitar o uso da primeira pessoa “meu estudo...”, ou da primeira pessoa do plural “percebemos...”, pois em texto científico o discurso deve ser impessoal, sem juízo de valor e na terceira pessoa do singular.

Originais identificados com incorreções e/ou inadequações morfológicas ou sintáticas **serão devolvidos antes mesmo de serem submetidos à avaliação** quanto ao mérito do trabalho e à conveniência de sua publicação. **Pré-análise:** a avaliação é feita pelos Editores e Conselho Editorial com base na originalidade, pertinência, qualidade acadêmica e relevância do manuscrito para a área.

Aprovados nesta fase, os manuscritos serão encaminhados aos revisores *ad hoc* selecionados pelos editores. Cada manuscrito será enviado para dois revisores de reconhecida competência na temática abordada. Em caso de desacordo, o original será enviado para uma terceira avaliação.

### 2. Processo de julgamento dos manuscritos

O processo de avaliação por pares é o sistema de *blind review*, procedimento sigiloso quanto à identidade tanto dos autores quanto dos revisores. Por isso os autores deverão empregar todos os meios possíveis para evitar a identificação de autoria do manuscrito.

Os pareceres dos revisores comportam três possibilidades:

a) aprovação; b) recomendação de nova análise; c) recusa. Em quaisquer desses casos, o autor será comunicado.

Manuscritos recusados, mas com a possibilidade de reformulação, poderão retornar como novo trabalho, iniciando outro processo de julgamento.

### Conflito de interesse

No caso da identificação de conflito de interesse da parte dos revisores, o Comitê Editorial encaminhará o manuscrito a outro revisor *ad hoc*.

**Manuscritos aceitos:** manuscritos aceitos poderão retornar aos autores para aprovação de eventuais alterações, no processo de editoração e normalização, de acordo com o estilo da Revista.

**Provas:** serão enviadas provas tipográficas aos autores para a correção de erros de impressão. As provas devem retornar ao Núcleo de Editoração na data estipulada. Outras mudanças no manuscrito original não serão aceitas nesta fase.

3. Serão publicados apenas artigos científicos originais e inéditos, exceção feita à republicação de textos clássicos, conforme projeto editorial. Em casos excepcionais, serão aceitos artigos já publicados em língua estrangeira. Ao submeter um trabalho para análise do Conselho Editorial, o(s) autor(es) deverá(ão) assinar declaração de que são inéditos em português.

### 4. Apresentação do manuscrito

**Originais** (trabalhos científicos originais e inéditos) – Deverão conter entre 9 e 12 páginas de 30 linhas e 70 toques (até 25 mil caracteres), incluindo-se bibliografia, resumo e *abstract* (até 1.500 caracteres) e de quatro a seis palavras-chave e *keywords*. Para fotos e ilustrações o limite é de até 7 por artigo, com alguma tolerância dependendo das características do artigo (decisão a cargo do editor).

**Resenhas** – poderão ter de 1 a 3 páginas (máximo 6 mil caracteres). O autor da resenha deve enviar a capa da obra resenhada digitalizada em alta resolução (400dpi).

**Artigos curtos** (sobre temas e discussões da atualidade, posição acadêmica ou ponto de vista) – Poderão ter de 3 a 5 páginas (máximo 10 mil caracteres).

### 5. Forma de apresentação

Corpo do texto, ao longo do qual não deve haver identificação autoral nem institucional.

Arquivo digital, utilizando processador de texto WORD 6.0 ou superior, **não serão** aceitos artigos em PDF. Deverão ser redigidos na nova ortografia, em fonte Arial 11, espaço entrelinhas 1,5, em folha formato A4. As folhas deverão ser numeradas a partir da página de rosto, que deverá apresentar o número 1.

Enviar os manuscritos via *e-mail* <sbj.ne\_oculumensaios@puc-campinas.edu.br>.

Folha de rosto com identificação dos autores, contendo:

■ Título completo em português: deverá ser conciso e evitar palavras desnecessárias e/ou redundantes;

- Sugestão de título abreviado para cabeçalho, não excedendo cinco palavras;
- Título completo em inglês, compatível com o título em português;
- Nome de cada autor, por extenso, seguido por afiliação institucional. Não abreviar os prenomes;
- Todos os dados da titulação e afiliação deverão ser apresentados por extenso, sem nenhuma sigla;
- Indicação dos endereços completos de todas as universidades às quais estão vinculados todos os autores;
- Indicação de endereço para correspondência com o editor para a tramitação do original, incluindo fax, telefone e endereço eletrônico.

As **ilustrações** deverão ser entregues em arquivos separados, vetorizadas, com as devidas indicações de créditos e legendas, devidamente referenciadas no texto.

As **imagens** deverão ser entregues em arquivos eletrônicos e estar em boas condições de reprodução, com mínimo de 400 DPI, formato TIFF ou JPEG e um tamanho mínimo 10cm de largura e máximo de 16cm.

As **tabelas** e os **gráficos** deverão ser apresentados em Excel ou Adobe Illustrator.

O artigo será publicado em branco e preto. A necessidade real de inclusão de alguma ilustração colorida estará sujeita à decisão do editor, com eventuais custos para o autor. Mapas serão publicados somente coloridos (custo por conta do autor) e que tenham as legendas nítidas.

#### **6. Versão reformulada por indicação de parecerista**

O texto do artigo deverá empregar fonte colorida (cor azul) ou sublinhar, para todas as alterações, juntamente com uma carta ao editor, reiterando o interesse em publicar nesta Revista e informando quais alterações foram processadas no manuscrito. Se houver discordância quanto às recomendações dos revisores, o(s) autor(es) deverão apresentar os argumentos que justificam sua posição. O título e o código do manuscrito deverão ser especificados.

#### **7. Citações no texto: baseadas na ABNT (NBR 10520/2002)**

O método adotado é autor e data.

- Citações diretas ou literais no texto: devem subordinar-se à forma (Autor, data e página). Quando estiver dentro ou fora dos parênteses, o autor fica com apenas a letra inicial maiúscula (Autor, data, página). Com até três linhas, as citações devem ficar entre

aspas e sem itálico. Com mais de três linhas, as citações devem seguir o seguinte padrão: recuo de 4cm na margem, fonte 10, espaço simples, sem aspas e sem itálico.

### Exemplo

Citações diretas com até 3 linhas

As mudanças permanentes no espaço ocorrem em função da constante busca por novos significados, “na medida em que o movimento social lhe atribui, a cada momento, frações deferentes de transformação de todo social” (Veras, 2010, p.2).

■ Citações indiretas: quando o autor estiver citado na frase, colocar somente autor e ano. Se o sobrenome do autor estiver fora da frase e entre parênteses ficará também em letra inicial maiúscula.

### Exemplos

Para Medrano (2005), a postura do arquiteto em defesa de uma arquitetura portuguesa suscita a questão de como teria sido a sua relação com a questão da densificação das grandes cidades *versus* o ideal utópico das residências isoladas.

A postura do arquiteto em defesa de uma arquitetura portuguesa suscita a questão de como teria sido a sua relação com a questão da densificação das grandes cidades *versus* o ideal utópico das residências isoladas (Medrano, 2005).

■ Citações de diversos documentos de um mesmo autor publicados no mesmo ano são distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas, em ordem alfabética, após a data e sem espaçamento.

Medrano (2005a)

Medrano (2005b)

Os autores citados devem constar das referências listadas no final do texto, em ordem alfabética, segundo as normas.

### Referências: baseadas na ABNT (NBR 6023/2002)

As Referências serão ordenadas alfabeticamente pelo sobrenome do primeiro autor. Nas referências de até três autores, todos serão citados, separados por ponto e vírgula. Nas referências com mais de três autores, citar somente o primeiro autor, seguido da expressão *et al.* Caso haja obras referenciadas do mesmo autor, a entrada será repetida, isto é, não será utilizado o recurso do traço sublinear. A exatidão das referências constantes na

listagem e a correta citação de seus dados no texto são de responsabilidade do(s) autor(es) dos trabalhos.

A formatação da lista de referências, ao final, deverá facilitar a tarefa de revisão e de editoração; para tal, devem ser apresentadas em ordem alfabética, em espaço simples e com espaço entre as referências, tamanho de fonte 11, parágrafo justificado, sem recuo e sem deslocamento das margens.

A exatidão e a adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são de responsabilidade do autor, do mesmo modo que o conteúdo dos trabalhos é de sua exclusiva responsabilidade.

### **Exemplos de casos mais comuns de referências, para orientação:**

#### **Livro**

ABREU, M.A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

#### **Capítulo de Livro**

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S.R. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999. p.169-244.

#### **Artigo**

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

#### **Material Eletrônico**

BRAGA, P.M.; SCHICCHI, M.C.S. Catedral Metropolitana de Campinas: quando um edifício contempla a história da cidade. *Revista CPC*, v.3, p.1-16, 2006. Disponível em: <[http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07\\_revista\\_interna.php?id\\_revista=7&tipo=5&id\\_conteudo=20](http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_interna.php?id_revista=7&tipo=5&id_conteudo=20)>. Acesso em: 23 abr. 2012.

#### **Tese**

BERNARDINI, S.P. *Construindo infra-estruturas, planejando territórios: a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo Estadual Paulista (1892-1926)*. 2008. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

#### **Trabalho apresentado em Evento**

FELDMAN, S. O zoneamento ocupa o lugar do plano: São Paulo, 1947-1961. In: ENCONTRO NACIONAL DAANPUR, 7., 1997, Recife. *Anais...* Recife: UFPE, 1997. p. 667-684.

## Documentos jurídicos

BRASIL. Lei nº 1.674, de 23 de setembro de 1997. Dispõe sobre o prazo para conclusão do estudo de zoneamento da área de proteção ambiental da bacia do Descoberto. *Diário Oficial do Distrito Federal*, 24 set. 1997. p.7619.

■ Notas, de caráter explicativo, deverão ser evitadas e utilizadas apenas quando estritamente necessárias para a compreensão do texto. Deve-se usar numeração consecutiva dentro do texto. Além disso, devem estar em fonte 10, alinhadas à esquerda e sempre na página em que foram mencionadas no texto.

A revista não devolve os originais a ela submetidos e informa que o conteúdo dos trabalhos publicados é de inteira responsabilidade de seus autores.

## DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS AUTORAIS

Cada autor deve ler e assinar os documentos:

1) Declaração de Responsabilidade e 2) Transferência de Direitos Autorais.

- Título do manuscrito:
- Nome por extenso dos autores (na mesma ordem em que aparecem no manuscrito).
- Autor responsável pelas negociações:

### 1. Declaração de responsabilidade

Certifico que:

- Participei da concepção do trabalho e torno pública minha responsabilidade pelo seu conteúdo;
- Não omiti quaisquer ligações ou acordos de financiamento entre os autores e companhias que possam ter interesse na publicação deste artigo;
- Trata-se de artigo original e o trabalho, em parte ou na íntegra, ou qualquer outro trabalho com conteúdo substancialmente similar, de minha autoria, não foi enviado a outra revista, e não o será enquanto sua publicação estiver sendo considerada pela Revista Oculum Ensaios, quer seja no formato impresso ou no eletrônico.

Assinatura do(s) autores(s)                      Data        /        /

### 2. Transferência de Direitos Autorais

Declaro que, em caso de aceitação do artigo, a Revista Oculum Ensaios passa a ter os direitos autorais a ele referentes, que se tornarão propriedade exclusiva da revista, sendo vedada qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer outra parte ou meio de divulgação, impressa ou eletrônica, sem que a prévia e necessária autorização seja solicitada e, se obtida, farei constar o competente agradecimento à revista.

Assinatura do(s) autores(s)                      Data        /        /

## INSTRUCTIONS TO THE AUTHORS

1. All manuscripts will only be considered if they are in agreement with the Instructions to the Authors. If not, they will be returned for correction, for inclusion of letter or other documents needed.

It is strongly recommended that the author(s) seek professional linguistic advisers (reviewers and/or qualified translators in Portuguese and English) before submitting originals which may contain errors and/or morphological, syntactical, idiomatic or stylistic inadequacies. The authors must avoid the use of the first person (e.g. “my study...”) or third person plural (e.g. “we observe...”), for in scientific texts the discussion must be impersonal, without making any value judgment, and in the third person singular.

The originals which do not comply with any of the above-mentioned norms **will be immediately returned even before being submitted to evaluation** regarding its merit and if it is adequate for publication. **Pre-analysis:** the Editors and Editorial Board will evaluate originality, pertinence, academic quality and relevance of the manuscript in the field of study.

After being approved, the manuscripts will be forwarded to ad hoc reviewers previously selected by the Editors. Each manuscript will be sent to two competent reviewers who are acknowledged experts in the field of study. If there is any disagreement, the original will be sent to a third reviewer.

### 2. Evaluation process of the manuscripts

The evaluation process is a blind peer-review process and the names of the reviewers and authors will remain anonymous. With this in mind, the authors should not identify themselves in the manuscript.

The opinions of the reviewers admit three possibilities:

a) acceptance; b) recommendation for new analysis; c) refusal. In any of these cases, the author(s) will be informed.

Refused manuscripts with recommendation for new analysis may be re-submitted as a new manuscript and another evaluation process will occur.

### **Conflict of Interest**

In case of identification of conflict of interest by the reviewers, the Editorial Board will send the manuscript to another ad hoc reviewer.

**Accepted manuscripts:** Accepted manuscripts will be returned to the authors for approval of possible changes during editing and normalization process in accordance with the style of the Journal.

**Proofs:** will be sent to the authors for correction of printing errors. The proofs must be returned to the Editing Office on the stipulated date. Any changes to the original manuscript will not be accepted at this stage.

**3.** Only original and unpublished scientific articles will be published, expect the re-publication of classic texts, according to Editorial project. In some exceptional cases, articles previously published in English may be accepted. When submitting the manuscript for analysis of the Editorial Board, the author(s) must send a statement that it is unpublished in Portuguese.

### **4. Manuscript format**

**Originals** (original and unpublished scientific manuscripts) - must contain between 9 and 12 pages of 30 lines and 70 taps (up to 25 thousand characters), including bibliography, an abstract in Portuguese and English (up to 1,500 characters) and four to six keywords in Portuguese and English. Images and illustrations must be limited to 7 per article, but there will be tolerance depending on the characteristics of the article (Editor's decision).

**Reviews** – must have 1 to 3 pages (maximum of 6 thousand characters). The author of the review must send a high-resolution digital copy (400dpi) of the cover of the book reviewed.

**Short articles** (on current discussions, academic view or point of view) – must have 3 to 5 pages (maximum of 10 thousand characters).

### **5. Manuscript format and structure**

The author and institution must not be identified in the text of the manuscript.

The manuscript must be digital using Word 6.0 and above. No PDF files will be accepted. The entire manuscript should prepared on A4 size, 1.5 line spacing, Arial, font size 11. All manuscript pages must be numbered consecutively starting from the title page, which should be numbered 1.

Send manuscript to email <sbi.ne\_oculumensaios@puc-campinas.edu.br>.

Title page must contain the following information:

- The full title in Portuguese must be concise and avoid unnecessary and/or redundant words;
- Suggestion of abbreviated title, not exceeding five words;
- Full title in English, compatible with the title in Portuguese;
- Name of each author, followed by institutional affiliation. Do not abbreviate middle names;
- All data of academic degrees and institutional affiliation must be written without abbreviations;
- Full address of universities to which the authors are affiliated;
- Corresponding author address and telephone and fax numbers and email address.

**Illustrations** must be sent in separate files, using vector images, and have credits and legends listed in order in the manuscript.

High quality **images** must be submitted in electronic files, minimum resolution of 400 DPI, in TIFF or JPEG format and a minimum width of 10cm and a maximum of 16cm.

**Tables** and **graphs** must be submitted in Excel or Adobe Illustrator format.

The article will be published in black and white. If color illustrations are needed, the editor will decide and there will be a charge to the author(s).

Maps will be published in color (charge to the author) and clear legends are needed.

## **6. Reviewed version**

The article must use colored font (blue) or underline to show all the alterations followed by a letter to the editor reaffirming the interest in publishing in the Journal and informing which alterations were made in the manuscript. If there is any disagreement concerning the reviewers' recommendations, the author(s) must present the arguments which justify their position. The manuscript title and code must be specified.

## **7. Bibliographic citations in the text: based on ABNT (NBR 10520/2002)**

The order must be author and date.

- Direct or literal citations in the text: follow the above-mentioned order (author, date and page. Capitalize the first letter of the author's name in or out of the parentheses (author, date, page). Up to three lines, citations must be in quotations marks and not italicized. More than three lines, citations must be as follows: indentation of 4cm from the margin, font size 10, single space, no quotation marks or italics.

## Example

Direct citations up to three lines

The permanent changes occur in space due to the constant search for new meanings, “in that it assigns the social movement, at every moment, respectful fractions of all social transformation” (Veras, 2010, p.2).

- Direct citations: when the author is quoted in the sentence, write author and year. If the author quoted is not part of the sentence and in parentheses, capitalize the first letter of the author’s name.

## Examples

For Medrano (2005), the position of the architect in defense of the Portuguese architecture raises the question of how their relationship would have been regarding the densification of cities versus the utopian ideal of isolated residences.

The position of the architect in defense of the Portuguese architecture raises the question of how their relationship would have been regarding the densification of cities versus the utopian ideal of isolated residences (Medrano, 2005).

- Citations of various documents by the same author published in the same year are distinguished by adding lower case letters in alphabetical order, after the date and without spacing.

Medrano (2005a)

Medrano (2005b)

All the authors mentioned in the manuscript must be listed in the references at the end of the manuscript in alphabetical order, according to the norms.

## References: based on ABNT (NBR 6023/2002)

The references must be in alphabetical order using the surname of the first author. References with up to three authors must be all cited, separated by semicolons. References with more than three authors cite only first author followed by *et al.* If a different book/article of the same author is cited, repeat information, do not use the underline resource. Exactness and adequateness of references to studies and correct citation of data in the text of the article are the author’s responsibility.

The formatting of the list of references at the end of the manuscript should facilitate the task of reviewing and editing, they should be written in alphabetical order, single space

and with space between references, font size 11, justified paragraph, without indents and without displacing margins.

Exactness and adequateness of references to studies which have been consulted and mentioned in the text of the manuscript and the content of the study are the author's responsibility.

### **Examples of most common references used:**

#### **Book**

ABREU, M.A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

#### **Book Chapter**

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S.R. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999. p.169-244.

#### **Article**

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

#### **Electronic Material**

BRAGA, P.M.; SCHICCHI, M.C.S. Catedral Metropolitana de Campinas: quando um edifício contempla a história da cidade. *Revista CPC*, v.3, p.1-16, 2006. Disponível em: <[http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07\\_revista\\_interna.php?id\\_revista=7&tipo=5&id\\_conteudo=20](http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_interna.php?id_revista=7&tipo=5&id_conteudo=20)>. Acesso em: 23 abr. 2012.

#### **Thesis**

BERNARDINI, S.P. *Construindo infra-estruturas, planejando territórios: a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo Estadual Paulista (1892-1926)*. 2008. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

#### **Presentation of Paper**

FELDMAN, S. O zoneamento ocupa o lugar do plano: São Paulo, 1947-1961. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7., 1997, Recife. *Anais...* Recife: UFPE, 1997. p. 667-684.

#### **Legal Documents**

BRASIL. Lei nº 1.674, de 23 de setembro de 1997. Dispõe sobre o prazo para conclusão do estudo de rezoneamento da área de proteção ambiental da bacia do Descoberto. *Diário Oficial do Distrito Federal*, 24 set. 1997. p.7619.

■ Footnotes must be avoided and only used if absolutely necessary for the purpose of clarity. They must be numbered consecutively in the manuscript. Use font size 10, aligned to the left, and on the page in which they were mentioned in the text.

The journal does not return the original manuscripts and the content of the studies published is the authors' responsibility.

## **DECLARATION OF RESPONSIBILITY AND TRANSFER OF COPYRIGHT AGREEMENT**

Each author must read and sign the following documents:

1) Declaration of responsibility and 2) transfer of copyright agreement

- Title of the manuscript:
- Full name of authors (in the same order in which they appear in the manuscript)
- Author responsible for negotiations

### **1. Declaration of Responsibility**

I certify that:

- I participated in the study and I publicly acknowledge the content as being of my responsibility.
- I did not omit any connections or financial agreements among the authors and companies that may have interest in the publication of this manuscript.
- I certify that the manuscript is original and that the partial or complete study or any other study with similar content written by me has not been sent to another Journal and it will not be while its publication is being considered by Revista Oculum Ensaios, whether in print or electronic format.

Signature of author(s) Date \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

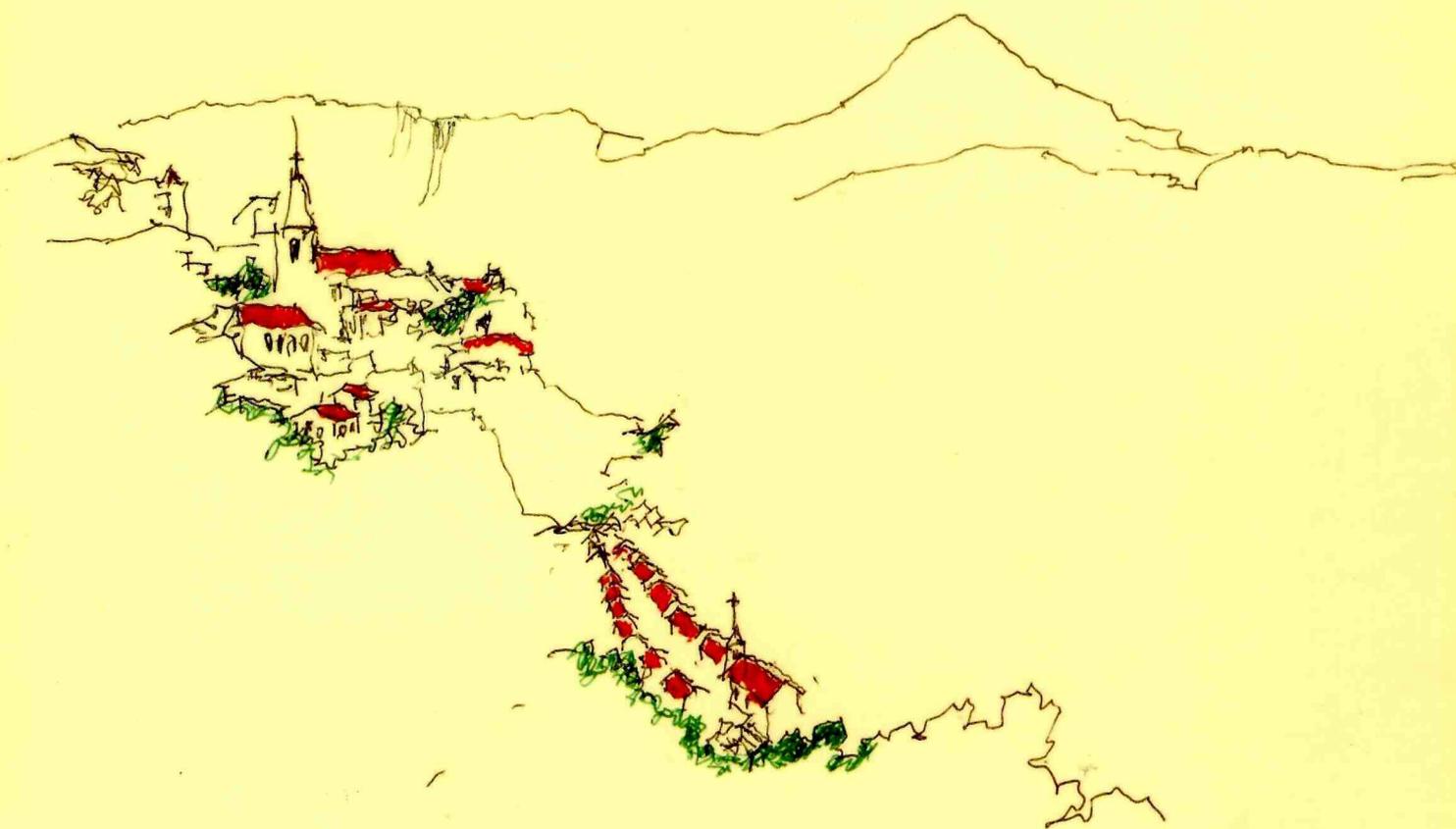
### **2. Transfer of Copyright Agreement**

I declare that, if the article is accepted, Revista Oculum Ensaios will have all the copyrights referent to the article, which will become exclusive property of the Journal, and total or partial reproduction is forbidden, in any other divulgation mean, printed or electronic, without prior permission and if authorized and obtained the Journal shall be acknowledged.

Signature of author(s) Date \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_







Diamantina  
Vista ao longe o pico do Itambé  
200297  
J.C. Gomes